



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**



Christina Tavares Mota Martins

**Análise de uma história de armadilhas: A psicóloga judicial e o
adolescente acolhido institucionalmente até a maioridade**

Uberlândia
2014

Christina Tavares Mota Martins

Análise de uma história de armadilhas: A psicóloga judicial e o adolescente acolhido institucionalmente até a maioridade

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Avelino da Silva

Uberlândia

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- M386a
2014
- Martins, Christina Tavares Mota, 1969-
Análise de uma história de armadilhas : a psicóloga judicial e o adolescente acolhido institucionalmente até a maioridade / Christina Tavares Mota Martins. - 2014.
130 f.
- Orientador: Luiz Carlos Avelino da Silva.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Inclui bibliografia.
1. Psicologia - Teses. 2. Adolescência - Teses. 3. Psicanálise - Teses.
4. Psicologia forense - Teses. I. Silva, Luiz Carlos Avelino da.
II. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em
Psicologia. III. Título.

CDU: 159

*Com especial carinho às adolescentes que
contribuíram com esta pesquisa e puderam
falar de suas dores que, em contato com
as minhas, permitiram a realização
deste trabalho.*

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus a oportunidade de me embrenhar pelas reflexões da minha própria história de vida e poder resignificá-la por meio da pesquisa que este trabalho me propiciou.

Ao meu pai, Antonino (in memorian), que em sua força e esperança me mostrou que continuará sendo pai ainda que não mais esteja aqui e, através de sua morte, me ensinou muito mais sobre a vida e a importância de se sentir a dor do luto e continuar em frente.

À minha mãe, Dália, que com sua coragem e amor pode me ouvir e encorajar nos momentos mais difíceis, dando sua presença de avó quando eu não podia me dedicar aos meus filhos para me empenhar no trabalho.

Aos meus filhos, Ana Beatriz e Vinicius, cuja compreensão das minhas ausências muito me fizeram melhorar como mãe e acreditar que frustrações e limites são o verdadeiro impulso para o crescimento. Obrigada por cantarem a infância em meus ouvidos.

Ao meu marido, Humberto, que tolerou minhas irritações, minha ausência e, sempre com bom humor, me apoiou em meu objetivo.

Ao meu orientador, Luiz, cuja criatividade, acolhimento, trocas e piadas fizeram deste curso uma gostosa aventura. Obrigada por acreditar em mim desde o início e me acompanhar com tanta generosidade.

Especialmente às minhas amigas/ irmãs, Leninha, Nara, Patrícia, Cimara e Marisinha sem as quais não teria sequer começado esta aventura tão rica pelo solo da pesquisa. Meu especial agradecimento à Leninha que tão generosamente me acolheu e me ajudou em diversos momentos deste trabalho.

Aos meus queridos professores Anamaria, Joyce, Caio e Cleudemar Fernandes cujas interlocuções, contribuições, ideias e questionamentos me enriqueceram teoricamente e me fizeram pensar.

Aos meus colegas de percurso, Thalita, Sybele, Layla, Linsei e Damaris, todo o meu carinho e minha eterna gratidão e amizade. Especialmente Thalita, por compartilhar comigo tantos momentos de alegrias e dificuldades e, com sua inteligência e disponibilidade, caminhar comigo de mãos dadas.

Aos meus colegas de trabalho, psicólogos e assistentes sociais, que galgaram comigo cada passo desta história, sofreram as mesmas experiências e puderam transformar os vínculos institucionais em afeto e amizade. Em especial agradeço à Jamile e ao Renato, pessoas iluminadas que fazem do nosso árido trabalho um oásis, com suas presenças.

Às colaboradoras desta pesquisa, meninas que permitiram um conhecimento profundo de sua dor, minha gratidão e todo o meu respeito.

Análise de uma história de armadilhas: A psicóloga judicial e o adolescente acolhido institucionalmente até a maioridade

Martins, C.T.M; Silva L.C.A.
Instituto de psicologia – Universidade Federal de Uberlândia
2014

Resumo

O tema da institucionalização de crianças e adolescentes até a obtenção da maioridade civil revela-se dentro de um contexto de escassas produções acadêmicas. O principal objetivo deste trabalho foi investigar o sentido da experiência da obtenção da maioridade do sujeito institucionalizado que não teve a chance da adoção e cuja família foi destituída do poder familiar e entrelaçar essa experiência à trajetória de dezoito anos da psicóloga judicial que atendeu casos semelhantes a este. As entrevistas semiestruturadas foram dirigidas a uma adolescente de dezessete anos, prestes a deixar o abrigo, e a duas colegas dela, inseridas na pesquisa por uma exigência da primeira. O método psicanalítico embasou a pesquisa por meio da interpretação e os contos de fadas foram utilizados como metáforas na análise dessa escuta do sujeito do inconsciente. A institucionalização até a maioridade é vivenciada como uma prisão em um lugar onde é negado o momento vivido pelo adolescente, bem como há o apagamento da história pregressa do sujeito. A psicóloga judicial, presa nas teias e nas armadilhas institucionais, é vista como um algoz que ao ouvir o adolescente, contribui para o seu abrigamento. O acolhimento institucional do adolescente cuja família foi destituída do poder familiar sinalizou para um recrudescimento do desamparo do sujeito e também para a falta de um trabalho que lhe oportunizasse a elaboração das perdas.

Palavras chave: acolhimento institucional, adolescência, psicologia judicial, psicanálise.

Analysis of a history of traps: Judicial psychologist and adolescent institutionally sheltered into legal adulthood

**Martins, C.T.M; Silva, L.C.A.
Institute of Psychology – Federal University of Uberlândia
2014**

Abstract

The issue of the institutionalization of children and adolescents until attaining legal adulthood is revealed within a context of scarce academic productions. The main objective of this paper was to investigate the meaning of the experience of attaining legal adulthood by the institutionalized subject who had no chance of being adopted and whose family had the parental rights ousted, and to intertwine this experience with the author's trajectory of eighteen years working as a judicial psychologist dealing with similar cases. Semi-structured interviews were directed to a seventeen-year-old female adolescent, on the verge of leaving the shelter, and to two of her colleagues, included in the research by demand of the first one. The psychoanalytic method, by means of interpretation, based the research, and fairy tales were utilized as metaphors in the analysis of this listening to the subject of the unconscious. The institutionalization until legal adulthood is experienced as being imprisoned in a place where the moment lived by the adolescent is denied, and also where the previous history of the subject is erased. The judicial psychologist, caught in the institutional webs and traps, is seen as a tormentor who, upon listening to the teenager, contributes to his/her institutionalization.

The institutional sheltering of the adolescent whose family had the parental rights ousted signaled a recrudescence of the subject's helplessness and also the lack of a kind of work which created opportunities for the elaboration of losses.

Keywords: institutional sheltering, adolescence, judicial psychology, psychoanalysis.

Sumário

Apresentação	9
Objetivo Geral:	19
Objetivos específicos:	19
Capítulo 1 – A trajetória da pesquisadora: desvendando o país das armadilhas	21
Capítulo 2 – Dentro do acolhimento institucional: A torre de Rapunzel	31
2.1 As experiências do adolescente dentro da torre	36
2.2 O desamparo, as vivências traumáticas,o luto e a melancolia	39
Capítulo 3 – Método.....	50
Capítulo 4 – Análise das entrevistas: A trança de Rapunzel	61
4.1 A torre de Rapunzel: a entrada	64
4.2 Alice e a saída do país das maravilhas/armadilhas	70
4.3 Anna: “muitas portas se fecharam pra mim, sem razão.”	90
4.4 Elsa: “Sempre a boa menina deve ser”	102
Conclusões: De bruxa que aprisiona à trança que liberta.....	116
Referências	121
Apêndice.....	126

Apresentação

17 Arnaldos

*Viver não tem volta
O dia de amanhã chegou
A culpa é de todo mundo
O rio não sabe onde vai
Que versão da verdade
Se o chão rachar o teto cai
Vivo de morrer
Deixar de ser pra deixar ser
Crescer dói
Perder liberta
De comerciante sem troco todo mundo tem um pouco
Não faço direito
Faço do meu jeito
O olho não se enxerga
O olho reflete o que vê
O avesso do espelho é você
Fecha os olhos e manda ver*

Arnaldo Antunes

Dezessete anos, assim como os dezessete versos deste prólogo, inspiraram e marcaram o início deste trabalho. Foi a partir deste marco que comecei a fazer um recorte do que seria essa pesquisa. O que representam os dezessete anos? O que se espera encontrar no final do caminho, quando enfim, dezoito? Atingir a maioria seria iniciar um novo percurso? E esta chegada aos dezoito na condição de acolhido institucionalmente, seria ganhar liberdade ou se encontrar preso na solidão e no desamparo?

Dentro de um olhar para o avesso de uma trajetória de dezoito anos como psicóloga judicial no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, minha atenção voltou-se para uma realidade não pensada, não cuidada, e daí para alguns adolescentes que, acolhidos institucionalmente, completariam a maioria no abrigo.

O trabalho aqui realizado justificou-se pelo fato desta pesquisadora ter testemunhado o acolhimento institucional provisório de crianças e adolescentes estender-se até a maioria, sem que se tivesse trabalhado uma significação do luto ou das lembranças familiares desses

sujeitos, deixando-os mais uma vez em uma situação de abandono, entregues ao seu desamparo e sem a possibilidade de desenvolverem laços sociais significativos, colocados em uma perspectiva de desalento. A importância de produções acadêmicas que considerem este tema verifica-se face à pretensão de dar voz a um grupo socialmente excluído, sem a oportunidade de contar sua história, e poderá abrir espaços para novos estudos e novos projetos no âmbito das intervenções interinstitucionais da rede proteção à infância e adolescência, bem como para a formulação de políticas de atenção à infância em risco psicossocial.

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes ainda é uma prática recorrente nos dias atuais. Ela se aplica como medida de proteção a crianças consideradas em situação de risco pessoal junto a sua família biológica. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069 de 1990), “de risco” é considerada toda situação em que a criança se vê violada em seus direitos de proteção, segurança e cuidados.

Ao examinar a história das crianças e adolescentes abandonados no Brasil observa-se que, apesar de na década de 1990 terem acontecido mudanças marcantes nas recomendações legais em relação ao cuidado e proteção à população infanto juvenil, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a demanda de abrigar crianças persistiu (Rizzini, 2007).

Os abrigos recebem uma demanda contínua de crianças e adolescentes que lá permanecem durante meses e até vários anos. Esses sujeitos chegam com uma multiplicidade de dificuldades, agravadas por histórias de violência e vícios dos adultos em seu entorno, e são encaminhadas ao abrigo pela impossibilidade de seus pais proverem o essencial para sua sobrevivência. Há que se acrescentar, acerca desse fato, que recai sobre as famílias - social e economicamente desfavorecidas - a percepção de que são incapazes e inadequadas para criar seus filhos (Rizzini, 2007).

De acordo com Neves (2009, p. 79 e 80), o termo “criança abandonada” mostra a omissão o descaso do Estado brasileiro durante três séculos. A autora continua dizendo que a frase “criança pobre abrigada” vem contemplar “as distorções que falsearam a proteção de milhares de crianças e traduz a punição cruel e indiscriminada de crianças e famílias pobres.”

Durante estes dezoito anos, testemunhei momentos em que todas as instituições da cidade estavam lotadas e existia uma luta por vagas em abrigos. Presenciei um enfileiramento de seis carrinhos de bebês com lágrimas nos olhos, enquanto uma cuidadora corria de um lado para o outro para alimentar também outras crianças que já se encontravam à mesa.

Na cidade de Uberlândia, no ano de 2013, o que se presenciou foi uma ação arrojada e inovadora do Ministério Público em “desabrigar” crianças. Em um ano de trabalho, o número de crianças em abrigos foi reduzido de 208 para 40. Segundo a visão do representante do Ministério Público da Infância e Adolescência, isso é o que dita a nova lei de adoção, Lei 12010, de 2009, da qual ele cobra o cumprimento. Algumas crianças foram entregues à adoção e outras retornaram a seu lar de origem. A questão que surge, frente a tais iniciativas, é a respeito do que foi trabalhado com as famílias e com as crianças acerca de sua história e as condições sociais e emocionais que determinaram o acolhimento institucional, antes do retorno da criança ou adolescente ao lar de origem. Questiono se houve um investimento significativo nos cuidados oferecidos a essa família e a essa criança, os quais pudessem dar um significado a essa ruptura e trabalhar a produção de novos sentidos para o retorno à convivência.

As condições de exposição a violências e a riscos psicossociais que prejudicariam o desenvolvimento dessa criança podem ter tornado o abrigo o representante de um lugar acolhedor; contudo, observa-se que, na verdade, ele retira da criança importantíssimas oportunidades de pertencimento e reparações que poderiam, com as medidas e intervenções adequadas, constituir uma chance para reestruturação da rede familiar. A exclusão estaria aí

imbricada, pois apesar de alimentada e segura a criança não encontraria no ambiente institucional nenhum afeto significativo. Assim, manter o indivíduo no abrigo seria como manter um pássaro enjaulado. Como diria Dolto: “Criar a criança como um animal doméstico que não tem história é de certa forma um roubo” (Dolto, 2006, p. 106). Imbricado nesta armadilha de proteção, o sujeito em vias de constituição estaria exposto a outro risco. Ao não ser ouvido em seu desejo, o que comumente acontece no ambiente institucional, poderia sofrer a erradicação de seu narcisismo.

Ao pensar conforme Winnicott (1967), que o primeiro espelho da criança é o rosto de sua mãe ou substituta, sem a possibilidade de um olhar reconhecedor de seu primeiro objeto de amor, essa criança estaria entregue a um estado de desamparo ou desalento. Ela não teria o reconhecimento de sua história, não teria um lugar onde se ancorar e estaria de passagem, no provisório abrigo “permanente”, de vínculos temporários e relações instáveis. Certa vez ouvi de uma adolescente dentro de um abrigo: “Eu nasci de sementes de árvore”. Tal frase me remete a esse desamparo, essa impossibilidade de resignificar sua história por não ter referências familiares possíveis de uma ancoragem.

De acordo com Marin (2010), quando se estuda as nuances do acolhimento institucional, a perda, a falta e a separação não são em si o problema para a formação de identidade, podendo ser inclusive determinantes. O que importa, de acordo com a autora, é a possibilidade de sua significação e a condição para a simbolização. A partir dessa afirmativa ela discute que o problema da instituição seria tentar colocar-se como substituta total da família, fazendo-se de mãe e pai. Estaria assim procurando negar a falta vivida pela criança e, desta forma, impedindo a vivência da demanda. Ela ainda afirma que é através da falta que o sujeito pode manifestar seu apelo, vivenciar seu desejo, orientar-se e fazer a própria história. Nesse sentido, argumenta a importância de se deixar surgir esse espaço da falta, evitando preencher totalmente a criança, mas permitir que ela questione sua origem, fale de seu

abandono, entenda quem, naquele momento, ocupa os lugares de proteção e de apoio e, ao mesmo tempo, de limite e de ordem e para onde deve seguir seu destino ou qual futuro possível colocado para ela.

Ao refletir sobre as reais possibilidades de dar a esse sujeito acolhido institucionalmente as condições para tornar-se um sujeito autônomo, percebo como é raro encontrar algum trabalho efetivo nesse sentido. As instituições trocam seu pessoal, inúmeras vezes, talvez por dificuldades em manter uma equipe que receba treinamento e tratamento pessoal para lidar com as questões muitas vezes massacrantes de uma instituição de acolhimento. Desta forma impossibilitam que se constitua um vínculo seguro com alguém que possa ser uma ponte com esta história; bem como observo como é tímido e, muitas vezes inexistente, um olhar psicanalítico para esse lugar, instituição de acolhimento, onde vivem crianças quase que em situação de invisibilidade, desistoricizadas.

O olhar psicanalítico marcou minha entrada à instituição judicial. Quando cheguei naquele ambiente de legalidade, senti-o estranho a mim: psicóloga em início de carreira, pertencente a um Centro de Estudos Psicanalíticos de Uberlândia, com uma pequena, porém considerável, trajetória dentro da clínica psicanalítica. O lugar de psicóloga judicial parecia ainda não existir. Para as recém chegadas não havia salas, não havia mesas e os outros funcionários da instituição me receberam com a seguinte frase no primeiro dia em que me apresentei para trabalhar: “Outra psicóloga! O que eu faço com ela?”

Desbravar esse lugar causou muita dor, mas houve também o acolhimento de uma psicóloga mais antiga, que já trabalhava ali e pôde dar algum contorno ao que me esperava naquele trabalho, ainda que este lugar para ela também fosse de intenso desamparo.

Com o passar do tempo, a dura rotina dentro do ambiente institucional jurídico absorvia-me com seus desvarios. Em alguns momentos me sentia impedida de pensar. Era chamada a presenciar audiências de intensa violência, como se pudesse “ajudar” que a decisão

judicial não causasse “traumas”. Muito me marcou uma delas em que uma mãe, ao ser comunicada sobre o acolhimento institucional de seus filhos, tentou acertar uma “cadeirada” no Juiz e, em seguida, polícia chamada, mãe algemada, psicóloga aterrorizada.

O olhar psicanalítico, tão caro a mim, era muitas vezes abandonado, por impotência de mantê-lo em situações tão violentas. Esta pesquisa, da forma como foi delineando-se, surgiu como a oportunidade de recuperá-lo, ainda que para realizá-la, após dezoito anos de experiências emudecedoras, eu tivesse que me apropriar das ideias de autores, até então novos para mim, mas que diziam muito a respeito do meu objeto de pesquisa, como Kaës, Fédida, Lacan, Poli e Rassial. Busquei uma interlocução com tais autores tentando desbravar caminhos teóricos ainda não conhecidos, porém muito interessantes. Na clínica, além de Freud, tinha mais familiaridade com as ideias de Klein, Bion e Winnicott. Contudo, desses autores, não encontrei tantos trabalhos que pudessem embasar minha discussão sobre os aspectos institucionais envolvidos nesta pesquisa.

Além do emudecimento a que fui submetendo-me durante minha trajetória, também tive que enfrentar a angústia pelo ensurdecimento. Por vezes, os casos que atendi, como técnica, ficaram sem um retorno, após o estudo, e não sabia o que estava sendo feito ou trabalhado dentro dos abrigos com aquelas crianças. Ao visitar as instituições por outros motivos - como a possibilidade de adoção ou alguém da família biológica dispondo-se a assumir a guarda de uma criança acolhida institucionalmente - eu ficava a par de algumas informações sobre outras crianças ali acolhidas, casos que já havia feito o estudo e entregado o relatório e não mais tivesse feito contato. Na rotina diária do trabalho, face ao volume de estudos que precisava atender, eu não poderia ser essa ponte entre a criança e a sua história. Certa ocasião, ao conversar com um adolescente acolhido institucionalmente desde os três anos de idade, eu tinha em mãos seu “processo”, seu “dossiê”. Ao ver aquele calhamaço de papéis em minhas mãos, seus olhos brilharam de satisfação e ele perguntou: “Tia, essa é

minha história? O que tem aí? Tem tudo sobre a minha família?”. A curiosidade pela própria história iria ser frustrada por anos a fio e sequer o retorno à convivência familiar pode desvendá-la, já que não houve oportunidade e disponibilidade de frequentarem psicoterapia familiar.

Durante anos observei o trabalho fragmentado e a grande dificuldade em articular a rede de atenção à criança e adolescente que pudesse proporcionar atendimento adequado às crianças. Elas ficavam, muitas vezes, privadas de um trabalho que lhes abrisse novas oportunidades de resignificação de sua história.

Nesse sentido, percebi ser gerada uma exclusão ainda mais poderosa do que aquela que determinou o abrigamento. Essa reflexão não se faz sem um trabalho doloroso, pois faço parte dessa rede, sou sujeito desse discurso legal, protetivo. Meu trabalho foi, até aqui, avaliar e dizer (de um lugar estranho) o que seria “melhor” para essas crianças e adolescentes e, após as decisões judiciais, abandonava meu trabalho até uma nova determinação judicial e, assim, começavam meus pareceres e laudos: “Cumprindo determinação judicial”.

Nesta pesquisa, pensar como se dá a subjetivação desses indivíduos que não tiveram a oportunidade de se inserirem em uma família adotiva, remeteu-me à falta de oportunidade de essas crianças poderem significar sua própria história, seu abandono, sua falta. Pensar no lugar de um técnico que deu seu parecer a respeito do acolhimento institucional é também reconhecer que, muitas vezes, não me foi dada a oportunidade de reflexão acerca desse serviço de acolhimento, pela desarticulação das instituições. É reconhecer que, em muitos abrigos, as crianças foram tratadas de forma piedosa e o abandono afetivo parecia ser reeditado. Na instituição receberam a cama, a comida, a escola, porém poucos contatos afetivos ou atendimento psicológico que lhe dessem a oportunidade de elaborar a dor do abandono ou do afastamento de sua família biológica, tal qual aponta Marin (2010) em seu trabalho sobre a necessidade de atenção a tais questões.

Muitas vezes o pessoal que administrava as instituições tinha dificuldades em me atender. As relações deles com os técnicos do judiciário não foram fáceis. As visitas que fazíamos eram permeadas de angústia, como se fôssemos fiscais daquele trabalho. Nesse sentido, Marin (2010) descreve algo intensamente vivenciado em nossa prática diária:

O abrigo retorna, a meu ver, com a angústia mais primordial que nos funda: o horror ao abandono, a sensação catastrófica de perder a continuidade de ser – ferida narcísica que jamais cicatriza e que encontra no abrigo a tentação de ser acalmada quando o abandonado é o outro. A noção freudiana de *unheimlich*, o estranho familiar, nos auxilia a compreender que, nesse caso, o retorno do recaiado é se defrontar com o próprio desamparo e, para se defender da angústia provocada, unir-se ao “abandonado”, superprotegendo-o e “odiando” o outro responsável por essa sensação: a família que o abandonou, os profissionais do fórum, a escola que faz sofrer, os técnicos que cobram profissionalização, etc. (p.16).

Freud, no texto, o Estranho (1919), tece uma reflexão profunda sobre esse sentimento de estranheza. Esse *unheimlich* a ser resgatado frente à vulnerabilidade. Nesses dezoito anos de experiência, observei como os trabalhadores dos abrigos possuem a tentação de se preencher com o vazio do outro e de negar sua própria vulnerabilidade. Não só os trabalhadores dos abrigos, mas toda a rede de proteção, onde me incluo, tampona o vazio e acaba por impedir o desenvolvimento para autonomia. Mas, em interlocução com o trabalho de Freud, percebo que apenas tapar o vazio e não acolhê-lo pode determinar uma morte em vida, deixando uma máscara no lugar do rosto do abandono, das dificuldades, dos problemas. Não acolher o vazio pode aniquilar a subjetividade, pois sem o olhar interessado, sem a escuta disponível e sem o reconhecimento, não há mobilização para seguir em frente, ainda que na tempestade de angústias que assolam uma história de vida.

Pensando como Marin, assim como não se pensa ou se elabora a dor, não se acolhe o estranho, passando a repudiá-lo ou negá-lo. Fecham-se, atrás das crianças, as portas das instituições, para estar, enfim, protegidos de algo que está dentro de cada um, algo que precisa ser visto, trabalhado, elaborado.

Importante se faz abordar o paradoxo que funda o sujeito humano. Como aponta Marin (2010), a articulação subjetividade/vulnerabilidade, talvez, não tenha sido trabalhada

suficientemente com os profissionais que atuam em situações de adversidade. É a nossa vulnerabilidade humana e nosso desamparo que nos diferenciam dos animais e, a partir deles, não há como sobreviver sem a presença de outro adulto a quem se vincular. Não há como sentir-se amado e com um lugar no mundo. Sem esse adulto que dê algum contorno ao sujeito, que lhe olhe verdadeiramente, não há desenvolvimento emocional possível. Possivelmente os profissionais também não puderam acessar suas histórias de vulnerabilidade, abandono e desamparo, pois não receberam investimento suficiente para isso.

Nesse caminhar, não adianta fechar portas, existe um encontro marcado com a angústia ou o com horror estruturante frente ao desamparo. É o encontro com essa condição de vazio e desamparo que nos imprime subjetividade, nos possibilitando a autoria de nossa história, a criatividade, a autonomia e o crescimento. Não pensar nesse paradoxo, não sentir essas dores, pode nos paralisar emocionalmente.

Ao perceber o quão dolorido e angustiante foi deparar-me com a descoberta de aspectos até então encobertos em minha jornada de dezoito anos como psicóloga judicial, pude fazer uso de um verso da música colocada como prólogo: “crescer dói.” Sim, crescer implica encarar vazios, medos, frustrações e talvez o abandono real ou imaginado. No caso desta pesquisa, o abandono real. Se o abrigo onde se encontra a criança tenta fazer uma suplência total, passando-se por uma ilusória família ideal, ele se coloca como uma mágica solução para a dor impedindo o desenvolvimento e o seu crescimento desta criança. É essa tentação que Marin (2010) aconselha os abrigos a superarem. Acrescento ainda que a escrita deste trabalho também me leva exatamente a esse movimento de buscar uma resignificação de minha trajetória profissional que teve o dia a dia marcado pelo traumático e deseja sair desse estado paralisante e repetitivo, pensando psicanaliticamente e instrumentalizando-me teoricamente para contornar tais traumas e finalmente reencontrar o desenvolvimento partindo da simbolização.

Dessa forma, trabalho o entrelaçamento de dois eixos de pesquisa incluindo, em um deles, recordações das experiências emocionais que vivenciei ao longo de minha trajetória como perita judicial e a maioridade atingida como um olhar sobre esse percurso, a fim de desvendar o estranho e o não pensado durante tantos anos em ambiente institucional. O outro eixo refere-se a uma adolescente de dezessete anos e suas experiências comunicadas através de entrevistas e também das entrevistas de duas colegas de instituição que, por serem mais novas, vieram para complementar a história de vida da primeira, enriquecendo ainda mais os relatos com dados e percepções que foram analisados à luz da teoria psicanalítica.

Minha intenção, com este trabalho, foi desenvolver um olhar e uma escuta acolhedora do que é o outro, quem é esse adolescente institucionalizado, qual é a verdade da família sujeito do desejo e da criança sujeito do desejo e do direito de ser acolhida em suas diferenças. Questiono também que recursos foram mobilizados para que essa família fosse potencializada a cuidar de seus vícios, de seus sintomas e que recursos foram dispensados para que esse adolescente pudesse resignificar sua história e elaborar a dor do abandono ou das impossibilidades familiares.

Esta pesquisa tenta descortinar uma realidade sob a ótica de quem vivenciou a experiência do acolhimento institucional até a maioridade. A partir dela, pretendo observar se houve alguma abertura à alteridade e a instituição deu algum acolhimento às angústias e ao desejo desse sujeito. Com que recursos este adolescente se constituiu. Entrelaçada a isto, vem a minha história, a psicóloga judicial, que ao atingir a maioridade em seu trabalho, pode abrir espaços para outros questionamentos rumo ao amadurecimento emocional que só o olhar psicanalítico pode oferecer.

Objetivo Geral:

O objetivo principal deste trabalho foi investigar o sentido da experiência da obtenção da maioridade do sujeito institucionalizado que não teve a chance da adoção e cuja família foi destituída do poder familiar. Concomitantemente entrelacei essa experiência à minha trajetória de dezoito anos como psicóloga judicial que atendeu casos semelhantes a este.

Objetivos específicos:

- a) Elaborar um estudo de caso a partir da história de vida de um adolescente abrigado há mais de cinco anos e que se aproximava da maioridade civil.
- b) A partir dessa história de vida, analisar como esse adolescente construiu seus referenciais de afeto e como vivenciou seus lutos.
- c) Pesquisar as expectativas e os desejos desse sujeito diante do desabrigamento.
- d) Construir os dados em entrelaçamento à experiência de obtenção da maioridade também da psicóloga judicial, responsável por tantos casos semelhantes ao aqui estudado.

O trabalho é apresentado em quatro capítulos, a saber:

O primeiro capítulo trata da trajetória da pesquisadora que analisa sua história institucional de dezoito anos à luz de teóricos institucionalistas como Foucault e Kaës. O segundo capítulo analisa a experiência do adolescente acolhido institucionalmente com base na teoria psicanalítica, com as discussões teóricas focadas no desamparo e nas vivências traumáticas desse sujeito, bem como na elaboração de lutos ou a entrada na melancolia. O terceiro capítulo versa sobre o método utilizado nesta pesquisa, o método psicanalítico. O quarto e último capítulo discute as entrevistas das três colaboradoras. Foi utilizado como

recurso teórico e metafórico personagens de contos de fadas que reverberaram na mente da pesquisadora e que dialogaram com as histórias das adolescentes. Fecha o trabalho um ensaio de conclusão.

Capítulo 1 – A trajetória da pesquisadora: desvendando o país das armadilhas

O Buraco do Espelho

*O buraco do espelho está fechado
agora eu tenho que ficar aqui
com um olho aberto, outro acordado
no lado de lá onde eu caí*

...
*a palavra de água se dissolve
na palavra sede, a boca cede
antes de falar, e não se ouve*

...
*fui pelo abandono, abandonado
aqui dentro do lado de fora*
Arnaldo Antunes

Estranhamento. Este seria meu enunciado ao percorrer as memórias de minha trajetória de dezoito anos no cargo público de psicóloga judicial. Essa experiência foi o fio condutor deste capítulo. Sustentando-me teoricamente na psicanálise, faço uma análise deste meu lugar institucional tal qual enuncia Guirado (2010): “o ato de escrever como sujeito da ação, de pensar em voz alta, com outros, numa relação viva no ato de conhecer” (p.28).

O Fórum, lugar onde se produzem discursos acerca de proteção e justiça e de onde se podem extrair gigantescas contradições e de vontade de verdade, conforme diz Foucault, que determina a lei, instituída em lugar de verdade, é o foco do meu olhar. Essa instituição, conforme Kaës (2001) existe para assegurar funções estáveis e necessárias à vida social e psíquica e deve ser permanente. Segundo ele, a instituição encontra-se para o psiquismo, “como a mãe, na base dos movimentos de descontinuidade instaurado pelo jogo do ritmo pulsional e da satisfação” (Kaës, 2001, p. 42). Conforme a análise de Freud em o Mal estar da civilização (1920), essa satisfação a que a instituição está ligada, é o quinhão de liberdade

trocado pelo quinhão de segurança. Nela, a segurança da lei só é garantida na medida em que os sujeitos assumem seu próprio lugar, “conforme a lei”, e contribuem para a manutenção de seu desenvolvimento, “fazer valer a lei”. Kaës (2001) diz: “quem lhe é estranho pode vir a ser submetido pela força bruta: encontra-se literalmente fora da lei” (p. 43).

É nesse sentido que pretendo aqui fazer uma discussão, colocando em jogo as palavras “destituição” e “instituição.” Escolhi falar de “destituição” porque essa palavra povoa minhas pesquisas enquanto motivo de um prolongado abrigo de uma criança cuja família não pôde ser “cuidada” para que cuidasse de seus infantes. Assim, no texto jurídico de Bittencourt (2013), “o não cumprimento das obrigações inerentes ao dever-poder de paternidade, denominado poder familiar, pode ensejar sua suspensão ou destituição”. Ele esclarece que essa destituição não ocorre “somente em função da gravidade da lesão, sobretudo em razão da impossibilidade em conviver com o filho, de forma a assegurar um ambiente propício para sua criação” (p.105).

De acordo com o dicionário Aurélio (1986), destituir significa “privar de autoridade, dignidade ou emprego, exonerar, demitir”. A destituição tira de cena o sujeito pai ou mãe que não cuidou de sua prole e coloca essa prole em um vazio identificatório, ou numa confusão sobre seus vínculos afetivos, mas instituído de um cuidado “ideal” dado pela situação de acolhimento institucional.

Instituição vem significar, no dicionário, “ato de instituir, criação, estabelecimento”. Institucionalizar vem a ser “dar caráter de instituição a, tornar institucional”. Se há a criação de uma lei, por trás dessa mesma lei, há uma ideologia de “bons pais” e, institucionaliza-se, pelo sistema de exclusão de vontade de verdade, conforme nos esclarece Foucault (2000) no texto *A Ordem do Discurso*. Nessa interlocução com Foucault, destaco minha inserção neste lugar como sujeito discursivo do qual tive intenção de ir me separando ao longo deste trabalho e tentando construir novos enunciados e nova identidade. Tecê-la a partir de novas

posições sujeito e questionamentos, como diz a música colocada à guisa de epígrafe: “Agora eu tenho que ficar aqui, com um olho aberto outro acordado do lado de lá onde eu caí.”

Esse lugar, instituído em mim há dezoito anos, ficou arraigado como um modo de agir cumprindo as determinações judiciais. Em alguns momentos ele se mostrava tão sedutor, em outros, tão cheio de desamparo. Nessa complexa relação de ótica eu parecia ver e não ver, viver e morrer na relação com a instituição. Parecia, em certo momento, enterrar-me ferrenhamente na ideologia como quem se agarra a um galho para não cair de vez no abismo, já que os casos onde impera a violência são paradoxais por natureza. Penso que talvez a única forma de enfrentar esse estranho violento que entregava um relatório ao juiz, seria esquecê-lo depois de assiná-lo, ou internamente assassiná-lo em mim, pois não me era dada a oportunidade de prosseguir pensando nos casos, quando os próximos passos não mais me incluíam e ficavam a cargo de outros pareceres ministeriais e das decisões judiciais.

Tento agora me apropriar de um lugar outro, um novo espaço de enunciação me acompanha, quando me percebo no lugar de pesquisadora. Nessa apropriação dou voz a um sujeito angustiado e solitário, como é o adolescente que viveu em acolhimento institucional e que me mobilizou nesta busca por conhecimento: um sujeito submerso em turbulências emocionais e de descobertas internas, muitas vezes incompreensíveis e mais ainda, impensáveis por serem traumáticas.

Revisitar esse lugar com outro olhar é acolher “o estranho”, conforme enuncia Freud em seu texto *O Estranho* (1919). Freud empreende uma profunda reflexão acerca deste sentimento que tenho a intenção de comunicar. *Unheimlich*, em oposição a *heimlich* (familiar, confortável e seguro) seria o que provoca estranhamento, medo e é não familiar, ou a parte oculta que veio à tona. Ao deixar vir à tona sentimentos confusos acerca de um lugar

paradoxal, de proteção e abandono, é como desvendar o retrato de Dorian Gray. O duplo demoníaco escondido dentro de um processo de ocultação da dor.¹

Conforme anuncia Kaës (1991), a dificuldade fundamental em constituir a instituição como objeto de pensamento implica, preponderantemente, assumir riscos psíquicos na nossa relação com a instituição. O primeiro risco relatado por esse autor refere-se aos fundamentos narcísicos e objetais da posição de indivíduos engajados na instituição. Assim, “somos arrastados na rede da linguagem da tribo e sofremos por não conseguir que a singularidade da nossa fala se faça reconhecer” (Kaës, 1991, p.20). Fernandes (2008) pontua que o discurso implica uma exterioridade à língua e é apreendido no campo social. Sua compreensão coloca em evidência aspectos ideológicos e históricos próprios à existência dos discursos nos diferentes contextos sociais. Dessa forma, inserida em um lugar como a instituição jurídica, fui imersa nesta destituição de um discurso singular e institucionalizada no desconhecimento estranho que hoje me mobiliza.

Uma segunda dificuldade apontada por Kaës (1991) é que não se pode pensar a instituição como pano de fundo da subjetividade, a não ser após uma experiência catastrófica de ruptura do quadro estático e mudo que ela constitui para a vida e para o processo psíquico. Em outras palavras, ele afirma que “a instituição nos precede, nos determina e nos inscreve nas suas malhas e nos seus discursos”. Ele continua argumentando que não se trata unicamente do “confronto com o pensamento daquilo que nos engendra, mas com o pensamento daquilo que, de maneira impessoal e dessubjetivada, se dispersa, se perde, certamente, e germina num espaço fora de nós que é parte de nós” (Kaës, 1991, p. 20). Esse espaço, que se pode chamar “estranho” e paradoxal conforme enuncia Foucault:

O desejo diz: ‘Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao

¹ Uso essa obra de Oscar Wilde apenas como uma pequena ilustração do duplo estranho que nos habita.

meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz.’ E a instituição responde: ‘Você não tem por que temer começar, estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida da sua aparição; que lhe foi preparado um lugar de honra mas o desarma, e que, se lhe ocorrer ter algum poder, é de nós, só de nós que ele lhe advém (Foucault, 1996, p.07).

Kaës (1991) menciona ainda uma terceira dificuldade em constituir a instituição como objeto de pensamento: diz que se refere a “pensar a instituição como sistema de vínculo do qual o sujeito é parte interessada e parte integrante” e menciona a complexidade desse pensamento já que se estaria “diante de uma organização do discurso que se determina em redes de sentido interferentes, cada uma organizando de uma maneira própria as insistências do desejo e as ocultações de sua manifestação” (Kaës, 1991, p. 21).

Alinhar esse desejo oculto à perspectiva histórica da prática institucional me remete a um duplo estranhamento, já que esse lugar instituído e revisitado fez parte de minha subjetivação. Talvez fosse cômodo alguém dizer por mim, assim como dizia pelo outro: a instituição te protege desta família instável, negligente, sem recursos e com muitos vícios. Daí a poderosa sedução. Daí a poderosa armadilha. Daí o poderoso paradoxo, emudecedor do sujeito.

De acordo com Gondar (2010), Foucault demonstra, em toda a sua obra, o quanto o conceito de sujeito é historicamente construído e pertencente a um determinado regime discursivo, capaz de produzi-lo de um modo e não de outro. Continua a autora mencionando que Lacan, na perspectiva psicanalítica, nos mostra como o sujeito constitui-se como sujeito desejante, determinado por uma trama discursiva, cuja origem ele próprio desconhece, mas de onde deve advir para produzir sua verdade e encontrar seu lugar. Segundo Gondar (2010), “o desejo do sujeito divide-o e torna-o singular, não havendo como imputar-se uma identidade.” Gondar (2010, p.40) afirma que “não há como pensar o sujeito humano com direitos e deveres enunciados a priori e universalmente. É com o desejo que o sujeito está comprometido, e é pela sua enunciação que ele deve tornar-se responsável”. Nesse prisma encontra-se o

enunciado do paradoxal e complexo cenário de armadilhas: leis instituídas visando proteção e cuidados e também assassinando subjetividades. Será que em algum momento se ouviu o singular? Pergunto-me sobre a ética de considerar esse desejo. Ele parece apresentar-se exatamente como esse *unheimlich*, esse estranho, que pode trazer o caos, conforme a perspectiva freudiana.

Ainda de acordo com Gondar (2010), ela discute que na obra foucaultiana, a ética é pensada de forma bastante diversa. De acordo com ela, para Foucault ética diria respeito a um modo de relação, a uma escolha, não tendo, nesse sentido, validade universal, e é a partir dessa escolha que o homem se afirma, se diferencia. Nessa abordagem somos produzidos por diferentes subjetividades em que o contraditório nos habita, e é nesse lugar que habita a psicanálise, nas contradições do sujeito humano, no avesso, no avesso do espelho. Assim, Araújo (2001) afirma:

Psicanálise, etnologia e lingüística mostram o homem dissolvido pelas regras, normas e sistemas inconscientes. Por detrás das representações buscam as normas pelas quais necessariamente se cumprem funções vitais, as regras que condicionam a satisfação de seus desejos e as significações que lhe advém sob a forma de sistemas, que ele mesmo não detém. Evidenciam o que torna possível um saber sobre o homem sem pretensão de chegar a um fundamento: dissolvem o homem (Araújo, p. 108).

Ainda dialogando com Gondar (2010, p.43), ela mostra que o psicólogo se vê nas instituições como o habitante de um entre dois, “de uma zona problemática e prenhe de inquietações sobre seu lugar, seu valor e seu saber técnico”. Nesse lugar ele vive a demanda de assentir às normas institucionais e da possibilidade de exercer eticamente sua função. Essa interrogação habita minha prática: foi ouvido o desejo do outro ou tentou-se instituir nele aquilo que a lei julga adequado e, ao mesmo tempo, destituir aquele que a lei julga inadequado? E concluímos com Gondar (2010) que é a partir “desta dialética entre o instituído e o instituinte, entre a moral e a ética, entre o lugar que luta para ocupar e aquele que os outros lhe atribuem, este psicólogo é chamado a se posicionar e a se interrogar sobre sua tarefa e seus atos” (p.43)

Na assunção desses questionamentos recorremos a Enriquez (1991, p.79) que fala dos sistemas imaginários utilizados pelas instituições. Eles se referem aos meios de “capturar os indivíduos na armadilha de seus próprios desejos de afirmação narcísica e de identificação, nas suas fantasias de onipotência ou na sua necessidade de amor”. Por esses meios a instituição declara-se capaz de responder aos desejos desses indivíduos naquilo que apresentam de excessivo ou de mais arcaico, bem como de transformar as suas fantasias em realidade, ilusão propriamente mortífera, uma vez que a função da fantasia seria permanecer como aquilo que não deve ser realizado para assim fornecer a base e os elementos criativos necessários à vontade transformadora.

Conforme Enriquez (1991), a instituição surge como poderosa e extremamente frágil, multiplica as imagens mais contraditórias ou mais contrastadas; contudo sempre as que provocam temor e tremor, amor e alienação:

Ela visa ocupar a totalidade do espaço psíquico dos indivíduos que não podem mais se ‘separar’ dela e imaginar outros comportamentos possíveis. Ela os sufoca e os abraça, ela os mata e os faz viver. No dia em que esse esconde-esconde imaginário perde a sua força ou é desmistificado, então cada membro se põe a criar a sua própria brincadeira (com ou contra a instituição) e esta, desmascarada, se transforma numa simples organização de trabalho com suas regras, com seus códigos, ou seja, num lugar onde as paixões se acalmam e o imaginário já não tem vocação para reinar (Enriquez, 1991. p.79).

A intenção mostrada no início deste texto, poder buscar algo novo, algo do qual se separa para uma nova construção identitária, encontra aqui uma brecha para uma reflexão acerca da transgressão, conforme entendida na ótica foucaultiana, como um fenômeno estratégico de resistência necessária diante de um olhar que compreende o poder como exercício. Foucault explicita que não há relação de poder onde as determinações estão saturadas, sendo preciso a *liberdade* para que o poder se exerça. Assim como o caos se instaura no momento mesmo em que se questiona uma prática arraigada há mais de dezoito anos, um saber técnico, um braço escravizado pela vontade de verdade legal, espera-se produzir novas subjetividades, talvez com um olhar para o esforço ético de responder ao

desejo que habita nossa fala e ação. Tal qual enuncia Silva Júnior (2013) em seu texto acerca do conceito de transgressão: “A transgressão como mecanismo limítrofe nas relações de poder não instaura, mas simula uma nova ordem; ela não apaga, mas perturba, interfere na norma vigente.”

Gondar (2010), citando Foucault, diz que este pensador nos adverte a considerar que para além do código moral e dos comportamentos reais do sujeito em relação a esse código, deve-se ter em vista as diferentes maneiras pelas quais um indivíduo pode conduzir-se, no seu modo singular de se relacionar com esse código, constituindo-se, então, “sujeito moral”. Assim, esse modo singular trata da forma particular pela qual um indivíduo cumpre as prescrições que se encontram estabelecidas no código, vez que existem diferentes maneiras e motivações para cumpri-las. Ele pode fazê-lo a partir de certos “modos de subjetivação” e de “práticas de si” independentes dos códigos morais ou da moralidade dos comportamentos. Assim, ela afirma, Foucault preferirá utilizar o termo “ética”, em vez de “moral” (Gondar, 2010, p.42).

O trabalho da transgressão é um trabalho ético que o sujeito deve efetuar sobre si, não mais, ou não simplesmente, para tornar o seu comportamento adequado a uma dada regra, mas principalmente, para tornar-se ou constituir-se enquanto sujeito à medida que age. Talvez, nesta escrita, acene a possibilidade de assumir a autoria, o *mea culpa* e lutar por esse esforço ético nas instituições jurídicas, repensando psicanaliticamente a instituição e as destituições e quem sabe quebrando os espelhos e podendo olhar para as vontades de verdade que negam outras verdades, principalmente a verdade do desejo, esse desejo que não se domina, mas impõe discursos e condutas.

Sobre esse saber técnico que, como profissional de instituição, aqui me interrogo, percorro angústias acerca do cotidiano materialmente pobre, tão monitorado pelo saber científico, pelos assistentes sociais, pelos conselhos tutelares e por toda a rede de proteção.

Nesse lugar, onde inúmeras vezes me deparei com pessoas destituídas de todas as formas de recursos, violentamente fiscalizadas em seu dia a dia e, enfim, colocadas como incapazes de fornecer o básico para sua prole. O acolhimento institucional aparecia, na maioria das vezes, dentro desse contexto, como forma de suprir ou dar condições para os filhos desamparados viverem com “dignidade” e “decência”, em abrigos, lugares instituídos para se preservar o “bem estar” e a “saúde”, ainda que se transformassem em uma poderosa armadilha.

É Araújo (2001), com base em Foucault, que esclarece:

Nós nos acreditamos sujeitos livres, donos do nosso destino, senhores dos nossos atos; achamos que nossa individualidade é um bem precioso que os poderes maiores da sociedade estragam e obliteram. Mas, quando isso ocorre, e muitas vezes com frequência e de modo violento e autoritário, a sociedade também possui mecanismos estabilizadores e fortalecedores da trama social que não esmagam, mas criam indivíduos sujeitos e sujeitados pelo poder e pelo saber das práticas disciplinares. Se há uma verdade do sujeito seria esta: sujeitos tornados objetos – em nossa sociedade “os sujeitos são (...) oferecidos como objetos à observação de um poder que se manifesta exclusivamente pelo olhar (...) sobre os corpos tornados exatamente decifráveis e dóceis (Araújo, 2001, p.116).

Assim, acredito que o saber do psicólogo judicial está ali para atender a uma demanda jurídica de decisão e poder e não o sofrimento do sujeito. Esse lugar dolorosamente ocupado é encoberto pela ilusão de que pareceres e laudos possam conduzir a decisões “menos traumáticas” para aqueles sujeitos denunciados, monitorados e aprisionados na trama das armadilhas. Em consonância com o que diz Gondar (2010, p. 36) “a função do psicólogo nestas instituições seria assim a de técnicos normalizadores, valorizada em sua possibilidade de justificar e reafirmar uma ordem que funciona sobre a anulação de subjetividade.”

A fim de esboçar aqui uma conclusão para este capítulo, retomo Kaës (2001) ao dizer que as instituições se fundam sobre um “pacto denegatório”, conceituando este pacto como um pacto inconsciente que se impõe em todo laço intersubjetivo (como famílias, instituições, etc.) de desconhecimento ou que conduz ao recalque, à recusa ou mantém no irrepresentado e no imperceptível, o que pudesse questionar a formação e a manutenção desse vínculo.

Kaës (2001) menciona que as instituições assim se fundam para conservar os espaços psíquicos comuns necessários à subsistência de determinadas funções que se encontram ancoradas na intersubjetividade como, por exemplo, a função do ideal e a organização coletiva de mecanismos de defesa.

Até então, questionar esse trabalho técnico representa também questionar as armadilhas ideológicas que me fundaram e que até aqui foram “deixadas de lado”. Assim, conforme enuncia Kaës (2001, p. 47), “o próprio pacto é recalcado. Aumento do silêncio: o preço do vínculo é aquilo que é inimaginável entre aqueles que ele une, no interesse mútuo, para satisfazer à dupla lógica cruzada do sujeito singular e da cadeia”.

Dessa forma, o estranho que me determina e que entrega seu relatório técnico sobre um dado caso, se pensado psicanaliticamente, seria apenas um “resto” de todo um discurso que o mantém nas teias institucionais. Esse lugar permaneceria não pensado. Poder me dar conta e acolher esse estranho seria pensar esse lugar de forma livre, independente. Seria olhar o avesso do espelho, transgredir, fazer nascer uma nova subjetividade, agradecendo à instituição, que me precede, a oportunidade de me diferenciar dela, deixando de ser um braço da engrenagem e podendo acessar um lugar de sujeito.

Capítulo 2 – Dentro do acolhimento institucional: A torre de Rapunzel

Este capítulo tem como intenção primordial contextualizar os aspectos históricos da institucionalização pós Estatuto da Criança e do Adolescente e mostrar como o discurso institucional funciona de forma ambivalente e paradoxal. Pretende também descrever como o adolescente inicia essa fase da vida, de questionamentos e reedições de conflitos, neste lugar inacessível, onde os sentimentos de prisão se exacerbam. Além disso, vem discutir a questão do traumático, do desamparo, do luto e da melancolia presentes na experiência do adolescente abrigado.

De acordo com Rizzini e Rizzini (2004) com a abertura política após a década de 1980, a história da institucionalização de crianças e adolescentes toma outros rumos, já que no período da ditadura o silêncio e a censura eram poderosos aliados oficiais para manter a política de internação, por piores que fossem tais condições, bem distante dos olhos e ouvidos da população.

Com a transição política em direção ao processo de redemocratização (ainda segundo as autoras mencionadas) observa-se a conscientização para a mudança permeada por diversos fatores como a presença de movimentos organizados, estudos que ressaltavam as influências maléficas da institucionalização sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes, o interesse de profissionais de diversas áreas de conhecimento para atuar e produzir sobre este tema, bem como as rebeliões de meninos e meninas internados veiculadas na mídia.

Altoé (2004) discorre que, com o ECA, as crianças passam a ser “sujeitos de direitos” e não aquelas em “situação de irregularidade”, mudando o enfoque dos atendimentos para os direitos à vida, à proteção à educação e ao lazer. Nesse contexto, basta sabê-las sujeitos de direitos para orientar o que lhes é oferecido? É o questionamento que faz Altoé. Ela continua dizendo que a abordagem psicanalítica permite que a criança ou jovem seja percebido na sua

subjetividade, na sua história e não como uma “criança carente”, que a reduziria a seus problemas, déficits ou conflitos. Contudo, muitas medidas, ainda hoje, são tomadas no sentido de retirar da criança a possibilidade de significação de seus conflitos e de ocupar um lugar no mundo. Ela ocupa um lugar na instituição e é ali deixada aos cuidados revezados de profissionais que não conseguem olhá-la como este “sujeito de desejo”.

Altoé (2004) afirma que a tendência ainda existente nos estabelecimentos, reforçada pela visão da sociedade mais ampla, é pelo viés do estigma, da intolerância, em vez de buscar as brechas na história do sujeito, no que ela tem de singular, para construir algo diferente daí para frente.

Além disso, Rizzini e Rizzini (2004, p.52) afirmam que chegam às instituições de acolhimento crianças órfãs ou em situação de abandono familiar, crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, como casos de violência, crises ou catástrofes e crianças e adolescentes em situação de pobreza. As autoras ressaltam que, independentemente da origem dessas crianças, todas apresentam, em comum, histórias marcadas pela descontinuidade de vínculos e trajetórias, muitas mudanças e rompimentos constantes de seus elos afetivos, além da grande demanda por atenção e cuidados a qual poucas vezes é correspondida.

De modo geral, de acordo com Rizzini e Rizzini (2004, p.55), as instituições de acolhimento servem para receber crianças e adolescentes enquanto seus casos são avaliados pela Vara da Infância e Juventude. Demarcariam, nesse sentido, uma provisoriedade. São espaços destinados a acolhimento e proteção daqueles que se encontram momentaneamente sem referência familiar, ameaçados, assediados, em ambiente de tráfico ou de usuários de drogas, vítimas de violências intra e extra familiar (sexual, física, psicológica, negligência) e ainda aqueles filhos de pais destituídos do poder familiar, o que configuraria a preparação para a adoção.

Esse caráter de provisoriedade e excepcionalidade dessa medida de proteção não é o que se observa na prática. Rizzini e Rizzini (2004, p.56) dizem que por falta de alternativas, essas crianças e jovens acabam sendo mantidas por tempo indeterminado nas instituições de acolhimento que não possuem a mínima condição de responder às suas necessidades, principalmente afetivas. Como existem grandes dificuldades de retorno à família biológica e à convivência comunitária, em decorrência de inúmeros fatores que vão das deficiências das políticas públicas às dificuldades familiares em se reorganizar face ao abandono reeditado, os laços afetivos dessas crianças, com o tempo, vão se fragilizando e as referências desaparecendo. Uma vez rompidos os elos familiares e comunitários, as alternativas vão se tornando cada vez mais restritas.

Para Rizzini e Rizzini (2004), os casos de abrigamento são situações complexas, muitas vezes crônicas de pobreza e de conflitos familiares. À complexidade familiar que determinou o abrigamento somam-se, ainda, os problemas da própria instituição de acolhimento, como superlotação, rotatividade dos abrigados, descontinuidade no atendimento e na perspectiva de ajuda emocional às crianças e adolescentes. Pelo viés dessas autoras observa-se que o abrigamento pouco ajuda na melhoria de vida das crianças e de suas famílias. Ainda que legalmente essa medida seja emergencial para socorrer crianças que precisariam ser afastadas de suas famílias temporariamente, o acolhimento institucional “permaneceu confundido com o internato – sendo utilizado como um local onde a criança pode ser ‘depositada’.” (Rizzini e Rizzini, 2004, p.60).

Vale lembrar, dialogando com a pesquisa de Marin (2010), que muitos abrigos não permitem a visita dos familiares. Contudo, também não elaboram um trabalho de reintegração, conforme previsto no ECA. Assim, a ideia de orfanato prevalece ainda que na maioria dos casos as crianças tenham famílias. Nesses casos, se não for decidido o

encaminhamento à adoção ou família substituta, o contato e referência familiares não poderiam ser perdidos.

De acordo com Marin (2010, p.26) “esta estruturação do cotidiano no institucional desconsidera a história da criança, o motivo do internamento, a possibilidade de expressão das crianças quanto a sua história de dor”.

Ao ser desconsiderada a dor da criança acolhida institucionalmente, bem como sua história apagada, evidencia-se sérios problemas a serem enfrentados. Um deles diz respeito à responsabilidade ética na produção de conhecimento para que os projetos de acolhimento à vulnerabilidade tenham objetivos que facilitem processos de elaboração de luto, bem como estimulem o desenvolvimento emocional através da elaboração de sua história pregressa e de seu abandono.

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes ao negar-lhes essa oportunidade de sentir a dor, reedita a violência, passando a exercer o que Marin (2002) chama de “violência branca”. Nesse conceito, a autora alude à série branca de André Green (1988, p.166), série que aponta o branco como um vazio - “blank” – associado à tela branca ou ao sonho branco, isto é, sem representação, mas com afeto. Marin (1998) diz que as instituições se organizam para poupar o sujeito de viver os conflitos inerentes ao processo de inserção social, impedem a vivência das frustrações e, assim, ainda que se mostrem sedutoras ao não lhe deixar faltar nada para sua sobrevivência, criam um desamparo maior a esse jovem, reproduzindo as contradições apresentadas pela sociedade, principalmente lhe sendo negada a inserção social após sair do abrigo.

De acordo com Marin (1998, pp. 106 e 107) o que temos para acolher os jovens oriundos de famílias sem recursos, abandonados ou carentes, são instituições nas quais tudo vem pronto, onde o adolescente é despido de seus pertences, inclusive os afetivos, e se torna

um caso, ou um número de processo. A partir desse momento quem vai cuidar da história dele é o juiz, o assistente social e, eu acrescentaria, a psicóloga judicial.

Nesse vértice, a instituição se tornaria um objeto mágico, supridor das necessidades, onde é criada a ilusão de um mundo sem conflitos. Certa vez ouvi de um adolescente que havia completado a maioridade e saído da instituição a seguinte frase: “Ah, tia, lá no abrigo eu era só criança, né! Lá eu só brincava e jogava bola!”. Esse mesmo adolescente encontrava-se confuso e perdido, à procura de um emprego, em busca de sua história, sem o afeto de sua família para onde havia retornado e lá era taxado como “vagabundo”, tanto pela mãe como pelo padrasto.

Dessa forma, o que se tem na instituição é uma repetição do desinvestimento familiar, sob a forma sedutora encontrada pelo abrigo de prover integralmente ao jovem suas faltas, mas impedi-lo de crescer, de encarar suas realidades traumáticas e frustrações. A instituição seria aquilo que menciona Marin (1998, p.108): “uma pausa na vida desses jovens para a volta à guerra, ao crime, à vida, à morte.”

Projetos que visem o desenvolvimento emocional e o encaminhamento para a autonomia desses sujeitos não poderiam perder de vista o que Marin (2010, p.38) conceitua como a psicoprofilaxia: alternativa seria a de “evitar a doença e garantir pleno desenvolvimento dos homens, de modo que atuem no mundo em que vivem de forma ativa e criativa”. Assim cairiam as máscaras, pois os indivíduos poderiam denunciar as pressões, as violações de direitos, atuando de forma crítica no mundo e no que lhes é imputado.

A ausência de um trabalho de psicoprofilaxia dentro das instituições de acolhimento só viria acentuar o aspecto mortífero do abandono e o desamparo das crianças e adolescentes a quem não é dado o direito de se manifestar em seus desejos e críticas ao tratamento que lhes é oferecido dentro do abrigo onde vivem.

O silenciamento desses adolescentes, permitindo-me uma metáfora, configura-se como uma cegueira branca, como descrita por Saramago (1995) em sua obra “Ensaio sobre a cegueira”, ficando eles entregues às ordens de um outro, também cego, que ignora o próprio desamparo, que ignora sua própria cegueira e se coloca na vida do adolescente como um argumento de proteção, privando-o de bens tão caros como a liberdade e a história de vida.

2.1 As experiências do adolescente dentro da torre

Neste tópico pretendo desenvolver uma análise da experiência de acolhimento, explorando as contradições da instituição para a subjetividade do adolescente acolhido.

Ao pensar a adolescência lembramos que ela marca a transição do estado infantil do sujeito para o estado adulto em sentidos multideterminados. São transformações decorrentes do espaço corporal, do pulsional, do afetivo, bem como do social e, conforme nos mostra Levisky (1995, p. 17 e 19), o processo da adolescência engloba aspectos que podem ser considerados universais, desde as civilizações primitivas até as mais modernas, como a aquisição da capacidade reprodutora, centralizada no tabu do incesto e no significado da representação totêmica. É sob estas condições que se determina a busca de um novo objeto de amor, fora da família. Esse autor ainda acrescenta que qualquer que seja o contexto sócio cultural, a adolescência será um período de crise e desequilíbrio.

Na reflexão de Levisky (1995) existe grande complexidade na passagem adolescente devido às discrepâncias nos processos de maturação fisiológica, psíquica e social, onde não há definido um ritual de passagem e existe a necessidade deste adolescente galgar várias etapas até que possa acessar o status adulto. Assim, fisicamente ele está apto a exercer suas funções sexuais, mas tem diante de si as forças da cultura, da sociedade e os riscos do desejo da liberação destas funções.

Andreozzi (2001) descreve o tempo adolescente como um movimento pendular. Para esta autora, o sujeito adolescente estaria preso a um fio que o segura, a uma inscrição. Este fio passa por oscilações que dependem de vários fatores desde o ponto onde o fio está pendurado ou o tamanho dele. Pendurado ao fio, o adolescente passeia e pode olhar para o lugar onde o fio está preso, para o ponto onde ele está preso no fio e para os diversos lugares onde o fio em que está preso o conduz. Então, para Andreozzi (2001) o tempo adolescente seria um movimento em que o jovem começa a produzir seus balanceamentos próprios:

Se antes ele dependia do movimento do fio para se movimentar, mesmo produzindo ali balanceamentos próprios, agora ele pode se utilizar do fio, de modo a movimentar-se para onde deseja; movimentar seu desejo no fio, movimentar o fio no ritmo de seu desejo... Este movimento lhe imprime uma direção marcada pelas escolhas que faz. Desenha um percurso, percurso para se tornar sujeito de seu desejo. Impulsionado pelas ondas da oscilação – e pela oscilação das ondas...o adolescente encontra-se entre o desejo de permanecer no fio e/ou cortá-lo. A questão seria, então, de um trajeto desejante de habitar um novo território – o corpo adulto sexualizado (Andreozzi, 2001, p.21).

Ao pensar no adolescente institucionalizado percebe-se haver uma escancarada negação deste estado adolescente, alimentando nos jovens circunscritos aos muros do abrigo uma impossibilidade de exercer seus desejos e sua sexualidade. Naquele lugar ainda são crianças que necessitam da proteção e são assim tratados, como se essa transição e suas transformações só pudessem ocorrer após atingir a maioridade. Na instituição de acolhimento todos devem ser “bons meninos”, fazer o que é mandado, não deixar aparecerem as transgressões e as rebeldias, não questionar a ordem vigente, não provocar nenhum transtorno. Não podem desejar namorar, isso é colocado como “proibido”. Na instituição não há lugar para o exercício da sexualidade, ávida por novas experiências. Sobre esse estado e essa passagem de ebulição pulsional deve ser colocada uma luva e o adolescente em isolamento.

Tal qual é discutido por Marin (2002, p.163) o adolescente, para nossa sociedade é como um estrangeiro, ou estranho (*unheimlich*), na concepção freudiana: algo familiar à vida

psíquica que se tornou estranho a ela pela repressão. Esse sujeito, segundo a autora, está em busca de filiação e de reconhecimento. Deseja encontrar no social o lugar que lhe foi prometido e, muitas vezes, está inacessível. Dentro dos abrigos os adolescentes ficam à margem do social, não podem “buscar” suas histórias, suas filiações e seus reconhecimentos, pois não lhes é permitido desejar, sentir. Muitas vezes frequentam igrejas, um dos únicos ambientes possibilitados pelas instituições ou, esporadicamente, casas de madrinhas. Nesses ambientes precisam seguir todas as regras, pois caso transgridam, perderão a proteção da instituição e poderão ser denunciados à justiça e tornarem-se, paradoxalmente, delinquentes. Se fugirem da instituição de acolhimento, serão procurados pela polícia. Como “fugitivos” passam a se esconder das mais diversas formas, onde haja uma brecha de sobrevivência.

O adolescente não pode, no abrigo, ser incômodo, não pode demonstrar suas turbulências, suas faltas e seus vazios. Na instituição é determinada a morte do momento adolescente.

No encadeamento a essa ideia de morte de um momento de vida que permeia a institucionalização, percebe-se haver um impedimento para conquistar-se a construção de uma identidade, já que ali é negada ao sujeito a liberdade e o direito de “ser” em seus desejos. Na conclusão de seu artigo sobre a vinculação afetiva de crianças abrigadas, Oliveira e Próchno (2010, p. 83) dizem que é remota a possibilidade desses sujeitos institucionalizados desenvolverem vínculos afetivos significativos já que as rupturas tão frequentes os atingem em sua segurança pessoal, em sua confiança em si e no outro e configuram-se em relações mal elaboradas psiquicamente. Acrescentam que comportamentos de agressão, retraimento, irritabilidade e distanciamento, assim como comportamentos de rápida e intensa aproximação, indicam provavelmente a carência e a pobreza afetiva em que vivem esses sujeitos em condição de institucionalização.

Dadas tais premissas, nota-se que o desamparo permeia as vivências dos sujeitos institucionalizados, os quais ficam impedidos, de certa forma, de se desenvolver e de estabelecer laços significativos que lhes deem alguma sustentação psíquica de reconhecimento e importância. Do desamparo, das situações traumáticas, da elaboração dos lutos ou da entrada na posição melancólica se constitui o sujeito abrigado até a maioridade e, sobre esses aspectos, direciono agora novas discussões.

2.2 O desamparo, as vivências traumáticas, o luto e a melancolia

O desamparo, segundo a teoria freudiana, fala de uma incapacidade de sobreviver por si próprio, remetendo à vulnerabilidade humana e à necessidade de um outro que dê significação e vida. Dessa forma o outro ou aquele que virá oferecer os cuidados no início da existência do indivíduo terá fundamental importância na constituição da sua subjetividade.

Na teoria freudiana desamparo é traduzido da palavra alemã “*hilflosigkeit*” que se refere literalmente à “insocorribilidade” ou a “sem ajuda” (Menezes, 2012). A demanda pulsional gerada desde o início da vida, pela necessidade do alimento e da satisfação que necessita ser provida pela mãe ou figura substituta, expande-se para as necessidades psíquicas, como afeto, amor e reconhecimento, que, quando não vêm, despertam sentimentos de intensa angústia que remetem à “insocorribilidade” do sujeito e ao estado de desamparo.

A condição de desamparo da criança, segundo a teoria winnicottiana, destaca-se no fenômeno em que o filho sente nas falhas do holding materno. Winnicott (1967) afirma que “o primeiro espelho da criatura humana é o rosto da mãe: seu olhar, sorriso, expressões faciais, tom de voz.”. Sem esse olhar reconhecedor da mãe, como a criança vai se encontrar? Neste contexto o que dizer das crianças abrigadas, que não podem resignificar sua história e

são esquecidas em instituições de acolhimento? Sabemos que para elas, o abandono que é vivido universalmente em forma de fantasia, literalmente aconteceu, concretizou-se.

Por outro vértice, também é levado ao estado de desamparo aquele sujeito que foi vítima de um esfriamento materno, pautado no funcionamento da mãe como um espelho embaçado, que “nada reflete”.

André Green (1980) descreve, neste sentido, o “complexo da mãe morta”. Segundo esse autor, o esfriamento materno, provocado por uma depressão, é vivenciado pela criança como uma catástrofe, um trauma narcísico, dada a desilusão antecipada que demarca para ela a perda do amor e, igualmente, de sentido, uma vez que ela não dispõe de recursos para explicar o que ocorreu. Nesse prisma, o objeto primário fica cativo no psiquismo nascente e não ocorre o processo de diferenciação.

Para Green (1980, p.253), a mãe morta leva consigo “o essencial do amor de que tinha estado investida antes de seu luto: seu olhar, cheiro, tom de voz. A perda do contato psíquico provoca o recalçamento do traço mnêmico de seu toque”. Ela teria sido enterrada viva, mas seu próprio caixão havia desaparecido. O buraco que jazia no seu lugar “fazia temer a solidão, como se o sujeito corresse o risco de nele soçobrar com seu corpo e pertences”.

Pode-se pensar em mães ou figuras maternas enterradas na melancolia ou na depressão, utilizando álcool ou drogas como formas de anestesiamento e deixando sua prole em estado de total desamparo e abandono. Cenas que antecedem uma institucionalização e depois não podem ser elaboradas, sequer mencionadas, deixando pairar o silêncio, empobrecendo ainda mais a vida emocional, conforme foi discutido no tópico anterior.

O abandono, levando-se em conta tais considerações, poderia ser entendido como um trauma mortífero, pois aponta para uma busca desesperada por “um outro” que não responde e do qual não se pode diferenciar, conduzindo a um aprisionamento afetivo que paralisa.

Conforme mencionei anteriormente, para Freud (1926), o estado de desamparo é despertado pela integral dependência do bebê a “um outro” que possa garantir sua sobrevivência. Alguém que possa traduzir seus gestos e atribuir sentidos às suas angústias, ao seu desprazer e, assim, introduzi-lo em uma rede de representações de seu desejo. É a partir do desamparo que se impõe ao bebê a necessidade de se relacionar com o “Outro”, e é a partir dele que são criados os laços sociais, como uma ilusão frente ao desamparo (Ceccarelli, 2009).

De acordo com Altoé e Silva (2011, p. 167) “desamparados somos todos nós; nossa história pessoal é a construção de contornos possíveis a esse insuportável”. A construção subjetiva é única, utilizando-se de elementos disponíveis em cada contexto e a psicanálise convida a esse percurso que implica dizer-se conforme o próprio desejo: partindo daquilo que falta, produzindo novos enlaces para si e com os outros. Ao considerarmos um lugar traumático e incontornável, questiona-se como esse sujeito poderá dizer de si mesmo, sem contornos ou enlaces que lhe dêem sustentação simbólica?

Altoé e Silva (2011, p.168) descrevem que na experiência clínica com adolescentes abrigados deparam-se com particularidades de uma narrativa em que eles não se incluem como sujeitos. Muitas vezes repetem o discurso dos técnicos sobre eles. Os autores afirmam que tais particularidades não se devem apenas “ao universo culturalmente empobrecido em que vivem, mas à mudança de referência em relação ao afastamento da família, à inconsistência das relações pessoais no abrigo, somadas ao momento de vida, à adolescência”.

O adolescente institucionalizado que não teve acesso a uma função materna adequada assim como aquele que não teve a chance de ultrapassar a relação dual materna por meio de uma adequada função paterna, podendo acessar um lugar de autonomia, constrói sua máscara: os pareceres técnicos. Assim, eles se vinculam ao que o abrigo lhes reflete.

Como ressalta Felippi (1999), a instituição legitima a sua função de suplência ao fracasso do Outro familiar e, por outro lado, a presentificação deste fracasso na condição de institucionalizado é insuportável ao sujeito.

Segundo Justo (1997), estar em situação de abrigado coloca o sujeito em um lugar de passagem, onde os vínculos tornam-se temporários e as relações instáveis. Eu acrescentaria que o coloca num estado de solidão, perdido pelo desaparecimento repentino das pessoas que o cercavam, ainda que fossem violentas.

A violência, a negligência e o abandono traçam um destino cujo acolhimento institucional ou abrigo dificilmente darão suporte a um entendimento possível. Parreira e Justo (2005) mencionam que ser abrigado “significa defrontar-se com a ausência de uma filiação, de um lugar próprio onde o sujeito possa reconhecer-se numa história, no tempo e no espaço, podendo visualizar seu passado, identificar sua linhagem e posicionar-se na rede familiar que assegura seu posicionamento psicossocial primário.” (p.176). A esse sujeito restam as fantasias de horror que mobilizaram seu abandono, familiar e social. Essas fantasias são o instrumento de sua música interior que toca incessantemente na escuridão de sua mente.

Nesse aspecto, Quinodoz (1993, p.43) analisa, em sua obra sobre a solidão, que os processos de separação e diferenciação encontram-se estreitamente ligados, e para que o primeiro ocorra é preciso que o segundo tenha sido adquirido.

Esse autor insere a separação no contexto da relação em que o outro é percebido como livre para ir e vir, livre para escolher ou renunciar a seus relacionamentos. Ele menciona que nas relações interpessoais saudáveis, não existe a necessidade de uma presença constante do objeto, mesmo que essa presença traga satisfação e, a ausência, insatisfação. Em tais condições, ocorrendo a perda, ou a separação definitiva, existe uma dor psíquica ligada ao trabalho de luto, contudo, a perda do objeto não provoca a perda do ego, como ocorre na melancolia.

Considerando ainda o que nos diz Quinodoz (1993, p.49), aceitar separar-se do outro supõe a elaboração da perda em dois níveis: o da relação entre duas pessoas e o da renúncia à fusão do ego com o objeto do qual se separa. Ele ainda acrescenta que “podemos vir a conhecer um objeto à medida que conseguimos nos diferenciar dele, e só podemos nos separar verdadeiramente dele sem excesso de angústia quando ele for verdadeiramente encontrado”. Em caso de um abandono primário, como o sujeito poderá encontrar verdadeiramente o objeto? Não estaria ele perdido internamente dentro de um lugar escuro, onde só resta uma identificação com o próprio abandono e a introjeção do objeto perdido?

Dadas as considerações levantadas acerca do desamparo, faço novamente uma interlocução com Freud (1919) e à noção de *unheimlich* (o estranho, tão familiar): o terror da morte em vida; a estranha dor de morte que tenta negar a própria morte ou a imitação da vida que toma o lugar da própria vida; a existência do aprisionamento da mente a um lugar lúgubre e frio como um túmulo, um túmulo cheio de vazio de significações que nos remete ao traumático.

Conforme já se pode inferir, esse sujeito encontra-se imerso em um estado de extremo desamparo, pois traz consigo o “trauma” que o colocou em um lugar de escuridão e que é dificilmente elaborado. Sem a pretensão de dar conta do conceito de trauma, recorreremos a Zimmerman (1999) que menciona que trauma vem do grego e significa “ferida”. Remete para algum tipo de “ferida” precocemente infligida ao psiquismo da criança que pode levá-la ao estado de desamparo.

Ferreira (2011) descreve o traumático em referência ao aspecto econômico do funcionamento psíquico, relativo a uma “excessiva quantidade de excitação pulsional que invade o aparelho psíquico e que não consegue ser descarregada” (p.57). Em se considerando os tempos de constituição do psiquismo, a membrana viva da criança pequena é muito pouco desenvolvida, sendo também pouco eficiente na função de regular quantidades. Nesse sentido,

a criança necessita da proteção de um adulto que funcione como mediador de antiestímulos para que essa “membrana” possa se constituir. Para a autora, “a falta do adulto ligador, metabolizador é vivida como excesso não metabolizável pelo incipiente psiquismo infantil” (Ferreira, 2011, p.59).

Para reforçar o posicionamento anterior, Winnicott (2005) considera que a separação com ansiedade é um indício de que a criança ainda não estaria pronta para desenhar o desaparecimento da mãe como parte de sua criatividade. A separação não poderia ser significada e não poderia ser formada a chamada “área de ilusão”, que se constituiria na continuidade narcísica do bebê.

Winnicott (2005) diz que o primeiro princípio teórico a ser levado em conta por quem trabalha com crianças que sofreram privação é o de que a doença não é resultante da própria perda, mas do fato de essa perda ter ocorrido num estágio emocional em que a criança não era ainda capaz de ter uma reação madura a ela. Segundo o autor, um ego imaturo não pode lamentar a perda, não pode sentir o luto e assim, tudo que se tenha a dizer sobre privação e angústia de separação necessita basear-se numa compreensão da psicologia do luto.

Para contextualizar esse aprisionamento traumático, volto a Freud (1917) e ao que ele descreve em *Luto e Melancolia* como as diferenças entre o luto normal e o patológico. No luto normal existe um desligamento paulatino, doloroso, porém, toma o caminho do consciente e permite que o indivíduo siga sua vida livre e pronto para novas escolhas. Já na melancolia existe uma reação depressiva quando da perda do objeto a qual decorre de a pessoa estar parcialmente identificada e confundida com ele, para defender-se do sentimento de tê-lo perdido.

Na melancolia, a perda do objeto transforma-se em perda do ego ou, em outras palavras, a sombra do objeto recai sobre o ego e assim é seu caminhar: “assombrado”. Existe um “fantasma” que mora nos submundos do seu inconsciente, e é ele que vem cobrar todos os

dias seu quinhão de atenção, que nunca basta, nunca é suficiente. A criança que perdeu o amor materno e não obteve a sustentação simbólica da vida, passa a duvidar de seu existir, passa a viver um “buraco negro”, nunca preenchido, uma dor nunca aliviada e - como apresenta dificuldade em lidar com a solidão, como se fosse aniquilar-se nela - sente que somente tem valor quando está na presença de outra pessoa.

Para Salles e Ceccareli (2012, p.25), o trabalho do luto concernente ao processo de desligamento de um objeto amado, seja por morte ou separação, “é uma tarefa dolorosa e difícil que nos põe à prova, pois obriga-nos a nos reconstituir”. De acordo com esses autores, o trabalho do luto demanda um tempo de elaboração psíquica. Contudo, nem sempre isso acontece. Eles citam como exemplo de luto não realizado, a tragédia de Hamlet. Ele não pode fazer o luto do pai assassinado, pois os ritos funerários não foram devidamente respeitados, mencionando que um processo dessa natureza, “feito às pressas”, pode ser enlouquecedor e determinar as ações e o destino do sujeito.

Na tentativa de fazer uma interlocução com a psicologia do luto, Ogden (2004) analisa a obra *Luto e Melancolia*, de Freud (1917), mencionando que ela tem um papel fundamental no desenvolvimento da psicanálise a partir de 1917, e lança um olhar inovador sobre a teoria das relações objetais inconscientes. Entre elas, a ideia de que a substituição de uma relação objetual externa por uma relação objetual interna, inconsciente, pode estar representando uma defesa contra a dor psíquica referente a uma perda.

Ogden (2004) argumenta que a melancolia é uma doença do narcisismo. O que realmente diferencia o melancólico do enlutado é o fato de o melancólico somente ter sido capaz de estabelecer formas narcísicas de relação objetual. “A natureza narcísica da personalidade do melancólico impossibilita-o de ficar em contato com a dolorosa realidade da perda irrevogável do objeto, contato necessário para o luto” (Ogden, 2004, p. 93). No âmbito das relações objetais internas e inconscientes, o melancólico substitui o que poderia ser uma

relação tridimensional com um objeto externo, mortal, decepcionante, por uma relação bidimensional (sombra) com um objeto interno, existente na esfera psicológica e fora do tempo, colocando-se assim a salvo da realidade da morte. Esse indivíduo evade-se da dor da perda e, extensivamente, de outras dores psicológicas, mas à custa de enorme perda da própria vitalidade emocional.

Após esta análise, Ogden (2004) ainda acrescenta que, para Freud, os motivos da melancolia não só estão na perda por morte, mas abrangem situações de ofensa, humilhação ou decepção, revelando ou reforçando uma relação de amor e ódio. Sob a ótica dessa ambivalência, o investimento amoroso do melancólico no seu objeto tem duplo destino: uma parte regride à identificação e a outra é levada ao sadismo.

O sadismo é uma força de ligação com o objeto, em que o ódio (o ultraje do melancólico em relação ao objeto) se torna inextricavelmente imbricado com o amor erótico, sendo que esta combinação pode se tornar um vínculo ainda mais poderoso (de forma sufocante, subjugadora, tiranizante) do que o vínculo somente de amor. O sadismo, na melancolia (que surge como resposta ao desapontamento sofrido em relação ao objeto ou como resposta à sua perda), dá origem a uma forma específica de tormento, àquela mistura específica de amor e ódio que está sempre à espreita (Ogden, 2004, p. 93).

Nesse vértice, Ogden, com base em Fairbairn (1944), dá destaque para os vínculos de amor e de ódio presentes em algumas formas de relações patológicas como os vínculos violentos da criança que foi abusada ou do cônjuge que apanha, com seus violentadores. Destaca que “o abuso é inconscientemente experimentado tanto pelo violentador como pela vítima, como um amor cheio de ódio ou como um ódio cheio de amor – ambos preferíveis a nenhum tipo de relação objetal” (Ogden, 2004, p. 93). O objeto perdido segue idealizado e a perda ou a decepção nunca são elaboradas a fim de dar seguimento livre à vida. Existe um arrastar de correntes pesadíssimas no terreno do traumático e da melancolia.

Violante (1995), em seu estudo sobre a potencialidade melancólica em casos onde ocorre a perda prematura do amor materno, seja por rejeição ou por morte, discute que esta situação provoca uma desqualificação do narcisismo infantil. A autora baseia-se nos conceitos

de Piera Aulagnier no que se refere à potencialidade psicótica. Tais conceitos mencionam que, com o reforço da realidade social do sujeito, as situações de rejeição, mutilação e ódio não são simplesmente fantasiadas, mas realizadas. Segundo Violante, o abandono seria uma situação extrema de desqualificação narcísica que o Eu infantil dificilmente conseguiria significar.

Violante (1995, p. 22) diz que a criança mal amada é aquela que foi narcisicamente desqualificada, por ter sido mal enunciada e também mal investida pela libido materna. Acrescenta ainda que essa desqualificação do narcisismo infantil acentua-se, mais ainda, ao ser reforçada pelo pai que também abandona ou sequer a assume.

Já que a solidão e o desamparo são sentimentos que acompanham o sujeito desde o nascimento, levando-o sempre em busca da unidade perdida, do estado de dependência absoluta à autonomia e singularidade, em constantes e renovadas batalhas, o que dizer do sujeito que não encontrará sua face autêntica devido à desqualificação narcísica de seu ser? O adolescente abrigado tem diante de si, antes de mais nada, uma batalha pela existência psíquica.

Ferreira (2011, p.15) vem discutir a diferenciação entre traumas não assimiláveis e traumas inevitáveis ou constituintes. Para a autora, traumas não assimiláveis são característicos das nomeadas “neuroses traumáticas” que, de surpresa, expõem o sujeito em vias de constituição a um montante de excitações pulsionais, tornando-se esse tipo de trauma impossível de ser simbolizado ou de vir a ser recalçado e fazer sintoma. Para a autora, esse tipo de trauma, considerado próximo da melancolia, pressupõe uma cisão ou clivagem do ego como meio de sobrevivência psíquica. Assim como no trabalho de luto existe um sepultamento do objeto perdido, nos traumas não assimiláveis e na melancolia as perdas são insepultáveis. Ferreira (2011) afirma:

Os traumas não metabolizáveis não podem ser representados no psiquismo, não indicam a presença de um conflito entre instância e desejos, não podem sofrer a ação do recalçamento, não fazem sintomas propriamente ditos, acionam a angústia automática e não conseguem armar angústia sinal (Ferreira, 2011, p.49).

Sanches (2005, p.150) diz que tanto para Dolto quanto para Winnicott, as experiências traumáticas deixam marcas profundas no inconsciente da criança. Esse saber inconsciente pode manifestar-se de formas irreconhecíveis ou bloquear o amadurecimento do sujeito. Segundo a autora, o caminho para que tal experiência seja integrada ao self, seria um encontro com um Outro que desse nome à dor e compartilhasse o sofrimento. Ela continua dizendo que são poucas as instituições que se sentem preparadas para lidar com estas questões. Alegando problemas de sigilo, a maioria das instituições nega o acesso da criança à sua história. Não havendo a disponibilidade de um Outro de confiança que possa ser mediador desta história, a criança vê-se privada de uma parte de si e vive uma situação de súbito rompimento de sua vivência de continuidade de ser. A quebra dos elos com o passado torna ainda mais difícil viver o presente, e mais difícil ainda representar o futuro.

Contudo, apesar de tantas rupturas e do traumático abandono, Sanches (2005) menciona que muitas vezes essas crianças conseguem tirar o máximo do mínimo que a vida lhes oferece. Ao analisar crianças institucionalizadas, diz que um setting analítico que possibilite um holding e seja confiável, inclusive sobrevivendo aos ataques necessários à elaboração dos traumas vividos, pode constituir-se num espaço de transicionalidade e propiciar a retomada de um processo de amadurecimento interrompido em graus variáveis. Mas sabe-se que coisa rara é a possibilidade de um setting analítico dentro de uma instituição de acolhimento.

Marin (2010, p.19) refere-se ao desamparo como condição estruturante do sujeito e afirma que a angústia frente ao desamparo é condição para a autonomia. Em uma instituição de acolhimento, na maioria das vezes, não existe esse Outro de confiança, pois há uma enorme rotatividade de profissionais e assim perde-se a oportunidade de um trabalho sério ou um encontro com a possibilidade de significação das faltas, que poderia abrir um “espaço

potencial”, conforme mencionado por Winnicott (1975), um lugar que desse espaço para a criatividade do sujeito.

Carneiro et. al (2007) menciona que a luta travada entre as forças contraditórias do viver – a dependência do outro e o desejo de autonomia – desenrola-se nas profundezas da condição humana. Para os autores desse artigo, essa dor pode ser fonte inesgotável das mais ricas criações, assim como pode levar o sujeito aos descaminhos da loucura e da morte e somente contando com ousadia e coragem é possível navegar pelas angústias de vida e morte que ladeiam uma trajetória de vida.

Acredito, a partir dessa concepção, na existência de uma esperança para que este desamparado e melancólico sujeito abandonado e abrigado possa finalmente significar sua existência. Tal como aponta Marin (2002, p.31), é importante ousar enfrentar a violência e não mais negá-la. Enfrentar situações traumáticas demanda a busca por símbolos, representações, palavras, busca de sentidos e coragem para romper com o pacto de paz e assumir a força transgressora da pulsão, que é a vida, que é Eros, na concepção freudiana.

Na expectativa de formar novos elos com a história de vida do adolescente abrigado até a maioridade vem o auxílio do método psicanalítico. Ele será usado para ajudar a construir novos sentidos para as experiências traumáticas sejam elas constituintes ou inassimiláveis.

Capítulo 3 – Método

Para a realização desta pesquisa vários procedimentos éticos fizeram-se necessários. Os adolescentes a serem entrevistados encontravam-se sob a guarda das instituições de acolhimento e responsabilidade da Vara da Infância e da Juventude, sendo necessária a autorização da juíza dessa Vara para a realização da pesquisa. Depois de obtida a autorização judicial, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa e só após estes trâmites, foi liberada para o início das entrevistas. O protocolo foi aprovado pelo CEP UFU em 14/05/2013 sob o número 10232912.2.0000.5152

Para empreender a presente pesquisa foi utilizado o método psicanalítico, enquanto método de investigação do inconsciente e de seu fundamento básico, a interpretação. Kehl (2012, p.33) enuncia que a psicanálise dedica-se a entender o homem diante do drama da liberdade e alienação ao inconsciente. Como articular alienação e responsabilidade diante desse estranho que age nele e do qual ele não pode descomprometer-se? Hermann (2004) diz que a psicanálise define-se como uma ciência da psique e ocupa-se prioritariamente em investigar o humano nos sujeitos, onde quer que eles estejam. Desta forma, a Psicanálise lança mão de um método peculiar e especial: a interpretação.

O método psicanalítico compõe-se de um articulado corpo de conhecimentos que leva em consideração a relação entre os sujeitos, relação essa composta de transferência e contratransferência, a existência do inconsciente e a interpretação como fatores preponderantes na pesquisa de informações sobre este sujeito e a forma como ele se constitui. Tal qual enunciado por Bucher (1990, p.4) “a psicanálise é um instrumento de investigação do ser humano, daquilo que institui a sua humanização, dos processos inconscientes que o moldam no percurso de sua história”. Segundo este autor a psicanálise visa à produção de

sentidos na transmissão da comunicação que vai “além do manifesto, do banal, do visível e do consciente.” (Bucher, 1989, p. 71).

Frente a essas peculiaridades do saber psicanalítico, o contato com o outro é único e impossível de ser concebido antecipadamente. Dessa forma, a investigação aqui proposta não está restrita à clínica, mas ampliada aos campos institucionais, sociais e culturais. Esse território ampliado é sustentado por Hermann (1993), quando diz que a aplicação do método é justamente o que sustenta a prática do analista. O analista, assim, pode atuar sobre qualquer fenômeno humano, desde que se utilize da interpretação como instrumento.

Algumas articulações teóricas fazem-se necessárias neste trabalho a fim de abarcar a análise de aspectos institucionais e discursivos da experiência da pesquisadora, que também se inclui como sujeito de pesquisa ao completar dezoito anos de instituição jurídica. Vale destacar, nesse aspecto, o que Silva (1993) discorre sobre o método psicanalítico, descrevendo-o como uma forma de investigação em que sujeito e objeto criam-se mutuamente.

Usei como recurso técnico para esta pesquisa, a história de vida, por meio de procedimentos de entrevista com uma colaboradora, de dezessete anos, prestes a sair do abrigo. Tomando em consideração uma exigência desta primeira entrevistada, foram trazidas para o campo da pesquisa outras duas colegas de instituição, mais novas e com as mesmas perspectivas da primeira.

A modificação do número de sujeitos a serem entrevistados aconteceu em razão da percepção de que a exigência da primeira adolescente poderia trazer, nesse contexto, elementos importantes de sua história de vida, na medida em que a vida das colegas de instituição comunicava-se diretamente com a dela. A atenção e análise aqui propostas, então, serão voltadas para os elementos comuns que perpassam essas histórias em relação à primeira história e atreladas à história da psicóloga judicial.

Entende-se que a história de vida, conforme Paulino (1999) enuncia, pode ser um instrumento privilegiado para a análise e interpretação, pois incorpora experiências subjetivas, mescladas a contextos sociais. Pensando assim, a história de vida poderá fornecer uma base consistente para a compreensão dos componentes individuais inseridos nos fenômenos históricos.

Minha intenção foi mesclar estes recursos teóricos técnicos ao método psicanalítico, cujo invariante é a interpretação, “o tomar em consideração”, conforme propõe Minerbo (2003), dizendo que o ato de tomar em consideração elementos secundários ao discurso, contudo carregados emocionalmente, já é interpretar. Ela continua dizendo que tal ato é parte do processo interpretativo, também chamado processo de ruptura de campo.

Campo, conforme definido por Herrmann (2001, p.29) é uma zona de produção psíquica bem definida, cujas relações que nela ocorrem, são organizadas por meio de regras. Essa parte da psique, posta em ação, pode tanto referir-se ao psiquismo individual, como ao social e cultural. Como o sujeito não possui consciência do campo em que se encontra, equivale dizer que campo é inconsciente. Embora as ideias desses autores possam me nortear no que se refere à interpretação ou a “tomar em consideração”, este trabalho não foi conduzido com base na Teoria dos Campos e sim, baseado nas ideias de Pierre Fédida e do que ele descreve como momento crítico na contratransferência.

De acordo com Fédida (1988, p. 69) a análise de supervisão decorre de uma prática teórica específica da psicanálise (diferente da do tratamento) e é a única condição clínica para obter-se os instrumentos que propiciam uma pesquisa metapsicológica da técnica psicanalítica. De acordo com esse autor, a contratransferência coloca em suspenso a resposta emocional do analista e a análise pessoal deste que é constantemente solicitada nos restos transferenciais não resolvidos, ou seja, o analista ou o pesquisador, neste caso, deve estar em

condições de suportar e metabolizar as emoções que lhe são endereçadas e ter uma vigilante sensibilidade quanto à dinâmica da situação em análise.

Fédida (1988) propõe que o modelo da relação mãe-filho vem regular a função de experiência intersubjetiva da contratransferência. A partir desse modelo, a contratransferência torna-se um dispositivo pré-consciente apropriado para dar, na linguagem, ressonância aos diferentes estados vivenciados pelo sujeito. “Nestas condições, a angústia contratransferencial, não aparece apenas como ‘resposta’, mas sim como um momento crítico da atenção e, assim sendo, como instante analítico de constituição da interpretação” (Fédida, 1988, p. 75). Ele completa que a atenção do analista é a recepção à fala do paciente e a tudo o que ela comporta. Contudo, também é uma ativação da memória que conduz a uma atividade interna da fala associativa.

Segundo esse autor, os testemunhos clínicos referentes à angústia contratransferencial supõem uma prática da relação interpessoal, bem como atribuem a essa prática uma função que privilegia o eu do analista e sua capacidade de pensamento, em detrimento do campo da linguagem e da condição da fala. Levando em consideração tal observação, percebe-se que se fala da experiência do sinistro, ou inquietante estranheza, ou estranho da transferência e esta faz referência à experiência subjetiva do analista na contratransferência, ao captar tal fenômeno em si mesmo.

Ainda em interlocução com Fédida (1988, p.80), existe, segundo ele, grande dificuldade dos analistas em se manterem neste sítio do estranho ou em uma cena radicalmente diferente da do paciente. “Ser estranho confere sua plena significação do neutro e o neutro é caracterizado pela capacidade de recepção que confere a máxima ‘chance’ de linguagem”. Esse neutro/estranho seria instaurado por uma não resposta e refere-se a um lugar fundante das transferências e de engendramento da tradução da fala nela mesma.

De acordo com Fédida, o sítio do estranho não vem tanto para designar o lugar do analista, mas sim os locais que este lugar constitui. Essa constituição, que faz referência a uma materialização da dissimetria, evoca a questão a respeito de quais lugares seria possível escutar uma fala humana, sofredora por ser confusa e plural, de tal modo que, ao falar, possa descobrir uma receptividade de seu próprio silêncio, naqueles tempos anacrônicos dos acontecimentos.

Schaffa (2006, p.117) menciona suas reflexões acerca do impasse contratransferencial tendo como base as ideias de Fédida e diz:

Tomado no sentido de crise, o trabalho da contratransferência é reconhecido ao mesmo tempo no sentido de uma resistência assim como recurso que sinaliza uma região crítica, obscura, do contato com as camadas informes do psíquico mantido fora do domínio da linguagem. É como um trabalho subterrâneo silencioso de escavação que o negativo da reação terapêutica negativa, tal como se exprime no presente, no atual do sintoma, dá lugar ao reconhecimento de sua arquitetura transferencial ao aceder a uma condição de enunciação (Schaffa, 2006, p.117).

Justifico minha escolha de transpor a situação de supervisão clínica para a pesquisa munida da intenção de acessar o conhecimento que passa pela contratransferência, tal qual esclarece Fédida (1989, p.121) a respeito dessa *modalidade* de comunicação. Segundo ele, é na transferência/contratransferência que haverá um sinal, um despertar clínico e crítico a partir do que se pensa a construção. Essa construção estaria diretamente relacionada ao que no tratamento tende a se repetir transferencialmente do infantil e seria captada pelo analista contratransferencialmente

Com um pedido de licença às situações eminentemente clínicas, pretendo transpor as ideias de Fédida para esta pesquisa e, na análise das entrevistas, poder fazer uso desses momentos críticos da contratransferência a fim de acessar o sítio do estranho e poder dizer desse lugar, enterrado há dezoito anos, dessas histórias apagadas dentro das instituições, possibilitando não só a construção de um discurso, mas também um trabalho de luto que possa traduzir-se em novas enunciações.

Colaborador(as)

O sujeito pensado para esta pesquisa, foi um adolescente, abrigado há mais de cinco anos, que estivesse às vésperas de completar dezoito anos e sair da instituição. Houve muita dificuldade em encontrar esse sujeito em razão de algumas peculiaridades do momento adolescente, bem como de uma preocupação da promotoria de justiça com o número de crianças em abrigos. A maioria dos adolescentes estavam sendo desligados da instituição ou havia também a questão das fugas, muito frequentes nessa faixa etária, pois o adolescente sente o desejo de namorar, fazer as próprias escolhas, e na instituição não lhe é permitido esse exercício de autonomia.

Encontrei, na cidade, apenas uma adolescente que se encaixava no perfil desejado para colaborar com a pesquisa e que ainda estivesse institucionalizada. Busquei o contato primeiramente com a coordenadora da instituição onde se encontrava a adolescente. Esse contato também é elemento muito valioso para a análise da história de vida da adolescente de dezessete anos e das demais entrevistadas que foram incluídas na pesquisa, como uma escolha e uma condição colocada pela primeira.

Escolhi apelidar as adolescentes para manter o sigilo, pelo que contratransferencialmente me despertaram e para os fragmentos de contos de fadas a que fui remetida ao fazer o relato clínico das entrevistas. A importância dos contos de fadas para a construção e o desenvolvimento da subjetividade humana é destaque e tem sido tratada em obras importantes como a de Bruno Bettelheim (2002) e Corso e Corso (2006).

De acordo com Marin (2010) os heróis de contos de fadas estruturam-se a partir da orfandade e ao admitirmos nossa vulnerabilidade, podemos enfim nos libertar das amarras do Outro e adquirir, enfim, autonomia. Foi pensando no contexto dos contos de fada que direcionei minha escolha dos nomes das entrevistadas nesta pesquisa. Cada qual uma heroína diferente.

Tal qual apresenta seu texto acerca dos contos de fada e a psicanálise, Corso & Corso (2006) diz que a história de um sujeito é sempre uma trama da qual parcialmente se escreve um roteiro. Assistir a filmes, ler ou escutar essas histórias imaginadas por outros ajuda a pensar a existência sob diferentes pontos de vista. Assim, escolhi três histórias, cujo enredo me falou de perto, mas não diretamente, e pude nomear os sujeitos da história a ser contada aqui, lançando luz sobre alguns aspectos metafóricos que me permitiram recriar uma trama particular tanto da minha história institucional, quanto das adolescentes entrevistadas.

Alice, a colaboradora principal, tem dezessete anos, está na instituição desde os doze anos de idade e foi abrigada por negligência da família biológica, devido ao alcoolismo da mãe. Com ela, foi para o abrigo uma irmã, cerca de quatro anos mais nova, que hoje mora sob a guarda de uma tia paterna em uma cidade ao norte de Minas Gerais. Essa irmã saiu da instituição há três anos e Alice não teve mais contato com ela. À época da entrevista, Alice estava há um mês de obter sua maioridade e sair da instituição.

Anna, a segunda colaboradora, tem quinze anos e foi abrigada aos cinco, junto a outros três irmãos, um mais novo e outros dois mais velhos, graças à negligência materna mobilizada pelo alcoolismo. Dois de seus irmãos fugiram da instituição no dia seguinte e ela ficou na companhia do irmão mais novo. Esse irmão mais novo foi adotado há cerca de dois anos e ela não quis acompanhá-lo junto à família que o adotou. Os pais adotivos não costumam levar o irmão para visitar Anna e o único familiar com quem ela tem contato é um irmão mais velho que fugiu à época do abrigamento e foi adotado por outra família. Ela se encontra com ele na igreja onde frequentam.

Elsa, a terceira entrevistada nesta pesquisa, foi acolhida institucionalmente aos nove anos de idade, época em que já morava, há dois anos, com outra família a quem foi entregue pelo pai com a idade de sete anos. Ela tem quatorze anos e sua mãe ainda não havia sido destituída do poder familiar. É uma adolescente em conflito entre ficar na instituição e

retornar à família de origem. Sua família biológica tem condições materiais precárias e históricos de uso de álcool e outras drogas.

Contar a história de Alice, mesclada e clarificada pelas histórias de Anna e Elsa, objetiva entrelaçar a subjetivação dessas adolescentes dentro do ambiente institucional e as experiências que subjetivaram a pesquisadora em seu trabalho institucional como psicóloga judicial. Como se, metaforicamente, esta pesquisa e a escrita embasada na teoria psicanalítica, representassem as tranças de Rapunzel que, quando jogadas, permitissem a entrada em uma realidade psíquica até então negada ou impossibilitada de maior aproximação.

Instrumentos

Foram utilizadas, como instrumentos nesta investigação, entrevistas semiestruturadas e a observação como recurso secundário, na medida em que esta se impôs como necessária nos contatos institucionais.

Escolhi a utilização de entrevistas semiestruturadas, por ser um instrumento privilegiado de obtenção de informações e de contato com os sujeitos, o qual permite construir os dados a partir do encontro entre o sujeito pesquisador e o sujeito pesquisado. Desse encontro espera-se emergir a possibilidade de produção de um discurso que englobe não só as palavras, mas cada gesto, esquecimento, ato falho ou outro fenômeno que possa brotar dessa relação estabelecida entre duas subjetividades.

Foram formuladas, como perguntas disparadoras, as questões referentes à entrada do adolescente na instituição, seu tempo de abrigamento e suas expectativas com a saída, sendo que, ao longo das entrevistas, novos questionamentos iam surgindo e dando frutos que puderam ser explorados pela pesquisadora.

As entrevistas foram gravadas e optei pela não transcrição, mas por uma narrativa clínica delas, por acreditar que uma mera descrição roubaria, ou tiraria de cena, elementos afetivos que aparecem na forma escolhida de relato.

Escolhi as narrativas em primeira pessoa, pois minha intenção é a de elevar essas adolescentes à condição de sujeito e não apenas de colaboradoras de pesquisa. Na narrativa de nosso diálogo, eu, pesquisadora, estou presente e a análise poderá ser feita neste “entre” tão caro às situações clínicas.

Procedimentos para a realização das entrevistas

Os procedimentos utilizados para a realização da pesquisa consistiram em realizar entrevistas semiestruturadas, buscando compreender a experiência da entrada do adolescente no abrigo até às vésperas de sua saída. O percurso é descrito a seguir.

Novas histórias: Sobre a escolha da entrevistada e as escolhas da entrevistada.

Ao iniciar o trabalho de pesquisa, primeiramente procurei saber em quais instituições haveria adolescentes às vésperas de completar dezoito anos e esperava entrevistar apenas um sujeito colaborador. Ao partir à procura desse sujeito típico que estivesse às vésperas do desabrigoamento, encontrei em uma instituição apenas uma adolescente de dezessete anos e parti em busca de fazer um contato que me permitisse iniciar o trabalho de pesquisa antes que ela completasse a maioridade. Conforme mencionado na apresentação deste trabalho, neste ano, nesta cidade, houve um “esvaziamento” das instituições de acolhimento, partindo da iniciativa de um dos promotores de justiça da Vara da Infância, que conseguiu reduzir o número de crianças abrigadas em torno de oitenta por cento, de 208 para 40 crianças abrigadas.

Ao conversar com a coordenadora dessa instituição de acolhimento, pela primeira vez, ela já me esperava com os nomes de três adolescentes que moravam ali, porém, as outras duas tinham respectivamente 15 e 14 anos de idade. A coordenadora supunha que eu não tivesse a colaboração de Alice, de 17 anos, por ela ser muito “fechada”. Pediu que, por garantia, eu conversasse com as outras duas, caso a primeira não aceitasse a participação, e eu aceitei a sugestão.

No primeiro contato com Alice, eu disse a ela sobre o objetivo da minha pesquisa e quis saber se ela concordaria em participar. Ela se mostrou em dúvida sobre aceitar ou não a participação e disse que precisava pensar. Disse a ela que não poderia esperar muito em razão do meu tempo para realizar a pesquisa e mencionei que também conversaria com as outras duas colegas dela que atenderiam parcialmente meu objetivo. Após uma breve reflexão, ela aceitou a participação com a condição de que as colegas também participassem da pesquisa e de que ela não fosse a primeira a ser entrevistada.

Diante da resposta de Alice, no mesmo dia, conversei com as outras duas adolescentes que aceitaram prontamente a participação e não impuseram condições. A adolescente mais nova, quando foi consultada, teve uma “crise” de tosse, como se estivesse engasgada com alguma coisa. Diante dessa situação, percebi o quanto esse primeiro contato já havia me tocado e como as escolhas de Alice também diziam dela mesma. As duas colegas de instituição poderiam ampliar seu discurso e, conseqüentemente, ampliar o que eu poderia dizer dela e daquele lugar que ela ocupava.

Assim, parti em busca do adendo ao Comitê de Ética em Pesquisa a fim de fazer a alteração do número de sujeitos de um para três.

Essa aceitação de Alice em se fazer “acompanhada” de duas colegas, pareceu-me um recurso possível de dar voz às colegas de histórias e denotaria a existência de um laço social, além de ser também uma oportunidade de todas também contarem suas histórias. Além disso,

a colaboradora principal, Alice, parecia tentar evitar a evidência sentida como perigosa, um contato íntimo único. Assim ela começa a se mostrar: *Era uma vez Alice, que morava na mesma instituição que Anna e Elsa...* Percebe-se como esta forma de começar a história é valiosa e não poderia ser desconsiderada, pois ali iniciava-se a manifestação de temores, desejos e possíveis laços sociais.

Escolhi a Clínica de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia para realizar as entrevistas, pensando estar em um lugar que não remetesse nem à instituição dela, o abrigo, nem à “minha”, o fórum. Apenas a terceira entrevistada não foi até a Clínica de Psicologia. Particularmente e, devido à mudança de coordenação da instituição em que ela se encontrava, dirigi-me até ela para obter a entrevista.

Foram realizadas cinco entrevistas, sendo duas com nossa colaboradora principal, a quem chamaremos Alice, duas com uma de suas colegas de instituição, à qual chamaremos Anna e apenas uma entrevista com a terceira colaboradora de nossa pesquisa, que foi apelidada Elsa.

Capítulo 4 – Análise das entrevistas: A trança de Rapunzel

Neste, discuto meu percurso como psicóloga judicial, entrelaçando-o ao caminho da pesquisa, às histórias contadas pelas entrevistadas e à teoria psicanalítica revisitada neste trabalho. Propositamente, estou chamando de “trança de Rapunzel”, aludindo metaforicamente a uma possível entrada na torre onde as adolescentes ficaram, ou ficarão, fechadas até os dezoito anos. Para tanto, faço uso de fragmentos metafóricos da história de Rapunzel, tal qual é relatada na obra de Corso & Corso (2006). Uma jovem colocada em um lugar inacessível por uma bruxa que queria dominá-la e não permitia seu crescimento.

A partir dessa “trança”, busco o conhecimento científico que me permitirá uma aproximação das vivências institucionais e pretendo jogar a trança a outros que desejem entrar nesta “torre” e enveredar-se ainda mais pelo doloroso caminho do traumático e da institucionalização.

Nesse trançar de narrativas clínicas, experiências da pesquisadora e teoria psicanalítica, servem-me de recurso os contos e histórias infantis, tanto para dar nomes aos sujeitos desta pesquisa, como utilizando fragmentos dessas histórias que me permitam discorrer e ilustrar algumas passagens clínicas aqui tomadas em consideração.

Embasada nos dizeres de Corso & Corso (2006), essas histórias e contos têm valor neste trabalho como “metáforas que ilustram diferentes modos de pensar e ver a realidade” (p.303). Pois, de acordo com esses autores, quanto mais variadas e extraordinárias forem as situações que as histórias contam, mais se ampliará a gama de abordagens possíveis para os problemas que nos afligem.

Um grande acervo de narrativas é como uma boa caixa de ferramentas, na qual sempre temos o instrumento certo para a operação necessária, pois determinados consertos ou instalações só Um “Um grande acervo de narrativas é como uma boa caixa de ferramentas, na qual sempre temos o instrumento certo para a operação necessária, pois determinados consertos e instalações só poderão ser realizados se tiver a broca, o alicate

ou a chave de fenda adequados. Além disso, com essas ferramentas podemos criar, construir e transformar os objetos e os lugares (Corso & Corso, 2006, p.303).

A primeira adolescente entrevistada, aquela a quem direcionamos primeiramente nossa pesquisa, por estar às vésperas de completar dezoito anos, usamos como recurso metafórico o conto de Alice no País das Maravilhas, mas pensando numa Alice que sai deste lugar e em todas as angústias que são provocadas em seu caminhar rumo à liberdade institucional e relacionando essa saída ao trocadilho que evoquei no subtítulo do capítulo: “País das Armadilhas”. Também, como escolhi usar o mesmo nome da heroína de Lewis Carroll, quando mencionar a *Alice do conto* seu nome virá em *itálico*.

O outro recurso metafórico a que recorri é o recente filme dos Estúdios Disney: *Frozen* (no Brasil, *Frozen - Uma Aventura Congelante*). Este é um filme de animação musical estadunidense, que estreou nos cinemas em novembro de 2013. Ele é vagamente inspirado no conto de fadas *A Rainha da Neve*, de Hans Christian Andersen. Conta a história de Elsa e Anna, princesas do reino de Arendelle. São duas irmãs que, devido a um trauma na infância provocado pelos poderes de Elsa, em transformar o que tocava em gelo, são mantidas isoladas em seus quartos, após apagarem a memória da irmã mais nova, Anna, sobre o que realmente aconteceu. Ficam órfãs na adolescência, só se deparando com suas verdades e dramas quando se abrem os portões do reino para a coroação de Elsa, como rainha, e ela, então, cheia de medo, isola-se em um castelo de gelo a assume seus poderes, libertando-se, isolando-se e deixando todo o reino debaixo da neve. A irmã, quando a encontra e tenta se aproximar, é rechaçada e atingida novamente com o congelamento, que só é desfeito quando Elsa assume que pode aproximar-se e amar as pessoas ao seu redor, amadurecendo, balizando internamente seu poder congelante e convivendo socialmente com todo o reino.

Minha intenção em usar o filme de animação e as histórias infantis como recurso metafórico surgiu porque fui tomada e impregnada de lembranças de aspectos observados nas adolescentes entrevistadas e os relacionei às personagens do filme e das histórias. Meu recorte

perceptivo dentro desse recurso deu-se, principalmente, no que se refere ao desamparo, à solidão e à liberdade das personagens. No caso de *Alice*, também por seus embates internos entre o crescimento e o encolhimento, bem como seu encontro com personagens questionadores. Já no filme, chamou minha atenção o isolamento social em que vivem as irmãs separadas, o “não saber” de sua verdadeira história e o “não poder ser dito ou sentido”, funcionando como uma eterna ameaça que só distancia mais e faz aumentar a miserabilidade afetiva, simbolizada pelos congelamentos e novos isolamentos vividos por ambas as personagens.

Resta ressaltar que Anna e Elsa ao complementar a história de Alice, são coadjuvantes no chão onde habita esta pesquisa e, neste lugar, todos os aspectos analisados nas entrevistas conversam também com a história de Alice e daquilo que foi vivido dentro da instituição. Anna e Elsa vivem situações institucionais muito próximas daquelas vivenciadas por Alice e pode-se dizer que estão no caminho para tornarem-se também “Alices” futuras. As adolescentes mais novas possuem suas particularidades que também foram levadas em consideração, porém secundariamente, pois a construção que aqui proponho é de uma história, de um percurso de institucionalização até a maioridade, já atingida por Alice, e o envolvimento de todos os personagens.

Estes fragmentos de histórias e de canções a que recorro, por vezes, mesclam-se entre si. Os nomes das entrevistadas/sujeitos foram escolhidos tendo em mente as características principais daquelas figuras fictícias e o que delas reverberou em mim no contato com as adolescentes acerca da subjetividade de cada uma delas. Tal qual Corso & Corso (2006) descreve acerca do uso de contos de fadas pelas crianças, deixei-me imergir nesses contos e apropriar-me de fragmentos fazendo deles “tijolos de significação” para o objeto aqui pesquisado.

4.1 A torre de Rapunzel: a entrada

A porta da Instituição está fechada, muros, interfone, lembrando-me o que Foucault (1996) chamaria de procedimentos de exclusão, onde o mais evidente seria a interdição. Esse lugar me parecia interditado para questionamentos de qualquer ordem e, entrar ali lembrava quase uma invasão. Tenho um encontro marcado com Angelina, nome fictício dado por mim à coordenadora da instituição. Apesar da autorização judicial, ela ocupa um lugar neste processo, detém o conhecimento sobre a rotina daquela instituição e só a partir dela poderei conhecer as adolescentes que pretendo entrevistar.

Ao me lembrar de que entrevistarei as adolescentes que vivem ali, me vem à mente o que diz Poli (2005) sobre ser a exclusão do sujeito o resultado do apagamento do que lhe é particular e familiar. A autora diz que “no lugar de histórias individuais é a “História” da instituição que responde, reduzindo cada um a ser parte de “Um” universal. Ela continua dizendo que é a instância superegóica que dita as regras na gramática pulsional e que o bem estar de cada um deve corresponder aos ditames da moral social e ao ordenamento ideal pelo bem comum (p.11).

Sinto-me incomodada pelos instantes em que Angelina me deixa esperando e sinto crescer minha ansiedade. Estou entrando pela primeira vez naquele lugar como alguém que vai observá-lo. Como psicóloga judicial, entrei por aquela porta muitas vezes, como uma técnica que poderia trabalhar em parceria, buscando novos rumos para as crianças ali abrigadas e trazendo informações importantes para novos trabalhos a serem realizados com as famílias. A coordenadora da instituição não figurava como protagonista de nenhuma investigação, mas neste momento havia algo além.

E esse “algo além” é o que me conduz a Kaës (1991) quando ele menciona que a instituição liga, une e gerencia formações e processos heterogêneos quer sejam sociais,

políticos, culturais, econômicos, psíquicos. Diferentes lógicas nela funcionam em espaços que comunicam e interferem. Ele diz ainda que ali é o lugar de uma dupla relação: a do sujeito com a instituição e de um conjunto de sujeitos ligados pela e na instituição.

Angelina, a coordenadora da instituição, já havia sido informada sobre minha pesquisa e conhecia meu objetivo ali; contudo, sabíamos, sem saber conscientemente, que estávamos ligadas pela instituição e esse lugar deixava um desconforto. Eu estava ali também pelas adolescentes, mas, antes de qualquer coisa, eu estava *ali*, e entraria no “terreno” dela. Ela enfim me recebe, sorridente, e se adianta: *“Sei que você quer conversar com Alice. Ela é a mais velha. Mas ela não vai te dizer nada, é fechada”*. Me diz que “tem” outra um pouco mais nova, de quinze anos. *“Mas ela também é fechada, não vai querer participar da sua pesquisa, já rejeitou duas adoções. Acho que você poderia entrevistar a mais nova que ‘morre de vontade de ser adotada’”*.

Eu não havia falado de adoção, não havia falado nada que insinuasse um desejo de “coisas facilitadas” por ser uma adolescente mais “aberta” ou mais “fechada”, mas parece que ela ouvira isso de alguma outra ordem, talvez da “psicóloga judicial” que buscasse apenas informações e com a qual fosse mais acostumada a lidar, mas meu olhar naquele momento era outro. Entrar nesta pesquisa implicaria um dizer analítico, um mergulho em observações e sentimentos antes apenas negados, ou deixados à segunda ordem. Lembro-me que, muitas vezes, ao entrar em uma instituição de abrigo, convivía com uma angústia persistente, uma impotência e, por fim, como não podia dizer algo que abrisse uma janela naquele lugar, convivía resignadamente com a angústia que assolava desde que a porta se abria para minha entrada como técnica do juízo.

Kaës (1991, p.31) diz que uma parte considerável dos investimentos psíquicos nas instituições é destinada a fazer coincidir numa unidade imaginária ordens lógicas diferentes e complementares, objetivando o desaparecimento do caráter conflitante que contêm. Dessa

forma, as instituições estimulam a sinergia de todos esses investimentos e formações que produzem a ilusão de coincidência e mantêm a relação isomórfica entre os indivíduos e seu grupo até que uma violenta irrupção do negativo e do recalcado faça voarem em pedaços os pactos inconscientes que selam o consenso. Assim, com a dissociação da aparelhagem do agrupamento, são reveladas as lógicas distintas que se dissimulam nas formações comuns tão necessárias ao sujeito singular quanto ao conjunto do qual ele procede e que ele ajuda a compor.

A fala de Angelina, a coordenadora, sobre as adolescentes provoca-me um sentimento de invasão, uma picada doída. Parecia que ela falava de algo que não lhe pertencia: o desejo das meninas, e nisso, ao falar por elas, as negava enquanto sujeitos desejantes. Pensando numa perspectiva psicanalítica, não seria este meu sentimento uma identificação projetiva como definida por Bion? Não seria uma comunicação primitiva daquilo que não pôde ser verbalizado? Não estaria eu a invadi-la com minha presença, ao chamar sua atenção para a importância das garotas? São novas questões que esta entrada na instituição me leva a fazer. Respondo-lhe que gostaria de conversar com as três adolescentes, sim, e que minha proposta poderia mudar caso a mais velha não aceitasse. Também menciono que caso fosse necessário, por uma consequência inesperada dos assuntos abordados na entrevista, encaminharia as adolescentes a atendimento em psicoterapia.

Angelina se anima e diz que todas “precisam” de atendimento. Começa a me contar um pouco das duas meninas mais velhas, Alice e Anna. Elas já completaram quinze anos e Angelina fez um book fotográfico e uma festa de aniversário. Ela conta com orgulho dessas iniciativas, mostra as fotos que ficam arquivadas em seu escritório.

Quando vejo as fotos e tudo que elas representam aos quinze anos, lembro-me do que diz Poli (2005, p. 10) sobre a função social dos adolescentes. Ela pondera que, em toda operação adolescente, é em torno das relações entre o sujeito e o Outro que se processa o

fundamental. O “sujeito adolescente” se ocuparia justamente de fazer a transposição do familiar ao social. Contudo, os jovens que moram em instituições públicas são colocados antes ou durante a adolescência em um lugar Outro que a família. Família, no sentido psicanalítico do termo, é o lugar de alienação fundamental, do qual o sujeito deve separar-se a fim de alcançar uma condição de enunciação singular. A autora pergunta: como este adolescente institucionalizado faria esse trabalho psíquico de alienação/separação se já se encontra objetivamente separado? A sensação que percebo em mim, ao ver as fotos, é de estranhamento. Observo, com angústia, que não existe acesso ao social, estando institucionalizado.

Angelina conta que Alice quer trabalhar e que está “muito ansiosa” e todos os dias lhe pergunta se há novidade. Assim como Alice, me percebo em busca de um trabalho, de uma novidade que me permitam enxergar além dos altos muros institucionais, sejam eles reais ou simbólicos. A coordenadora revela que a adolescente teve crise convulsiva algumas semanas atrás e está fazendo exames. Quando ouço esse relato, faço-me algumas perguntas, lembro o desmaio, a convulsão como uma pequena morte, ou um grande cansaço que já experimentei quando iniciei meu trabalho como Psicóloga Judicial e também de rica sintomatologia que atingia as histéricas clássicas, como um recurso discursivo ao tempo, que se lhes negava a fala. Nesse sintoma, percebo haver uma confluência de sentidos, há a chegada da independência possivelmente desejada e os medos do novo caminho a ser percorrido. Esse desmaio conta que existe um inconsciente pulsante e à espreita do perigo da impotência e do desamparo.

Para melhor pensar a ocorrência desse desmaio em Alice recorro à abordagem de Green (1988, p.253) sobre o sentimento de queda vertiginosa experimentado por alguns pacientes. Ele diz que esse sentimento parece estar relacionado com uma experiência de desfalecimento psíquico, que seria para a psique o que o desmaio é para o corpo físico. De

acordo com Green isso acontece porque aconteceu um enquistamento do objeto e o apagamento de sua marca por desinvestimento. Assim, “houve uma identificação com o buraco deixado pelo desinvestimento e não com o objeto”.

No relato de Angelina, Alice sempre perguntava pelo trabalho por encontrar-se muito angustiada pela possibilidade de só ir para a casa da madrinha que prometeu acolhê-la se ela pudesse bancar suas próprias despesas. Esse fato talvez encontre consonância com o que diz Green, porém como as angústias não puderam ser pensadas junto a um analista, ou a um terapeuta que lhe oportunizasse falar de suas dores, Alice desfaleceu o próprio corpo.

Angelina começa a relatar sobre Anna, diz que é fechada e “*não quis ser adotada*” por duas famílias, o que deixou Angelina em choque, porque “*é muito difícil aparecer oportunidades assim!*” Contudo não houve qualquer trabalho com a garota para explorar os motivos dessa rejeição pelos pais adotivos. Será que a instituição também não estaria fechada a isso? Ou será que mesmo tentando um trabalho dentro dos limites da instituição não seria possível galgar passos importantes de luto e elaboração, pois existe um não dito, um “segredo” sobre a verdade do sujeito que não pode ser ali, na instituição, revelado.

Kaës (1991, p.34) em sua formulação sobre as formações psíquicas intermediárias entre o sujeito singular e os outros, ilumina o fenômeno que agora mencionei. Segundo ele, para que as condições psíquicas e sociais da vinculação mantenham-se na forma de agrupamento que a constituiu, existe a partilha do prazer e os meios empregados em comum pela realização do desejo, a renúncia pulsional em favor da comunidade e da segurança de seus sujeitos e o acordo inconsciente a respeito do que deve ser mantido no recalque ou fora de toda representação.

Pergunto como é a relação da coordenadora com as meninas e ela fala que conversam, mas que elas são “*fechadas*”. Pergunto sobre tantas mudanças de coordenadores (as instituições de acolhimento mudam muito seu quadro de pessoal) se ela vê prejuízos para as

crianças e adolescentes abrigados. Ela me ouve e responde com certa cautela: *“Estou saindo dentro de alguns dias, vou ocupar um cargo na prefeitura”*. Levo um susto e outra picada mais doída ainda: *ela dizia do desejo das meninas, tomando seus lugares, e agora vai abandoná-las, penso*. Ao mesmo tempo vem outra sensação incômoda e recordo-me que escrevi pareceres de casos que, depois da entrega do laudo, não tive mais notícias. Penso em quantos abandonos também já cometi, pois essa função de técnica deixa pouco espaço para a manutenção de um vínculo que dê continuidade a um trabalho de resignificação daquela história estudada. Marco o dia em que vou conversar com as meninas sobre a participação na pesquisa e me despeço.

Depois de me despedir fico ali um tempo, esperando o carro com as assistentes sociais que estavam no bairro e me levariam de volta ao trabalho no fórum. Chega uma funcionária do abrigo e começa a limpar e jogar muita água. Parecia querer me tirar dali, mas não pedia licença. Ofereci-me para sair e ela disse que não teria lugar para eu ficar, já que ela jogaria água em todos os lugares. Acho que recebi uma “lavada” por estar ali. O que ela queria lavar? Seria realmente o chão ou ela queria dizer que aquele lugar não admitia estranhos? Ou que ela cumpriria sua rotina de lavar todos os lugares, para não ter que admitir o Estranho (*Unheimlich*) para o qual ela sequer poderia olhar? Naquele momento eu trazia o Estranho. A porta da instituição foi aberta e ainda estava fechada. Fechada para quaisquer questionamentos que viessem do judiciário e eu, colocada como uma porta voz dessa outra instituição, a judiciária, estaria alagando aquele lugar com um olhar temido e tinha que ser “varrida” para que não o inundasse de dúvidas. Não seria Angelina, a coordenadora, e cada um da equipe do abrigo, uma formiga “lava pés” que expulsa de seus domínios todo e qualquer intruso com picadas doídas? São perguntas que me faço ao concluir que não era bem vinda naquele contexto.

4.2 Alice e a saída do país das maravilhas/armadilhas

Alice é uma adolescente de dezessete anos e vive no abrigo desde os doze. Ela foi acolhida institucionalmente em razão do alcoolismo de sua mãe. O ano era 2007 e ela se lembra de quem a buscou em casa e diz que foi alguém do Conselho Tutelar. Lembra-se da família, dos irmãos e descreve-me com detalhes cada um. Eram cinco filhos, morenos, filhos de uma mãe magra, branca e alta. Pensei em Alice como a heroína desta história, aludindo-a metaforicamente como aquela do conto de fadas de Lewis Carroll. Fui levada a essa personagem tomando em consideração a travessia que ela faz pelo “país das maravilhas”, que muito me remete à travessia adolescente, de crescer e diminuir muitas vezes por dia. Contudo, a Alice desta história está saindo do país das maravilhas, ela está prestes a atingir a maioridade civil e vai sair da instituição onde esteve abrigada por cinco anos.

No dia em que foi abrigada, foi junto à sua irmã mais nova. Ela me revela que um de seus irmãos já havia falecido, vítima de assassinato. Dois irmãos foram morar com o pai. Alice hoje vive sem nenhum contato com as pessoas de sua família de origem, pois a irmã que morava com ela no abrigo está sendo cuidada por uma tia em uma cidade do norte do estado, para onde foi há cerca de três anos. Alice não sabe por qual motivo sua irmã nunca mais a procurou, já que a “justiça” havia lhe prometido que nunca cortariam o contato entre as irmãs.

Na data de nossa primeira entrevista, Alice estava a menos de dois meses de completar 18 anos. Tal qual descreve Poli (2005, p. 68) a adolescência pode ser pensada como um processo psíquico que consiste na elaboração de um trabalho de luto. Esse luto, conforme descreve Knobel (1997: p.41) é próprio dessa fase evolutiva e acontece pelo corpo infantil perdido na família e na sociedade, bem como pelos pais da infância que não mais existem. Ele descreve que a elaboração de tais lutos só pode ser feita quando o sujeito passa por estados depressivos. No mesmo trabalho, Knobel diz que podemos primeiramente entender o

processo adolescente com seus lutos, sua depressão, sua psicopatia, sua reivindicação e luta para atingir uma ‘identidade adolescente’ e, em seguida às elaborações características dessa idade, “começar a se cristalizar sua ‘Identidade’, no sentido de um ego, um self, em uma determinada atitude frente ao mundo objetal externo e interno”. Knobel (1997) considera que “essa fase do desenvolvimento é uma das mais significativas para facilitar ao indivíduo colocar-se com a maior e mais sincera posição na vida, tanto no mundo interno quanto no externo.” (p.43). Ele acrescenta ainda que a adolescência é a “época das grandes e muitas vezes definitivas reestruturações de nosso aparelho psíquico, de nossas relações objetais” (Knobel, 1997, p.43).

Também percorro meu caminho adolescente como profissional. Ao explorar minha experiência ao longo de dezoito anos como psicóloga judicial posso observar angústias perenes que foram reeditadas por meio dos questionamentos direcionados a uma reestruturação do pensamento, a um amadurecimento que contempla os paradoxos, que pode questionar a instituição e a minha própria institucionalização de outros pensamentos que precisavam do aval jurídico, de um “estar” nos moldes previstos daquele trabalho parecerista e técnico. Também diminuo e aumento de tamanho a cada pensamento que me mobiliza. Estar na entrevista com Alice remete-me a uma nova realidade e a uma emancipação própria, às descobertas de algo em mim que ficou estancado, represado e hoje pode ser autorizado a extravasar através da entrada pela porta da pesquisa.

Alice me sonda com um olhar interrogativo e me diz que tinha um trabalho de escola para fazer, mas “eles” falaram que não poderia desmarcar nosso encontro. Quando ela me diz “eles” logo imagino a instituição impessoal onde ela vive e onde não possui vínculos que possa nomear. Percebo que Alice não sabe bem quem eu sou ou o que eu quero com ela, mas “eles”, ou a instituição que a abriga lhe dá regras e direcionamento, aos quais ela não pode questionar e, apesar de já haveremos conversado uma primeira vez, ela saber meu objetivo, ela

se remete a mim como parte dessas regras que precisam ser cumpridas. Assim sou mais uma parte do que ela chama de “eles”.

Contudo ela não parece querer dar a entrevista, resiste, faz porque os outros querem dela e não por um desejo próprio. Será que faz para atender à coordenadora? Meu sentimento é de que ela também me dá uma “lavada”, trazendo-me novamente o sentimento de intrusão, intromissão e estranheza.

Pergunto sobre qual trabalho ela vai fazer e ela me diz que é sobre os “sofistas”. Assim começou nossa conversa, com um trabalho grande a fazer, uma pesquisa sobre Alice, que eu também não poderia desmarcar, não poderia resistir. Eu também não poderia mais me ausentar de mim mesma, das perguntas sobre esses dezoito anos de “institucionalização judiciária”. Pergunto-me se uma pesquisa sobre os sofistas também perpassaria nossa conversa? Existe um olhar de questionamento e uma resistência instalada: ela não queria estar ali, e foi “obrigada”. A psicóloga judicial a convocou para uma “oitiva”? Será que pensa que quero convencê-la a me dar “respostas”? Percebo muita dúvida e confusão no universo de Alice, quando a convido para participar de uma entrevista. Ela não se sente acolhida com a ideia, sente-se “convocada”. Por mais que eu me disponha a dar acolhimento não é com esta expectativa que ela vem ao meu encontro.

Começo minhas indagações e Alice norteia-me pelos caminhos que percorreu, recordações que vão iluminando novos questionamentos, assim como meus casos, quantos e quantos passaram ao largo do meu tempo de institucionalização sem que eu tivesse notícia, e as histórias foram se enterrando, arquivadas.

Revela que sua mãe bebia, mas não se lembra de ser negligenciada por esse motivo. Lembra-se de receber amor, mas não sabe que “tipo” de amor. Mostra-se uma menina desconfiada sobre o sentir. Lembra-se e não se lembra, num jogo de resistências que as lembranças vão revelando a necessidade de colocar os sentimentos relacionados às

representações de muitos fatos de sua vida, à margem do esquecimento, talvez pelos traumas vividos estarem muito além de sua capacidade de elaboração.

Tal qual afirma Jurandir Freire Costa, citado por Ferreira (2011, p.43) “a criança traumatizada é comparada a um fruto ferido por um pássaro ou inseto que amadurece precocemente para defender-se de “adultos quase loucos” que perderam o autocontrole.”

Ferreira (2011, p.21) ao citar Borges (1979) refere-se a um conto deste escritor em que alguém, após ficar imobilizado física e psiquicamente por um trágico acidente, passa a não se esquecer de mais nada, contudo não pode mais pensar. Ela acrescenta que “sob o registro fantasticamente real de um tirânico presente” que ela encontra em várias crianças, separadas de suas famílias e colocadas em abrigos, “suas histórias não podem ser contadas porque não se tornam passado: teimam em se presentificar, não como memória transcrita, mas como puro ato.”

Sinto de minha parte que apesar de ter me acomodado por muitos anos em defesa ao impensável, não me vejo paralisada, uma vez que consigo me manter viva na e pela pesquisa. Posso revisitar alguns casos semelhantes ao de Alice e percebo como o silêncio permeou questionamentos de alguns adolescentes abrigados que acompanhei ao longo de minha trajetória profissional, quando o assunto era a história de vida que lhes fora apagada. Estranhamentos que me provocavam angústias, tal qual naquele momento.

Falamos da instituição e Alice me diz que lá, no abrigo, “todo mundo é sério e triste”. Pergunto o que ela quer dizer com isso, mas há um silêncio, uma pausa e um “não sei”. Essa fala de Alice remete-me ao que Ferreira (2011, p.11) escreve na introdução de seu livro *Traumas não elaboráveis*. A autora diz que “crianças institucionalizadas em abrigos coletivos experimentam sensações altamente dolorosas, de qualidade mortífera que as deixam enlaçadas a marcas insepultáveis de terror”.

Remeto-me também à fala de Marin (1998, p.107) ao dizer que o que mais lhe chama atenção nessas instituições de acolhimento, é o silêncio, pois ao não se conversar com os jovens evita-se o conflito. Ali não se fala sobre os trâmites de seu processo, não se fala da possibilidade de adoção ou como vão os estudos e os trabalhos para com a família biológica. Nos abrigos não se conversa para mobilizar os jovens em novas possibilidades e embora hajam algumas propostas, essas excluem discutir fracassos e desilusões.

Nessa parte, vem-me à mente a história de *Alice* do conto de Lewis Carrol, quando entra no país das maravilhas e, depois de cair num túnel, crescer e diminuir de tamanho de novo, chora, a ponto de pensar que vai se afogar em suas próprias lágrimas, como castigo por ter chorado tanto. Não deixo de pensar no estado melancólico tal qual descrito por Freud (1917), em que o sujeito, por uma severa perda no próprio ego, posiciona-se numa mortificação paralisante, como se afogasse em si mesmo.

Dos vínculos que Alice fez desde que chegou à instituição, apenas uma funcionária está lá até os dias atuais. Tem colegas na escola e nos cursos profissionalizantes, diz que é querida e gosta quando pode ir para casa de algum colega fazer trabalhos escolares. É como receber novos “ares”. Vou percebendo que, com os colegas, ela consegue ser leve, bem humorada, ser uma adolescente de dezessete anos e que, nessa situação social, consegue manter um movimento desejante.

Quando falamos dos vínculos com a madrinha, ela diz que tem “vergonha de pedir as coisas”. Questiono sobre a vergonha e ela responde “sei lá porque” e fica brava, evade-se das minhas questões e ainda diz que ao completar dezoito anos prefere morar com a madrinha a continuar na instituição. Vejo que essa “madrinha” é uma figura paradoxal, alguém que foi levada até ela, alguém em quem ela não acredita muito e com quem tem pouca intimidade, ao mesmo tempo, é um gancho para a liberdade.

Souza (2010, p. 108) analisa que a relação da criança abrigada com a “madrinha” funciona paradoxalmente, servindo a criança como depositária de aspectos de desamparo da madrinha e colocada num papel de vítima, que necessitará sempre do outro para preencher suas lacunas. Ela ainda menciona que essa relação é coroada por um aprisionamento vincular, mesclado de angústias impensáveis e indizíveis e deixando em seu rastro mais frustração e dor.

Percebo que Alice, tal qual me percebo, pouco se questionou sobre seu tempo de silêncio na instituição. Seu repertório de pensamento deixa lacunas que ela preenche com “não sei”. A ela faltaram as palavras que hoje também busco em mim, as palavras que direcionam a um processo de subjetivação e não nos deixam à margem de nossa própria história.

A todas as perguntas que formalizo ouço um “não me lembro” e começamos a brincar com as palavras quando digo que ela “se esqueceu de quase tudo” ela me completa que “não se lembra de nada”. A recusa de Alice em conversar sobre si me lembrou a previsão de Angelina, a coordenadora. Ela previa o silêncio de Alice diante de mim, tal qual era diante dela. Parece que Alice, frente à autoridade, ou a alguma figura que a represente, precisa calar-se, não sentir, não deixar saber nada sobre si, “fechar-se”. Muitas vezes, em relatórios meus, também precisava calar-me diante das decisões judiciais. Se as decisões desconsideravam o desejo do sujeito que eu havia ouvido, eu ficava representada para aquele sujeito como a algoz, responsável por uma decisão que poderia violar uma subjetividade. Além disso, ainda me permeava a angústia do silêncio que se seguia a uma institucionalização ou a uma destituição.

Seguindo com Alice, quando menciono o que ela espera do futuro pergunto se, de seus sonhos, ela se lembra. Alice me diz que sonha em “fazer direito”. Pensa em “fazer direito” e isso me remete a pensar que fazer direito refere-se a um fazer que segue regras e leis dos

outros, na tentativa de agradá-los para ser aceita. Vem-me à mente o que Winnicott chamou de “falso self”, que, conforme Zimerman (2001, p. 140) seria o recurso inconsciente de certas pessoas para tentar preencher as expectativas dos outros, tal como na primeira infância era uma forma de garantir o reconhecimento do amor da mãe. O sujeito portador de um falso self utiliza esse recurso ao longo da vida a fim de obter o reconhecimento em seu meio familiar e social. De acordo com Zimerman (2001), “a construção precoce de um falso self faz com que o sujeito não consiga discriminar aquilo que é seu rosto e o que é uma máscara” (p.140). Percebo como nas instituições esses recursos são usados para caber na categoria de “bons meninos” e não questionar ou incomodar, já que a “paz” precisa ser garantida dentro do abrigo.

Pergunto o que ela gosta de fazer nas horas vagas e ela me responde que gosta de ler. Diz que está lendo um livro que se chama “A herança de não sei quem”. Ao ouvir isso, questiono se ela vai procurar alguma “herança” ao sair da instituição e ela ri e diz, “*não tenho herança não, tia*”.

Ao fazer essa pergunta a Alice vejo-me mobilizada em saber que expectativas ela tem de reencontrar sua história, como de fato uma “herança” subjetiva, que lhe permitisse seguir em frente ancorada em alguma lembrança. Essa mobilização se dá em mim mesma quando penso em minha própria herança e observo a oportunidade de reescrever esta trajetória que a teoria psicanalítica, aqui revisitada, me permite.

Falamos sobre ela procurar saber se a mãe está viva ou morta, e ela diz que “não interessa, não quer saber onde ela está”. Diz que deseja apenas procurar pela irmã. A irmã como uma igual, que viveu também as mesmas experiências de dor que ela e, por fim, poderá compartilhar da orfandade simbólica de uma mãe negligente que ela não quer saber se está “viva ou morta”, não interessa mais. Quando procuro pela minha ‘irmandade’ profissional também me encontro com iguais e recebo até um certo conforto, ao ouvir de colegas, por

exemplo, que a alta demanda e a falta de recursos para o trabalho remete-nos ao mesmo estado de anestesiamento e desamparo.

Birman (2006, p.110 e 113) diz que a fraternidade não se restringe ao campo da família ou aos laços consanguíneos, mas ultrapassa-os. Na fraternidade, segundo Birman, o outro muito importa para o sujeito, estando ambos no mesmo barco da existência.

Enquanto falamos da procura pela mãe ou pela irmã, percebo que Alice vai se evadindo, se evadindo, com “nãos” e “não sei”, até ficar bem distante de mim. Parece que não quer chegar muito perto desse assunto assustador.

De acordo com Birman (2006, p.127), a subjetividade humana oscila entre o desamparo e a onipotência e daí se depreende a formação ilusória da auto-suficiência do sujeito a partir de seu recentramento narcísico, ou seja, ele se esquece de sua dependência originária do outro sem o qual não teria oportunidade nem de constituição nem de sobrevivência. O isolamento de Alice remete-me à formação dessa ilusão como uma forma defensiva de novos traumas e frustrações, pois ao falar de seu desejo de procurar pela irmã, ela teme novamente a rejeição.

Ela vai dizendo que nada interessa muito e que “todo dia é a mesma coisa” ao que lhe pergunto: “A vida tem graça?” e ela responde com voz alta e nervosa: “Não”. Sei que arregalo os olhos porque ela ri, achando “graça” talvez da minha expressão e percebo nossa aproximação voltar.

O trabalho técnico árduo, as constantes cobranças, a falta de reconhecimento profissional nos corredores do judiciário, durante dezoito anos de prática institucional, fizeram-se, muitas vezes, esquecer a psicanálise. Assim, o trabalho se fez lacônico, estéril, frio. Apenas um relatório que embasasse uma decisão judicial, tal qual me pareceu a vida de Alice: apenas um abrigo que a alimentou e cobriu necessidades materiais, sem um toque

humano ou que fosse “engraçado” ou que não fizesse nenhum sentido, mas fizesse sentir-se bem.

No conto de Lewis Carrol temos a passagem do Chapeleiro Louco que após olhar atenta e curiosamente para *Alice*, emite suas primeiras palavras dizendo que ela precisa de um corte de cabelo, ao que ela retruca que ele não deveria fazer comentários pessoais, pois é indelicado. O Chapeleiro arregala os olhos e lhe propõe, em seguida, uma adivinhação e ela pensa: “Oba, vou me divertir um pouco agora”.

O sorriso de Alice, minha colaboradora, transmite-me um movimento que permite continuar. Ela me diz, espontaneamente, que está fazendo um processo seletivo para trabalhar e que seu interesse é trabalhar com qualquer coisa, “menos marketing”, porque não gosta de atender as pessoas, não quer conversar e diz que não gosta de conversar e não gosta de *conversar com psicóloga*. Parece triunfar sobre mim, de alegre o sorriso passa à provocação. Ela agora me propõe uma adivinhação sobre este momento: “Isso é marketing, conversar com quem eu não quero? E o que você vai fazer agora que não gosto de pessoas como você, psicóloga? Pergunto-me o que eu represento naquele momento para Alice e me vem novamente a ideia da lagarta do conto que lhe faz perguntas sobre as quais ela não quer pensar, mas ao mesmo tempo, e paradoxalmente, me remete ao mesmo sentimento de estranheza do algoz que determinou seu abrigamento.

Ela está dizendo que não gosta de estar na minha presença, não gosta de ser *convocada* a conversar, ainda mais com “psicóloga”. Tal qual assinala Eigen (2009) em seu texto sobre a Morte Psíquica, “o Outro Freudiano segue o rastro da dor. A dor é o Outro, o estranho, o não-eu. Onde quer que a dor esteja o outro estará. Se a dor vier do interior do corpo, então o interior do corpo torna-se o Outro, o não-eu, algo que está acontecendo comigo, um você estranho, hostil ou indiferente”. Naquele momento eu sou o Outro que questiona e provoca dor em Alice. Não somos iguais e eu sou indesejada. O que na minha presença tanto frustra

essa adolescente? Seria eu a representação da rainha má que a prendeu e que lhe roubou o bolo do crescimento?

Ela me diz que “nunca gostaria de ser psicóloga”. Pergunto por quê. Ela diz que é porque “psicóloga pergunta demais”. Percebo que a resistência a mim representa a mesma resistência que ela tem a falar das experiências traumáticas, preferindo esquecê-las. Na história de Lewis Carroll, na conversa de *Alice* com a lagarta, aparecem esses mesmos desconfortos que vivenciamos em nossa conversa. Como se eu fosse sentida por Alice, colaboradora, como aquela lagarta que faz perguntas desdenhosas: como “quem é você?”.

Tento ficar mais próxima dela, neste momento, afinal, ele também tem se configurado, desde o início, um processo de descobrimento para mim, eu também estou revisitando minhas experiências ao longo de dezoito anos de instituição. Sinto necessidade de dizer a ela que, além de psicóloga, também sou aluna, como ela. Ela me diz “*uma aluna querendo achar uma resposta? Né?*”. Parece que a adolescente dela, finalmente encontrou minha parte adolescente para continuarmos uma conversa.

Ao vê-la tranquilizar-se, percebo que agregamos interesses. Conversamos como duas “alunas”, dois sujeitos ainda no escuro como o termo mesmo diz “sem luz”, simétricas, sem mexer nos traumas, por alguns instantes, pelo menos.

Minha pretensão é que assumindo minha dor, assumindo minha busca, possa me tornar mais próxima da dor dela. O sofrimento psíquico que Alice enfrenta não foi jamais trabalhado e assim como em meu trabalho na instituição jurídica, casos foram silenciados em seu padecimento e crianças foram esquecidas dentro de abrigos por anos a fio, sem nenhum afeto significativo que desse a elas a dimensão de serem amadas, protegidas e valorizadas em sua história. Em mim, o sofrimento mobilizado pela impotência, apenas perpetuou-se, repetiu-se por dezoito anos.

Pelo que nos diz Winnicott (2005, p.118), o adolescente é essencialmente isolado e toda socialização parte dessa posição de isolamento. Ele esclarece que essa é uma parte revivida da infância, enquanto o bebê se constitui. A criança é isolada pela natureza subjetiva de seu ambiente até que o princípio do prazer- dor dê lugar ao princípio da realidade. Nos momentos em que Alice resiste ao nosso contato, vejo esse isolamento, ou a necessidade dele. Por mais que tente me aproximar, sinto-me a “baforar um narguilé” que, como a lagarta do conto, a instiga na posição incômoda e desconcertante de pensar em suas dores, ao que ela dá meia volta e eu novamente a chamo.

Ao me perceber como a lagarta do conto, penso que estou em transformação, tal qual Alice, por estarmos nesse movimento que, em oscilação entre vida e morte, se constitui. A instituição morrerá parcialmente para Alice, pois ela se libertará juridicamente dela e renascerá com um novo sentido, como algo que fez parte de sua história. Assim também penso minha trajetória profissional: novos olhares, ainda que fazendo parte da minha história esta psicóloga escravizada pela vontade de verdade legal.

Quando percebo que ela me dá mais abertura, introduzo na conversa questões que são difíceis, como a família de origem, os sentimentos e pergunto “tem algum sentimento aí por essa família”? Ela diz que “ama a família de origem até hoje”. O tom que dá na voz, nesse momento é afirmativo, firme, como se disso eu não pudesse duvidar. Pergunto se ela já pensou em voltar, se quer voltar e ela novamente se evade com um “sei lá!” e ri. Ao ouvir isso fico a me perguntar que destituição do poder familiar é essa que apenas tira da adolescente a oportunidade de manifestar esse amor, que se perpetua na fala dela. Será que a violência ou o trauma que Alice carrega em si teria sido menor caso ela ainda estivesse junto de sua família de origem?

Soube, por meio de Angelina, a coordenadora, que Alice teve uma crise convulsiva na instituição um mês antes dessa nossa entrevista e ela foi levada a fazer exames neurológicos.

Pergunto a ela como foi a convulsão e ela diz que foi “só uma vez”. De acordo com Eigen (1996) algumas pessoas têm núcleos de inércia relativamente constantes e acostumaram-se a viver com estas áreas. Elas desejariam estar mais vivas ou que a vida lhes oferecesse mais, mas elas têm que se contentar com a parte que lhes cabe. Adaptam-se a ser menos do que poderiam ser, a sentir menos do que poderiam sentir. Contentam-se em imaginar que estão “quase” tão felizes quanto poderiam ser. O sujeito é mais ou menos bem sucedido em acreditar em si mesmo, já que teme, com razão, que as coisas poderiam ser piores.

Alice não dá continuidade ao assunto do desmaio, mas continua a falar de seu desejo em trabalhar. Diz que quer muito começar a trabalhar, porque a madrinha condicionou levá-la ao fato de estar trabalhando. Percebo que esse assunto está intimamente ligado ao “desmaio” e me lembra do que diz Rassial (1999, p. 77) acerca dos discursos sociais, baseando-se na teoria dos quatro discursos de Lacan. Para este autor, “o adolescente constata que a sociedade não é organizada por uma fala única, verdadeira e fiável, mas sim por diferentes discursos, divergentes, contraditórios”. Ele percebe também que o indivíduo não tem um lugar estável, que viesse assegurar-lhe estatuto e felicidade ao mesmo tempo e que este indivíduo circula entre tais discursos, perdendo aí, quando se torna adulto, os pontos de referência de sua infância. Agora que Alice será lançada no mundo adulto ela sente mortificar-se. Os discursos a que está submetida, o da instituição e o da madrinha, não dão trégua. O tempo da liberdade está chegando e ela parece confusa com tantas determinações ainda desconhecidas, não sabe ainda seus próprios limites.

Quando chegou ao campo de croqué da Rainha de Copas, *Alice*, no conto de Lewis Carroll começou a sentir-se apreensiva, pois percebeu que, naquele reino, eles eram horivelmente chegados a decapitar pessoas e ela admirava-se que ainda sobrasse alguém vivo. Como será, para Alice, esta real adolescente, que está agora na minha frente, encontrar-se com esta liberdade tão nova e assustadora?

Vejo um entristecer no semblante de Alice, ela parece insegura sobre como será amparada ao sair do abrigo, já que a madrinha só a aceitará nas condições impostas. Ela me diz que a madrinha lhe disse isso no dia em que ela foi “no encontro com Deus”. Ela se referia a um encontro de igreja, mas pensando psicanaliticamente, essa coincidência remete-me a um desejo de amparo que, se não for dado pela madrinha, só poderá ser dado por Deus.

Percebo como ela começa a se aproximar mais de seus sentimentos contraditórios em relação à madrinha e em relação a mim, podendo deixar transparecer sua tristeza. Vejo como ela associa a convulsão a uma dificuldade de independência, pois seu grande trunfo para sair da instituição seria um trabalho, já que não haveria, neste contexto, segurança de afeto.

Sousa e Paravidini (2011, p. 543) relatam em sua pesquisa que as madrinhas enfatizam a relação de afeto que constroem com as crianças abrigadas que apadrinham, mas não as adotam por vários motivos encobertos em suas falas como as histórias de sofrimento que as crianças carregam e a preocupação com a carga genética ou hereditária. Além disso, mencionam que o apadrinhamento de crianças institucionalizadas é um campo de vivências ambíguo, sem determinantes para fracassos nem vitórias.

Alice vai para a casa dessa madrinha há três anos e disse que antes quem ia era sua irmã a quem ela conhecia antes de ir para o abrigo. Continua com sua fala triste e conta-me que uma vez surgiu a oportunidade de morar com o pai e ela não foi para não deixar a irmã sozinha no abrigo. Percebo crescer uma indignação em mim, um movimento para proteger Alice da dor de ser esquecida naquela instituição, de não poder se manifestar nesta indignação.

Neste momento da entrevista sinto nossa conversa permeada por um vazio, uma saudade, uma injustiça, quando ela revela finalmente: “quando surgiu a oportunidade da minha irmã morar com a tia dela, ela foi. Eu fiquei e falaram que era prá gente manter

contato, mas nunca cumpriram essa promessa. Mudaram o telefone dela e nunca mais ninguém ligou para mim, há três anos.”

Souza (2010, p.73) discute apropriadamente que, sobre a criança abrigada, percebe haver sempre alguém querendo suturar o espaço deixado por outro. As instituições de acolhimento tentam dar conta do que a família de origem da criança não deu, os padrinhos desejam resolver aquilo que a instituição não resolve e cada um vai deixando uma fenda que não conseguiu suturar. Quando vem outro e se apossa dela, desiste, passa para outro, num “ciclo de indefinições, perdas e fracassos”. Percebo nesse ciclo, a mobilização contratransferencial sentida e a dificuldade gerada pela impotência diante do abandono de Alice.

Ao mesmo tempo, posso recordar-me de casos que não pude acompanhar, não soube se foi mantido o contato prometido, se puderam proporcionar algum atendimento sugerido. Vários casos que foram suplantados por novos e mais novos casos indefinidamente.

Alice prossegue falando que o olho está ardendo, mas ela “não quer chorar não”. Eu lembro que me angustiei muitas vezes com casos que me mobilizaram nesse percurso de dezoito anos, mas como ela, fui desistindo de chorar, fui cumprindo as determinações mais automaticamente.

Pergunto a ela se a psicóloga do Fórum não acompanhou o caso e promoveu o contato dela com a irmã. Ela me relata que não gosta da psicóloga que a atendeu no Fórum, porque ela “pergunta demais”. Eu digo que eu também devo ser “muito chata” por ficar perguntando tanto. Penso que minhas perguntas, naquele momento, não vão trazer a irmã dela de volta. Ela ri, continua dizendo que só teve contato com a juíza uma vez e que nunca teve curiosidade em saber sobre a história de seu processo no Fórum.

Vem-me à mente que o judiciário é um cemitério de histórias perdidas, histórias que vão acentuar-se na saída da instituição, mas que ficaram enterradas no papel e não puderam

ser vividas e trabalhadas no percurso institucional do adolescente. Também percebo como minha história institucional começa a aparecer no vínculo que eu vou desenvolvendo com ela, como uma identificação enviesada com a outra psicóloga que atendeu o caso, mas que ela sequer lembra o nome, só lembra que é “chata”.

Quando falo em terminar a nossa entrevista daquele dia ela fala: “Já??? Que bom!!!” Seu tom ambivalente mostra-me que estamos caminhando juntas, tentando conhecer “alguma coisa” mutuamente. Os sofistas ela vai pesquisar sozinha.

Saímos conversando sobre o trabalho da escola e ela diz que vai esperar até segunda-feira para fazê-lo. Estávamos em uma quarta feira e eu digo que estarei esperando por ela na próxima quarta.

Em nosso segundo encontro, Alice chega reclamando que está com sono. Novamente ela chega resistente, mas de alguma forma quer ficar acordada, não vai entregar-se ou confiar em alguém que ela mal conhece, ainda mais uma psicóloga, que “pergunta demais” e a ameaça com a proximidade que sugere. Será que se eu chegar muito perto de Alice ela temerá denunciar-se na fantasia de que seu abrigo foi obra de alguma psicóloga “da justiça”?

Ela me diz que não se lembra de nada que conversamos na entrevista anterior. Ouço essa afirmativa e aguardo, porque sei que preciso ficar à margem, assim ela consegue defender-se e não se sentir invadida por “mais perguntas”.

Lembro do trabalho de filosofia e pergunto se ela fez. Ela diz que fez e que os professores são “doidos”. Responde que tudo deu certo, que a pesquisa foi feita, mesmo para os professores “doidos”.

O início da segunda conversa com Alice, remete-me à passagem do conto de Lewis Carroll em que a *Alice* encontra o gato de Cheshire e lhe pergunta que caminho ela deve seguir para ir embora daquele lugar e ele lhe responde que depende de para onde ela deseja ir. Coloca sobre *Alice* a responsabilidade sobre suas escolhas, ao que ela diz não se importar

muito para onde ir, desde que chegue a algum lugar. Ele responde que então não importa o caminho e, quando ele aponta a direção do Chapeleiro e da Lebre de Março, ele adverte a garota que os dois são loucos. *Ela* retruca que não quer se meter com gente louca, ao que ele lhe responde: “Oh, é inevitável, somos todos loucos aqui. Eu sou louco, você é louca!”.

Alice, minha colaboradora, mesmo sem querer, já está embrenhada nesse caminho que, se não acolhe a loucura, acaba louca de fato. Contudo ela não está só. Está com os professores e está também com a psicóloga/ pesquisadora.

Na data da nossa entrevista falta menos de um mês para ela completar dezoito anos e eu pergunto quais são os sentimentos. Ela responde que quer “começar a trabalhar e sair da instituição”. Falamos novamente da madrinha e ela “acha” que gosta dela, mas que na verdade “ela queria ter adotado sua irmã”. Quando esta madrinha pediu para adotar as duas, Alice e sua irmã, “a justiça falou” que ela “era muito velha”. Encontro a justiça como o algoz de várias relações afetivas que não puderam ser concretizadas. Que justiça é essa que desmantela os vínculos? Em nome de que motivo? E com que mãos e ouvidos ela toma essas decisões de ruptura? Seria da psicóloga? Na cabeça de Alice a justiça é esse algoz que determina alguém como incapaz pela idade que tem e a psicóloga o instrumento que viabiliza esse julgamento.

As portas estão prestes a se abrir para o mundo adulto, mas Alice tem enfrentado as oscilações em sua autoestima e se lembrado que a preferência da madrinha também era pela sua irmã. As rejeições têm voltado à tona. Alice está mais corajosa, ainda que se defenda de suas dores, mas também está em busca de algo mais verdadeiro, e não de migalhas de afeto. Alice quer escolher, mas será que tem escolhas?

Ela se mostra mais “alerta” que no início da entrevista e percebo uma certa satisfação. Logo ela me conta que foi aprovada na segunda entrevista do processo seletivo do qual estava participando para conseguir um emprego. Disse que recebeu a notícia no dia da nossa

entrevista. Essa associação de datas parece remeter a uma gratidão por ter sido ouvida, mas não é assim manifestada.

Tal qual mencionam Sousa e Paravidini (2011, p. 538), muitas vezes percorremos trilhas de pessimismo diante da perda repentina dos vínculos afetivos, contudo, a despeito das inúmeras psicopatologias encontradas nessas crianças acolhidas institucionalmente, “é possível alcançar formas subjetivantes, desejantes e almejantes de crescimento emocional” (p.538). E ali estava Alice, com uma vitória nas mãos, uma vitória que se traduzia em esperança. Entendendo esperança como a possibilidade de ser vista e ouvida, de existir enquanto sujeito.

Pergunto se ela ficou tranquila depois do nosso primeiro encontro. Ela responde que sim e que continua não gostando de psicóloga. Diz que é uma profissão que ela nunca gostaria de ter: “vasculhar a vida dos outros, que coisa feia.” Diz isso com um leve sorriso nos lábios.

A feiura do comportamento que Alice vê em mim parece ser a aproximação que quero ter com ela ou o que ela vê como invasão, intromissão. Ela desconfia muito e faz-me pensar que tal desconfiança só faz sentido se ela foi tocada por ódio em face de não ter sido protegida por essas psicólogas que passaram pela vida dela. Ela não deseja ser vasculhada e é como se dissesse: “deixe-me em paz” ou “cuide de sua vida”, querendo evitar, de todas as formas possíveis, esta aproximação ameaçadora. Como confiar, se as psicólogas podem ter sido responsáveis pelas tragédias de tê-la afastado de toda sua família e ter sido criada dentro de uma instituição?

Alice foi consultada antes, é ela quem se determina a vir nesta pesquisa, foi uma escolha dela, ainda que possa ter-se arrependido, ainda que tenha sido uma escolha ambivalente, falar ou não de si mesma, ainda que suas condições tenham sido atendidas, ainda assim, ela quer e não quer estar ali em um movimento paradoxal interno. Contudo ela pode

usar-me de alguma forma, pois eu estava sobrevivendo aos ataques dela e continuava viva e interessada em ouvi-la.

Digo-lhe que ela é livre para desistir quando quiser, mas que eu me arrisquei a conhecê-la e a “bisbilhotá-la”, porém quando não quisesse poderia só me avisar. Ela me olha mais tranquila, como se eu a tivesse empoderado de sua própria vida e escolhas novamente. Escolhas que Alice dificilmente sente-se no direito de ter. Pergunta-me quanto tempo de conversa ainda teremos e eu respondo o horário.

Sei que essa pergunta tem muito da desconfiança, uma dificuldade em se entregar à proposta de mostrar-se e confiar. Completo dizendo que, caso ela queira ser atendida, que eu poderia providenciar o atendimento psicológico quando terminássemos nossas entrevistas. Ela diz que não vai querer, mas fala que tudo bem, “*se precisar me avisa*”.

Ela me conta sobre suas amizades e fala que tem amigos na instituição, diz que todos gostam dela. Esta verbalização de Alice deixa perceber que ela se relaciona e que busca os laços sociais fraternais, de amizade, de pertencimento.

Isso me remete à esperança, à espera (ânsia) que toda essa pesquisa me retorne com um olhar renovado sobre essa maioria institucional, um caminhar pavimentado pela psicanálise, pela amizade com a teoria que me embasa nessa busca e não apenas o olhar técnico da psicóloga judicial.

Em muitos momentos a emoção perpassa nossa conversa e eu pergunto se alguma vez já chorou pelas coisas do passado e ela fala: “De novo, essa pergunta? Você me perguntou na vez passada!” Como ela se lembrou de que fiquei tão interessada naquela manifestação de sentimento! Como ela ficou indignada com o fato de eu repetir uma pergunta? Sim, pelo incômodo que essa pergunta causou, posso pensar que Alice sentiu-se ameaçada pelo meu esquecimento e manifestou ali seu afeto.

Desta vez tínhamos um elemento novo na instituição, a saída da coordenadora, Angelina. Eu pergunto a Alice sobre seu sentimento frente a mais um vínculo que se desfez. Ela responde que chorou porque “Ela era chata, mas eu gostava dela”. Nesse momento percebo nela a ambivalência. Eu sou a chata, bisbilhoteira que com quem ela está gostando de conversar. Podemos confrontar, mas sobreviveremos aos confrontos. Contudo, paradoxalmente, tudo se esvai, até os confrontos, até os chatos.

Depois de conversarmos sobre os interesses dela após a saída do abrigo, falamos sobre a promessa de não cortar contatos com a irmã. Estávamos referindo-nos à fala da juíza de que “não era para cortar contato”, mas a família cortou, ninguém se manifestou e o fato provocou um intenso desamparo em Alice. Ela diz “*fazer o que, né?*” Resignada e livre, Alice poderia agir por suas próprias forças. Ela terá a oportunidade de buscar por si mesma, assim como me norteio nesta pesquisa, buscando um amadurecimento, um pensar livre das amarras do outro, instituição. Busco a possibilidade da constituição de uma história que dê algum contorno aos transbordamentos traumáticos do desamparo e da impotência.

Sinto que a partir da manutenção do nosso contato, Alice pode revelar-me um pouco mais sobre suas referências. Disse que a mãe era baladeira e que ela quer fazer o contrário da mãe. Não sabe ainda se quer casar e ter filhos. Fala que ficou sabendo também que seu irmão tentou manter contato com ela e foi proibido pela instituição. Aliás, o pessoal da instituição proíbe as redes sociais para que as crianças e adolescentes não tenham contato com suas famílias de origem. Ela vai procurar a irmã no Facebook, espera encontrá-la novamente.

No dia em que Alice completou 18 anos, liguei para cumprimentá-la. Perguntei quais eram os planos e ela me disse que no outro dia sairia da Instituição para a casa de “*uma outra*” madrinha, mas não era a mesma sobre quem conversamos nas entrevistas. Senti que ela levou um susto com a minha ligação, com o meu contato. Acho que ela havia imaginado que eu *cortaria contato* com ela, como ela estava acostumada a ver acontecer. Desejei feliz

aniversário e boa sorte. Disse que falaria com ela posteriormente, quando estivesse com o trabalho pronto.

Alice manifestou durante toda a pesquisa um ódio à psicóloga e diante do exercício técnico que exerci por dezoito anos. Coloco-me para ela com as vestimentas da minha inscrição no judiciário, por mais que eu tivesse a ilusão de neutralizar, minha presença se traduz nesta representação da instituição e remete a uma repetição do traumático, ao conto de terror que ela viveu desde o dia de seu acolhimento institucional. A esse conto de terror nenhuma referência a não ser as recusas repetidas em falar, dizendo ter esquecido. Tais recusas permitem-me pensar que existe uma história que Alice não sabe, uma história que foi apagando-se, apagando-se e apagou-se quando ela foi separada da irmã e mais uma vez se viu traumatizada por mais uma separação. Os traumas de Alice, muito provavelmente podem ser lidos em seu processo judicial, nos relatórios da psicóloga que a atendeu nesses momentos, mas comigo existe apenas a constatação desse apagamento na vida dela, dessa história pregressa que não foi conversada, trabalhada, elaborada.

Em minha percepção fui para Alice, minha colaboradora, a Rainha Vermelha que, no conto de *Alice através do espelho*, faz a menina correr sob a mesma árvore o tempo todo e depois lhe dá um biscoito para matar a sede. Concluo que as psicólogas que ouviram Alice em seu tempo de instituição não a ouviram em seu desejo, não a ajudaram em seu crescimento, não lhe puderam dar oportunidade de significação de sua história e assim, não puderam ser de “confiança” para que ela seguisse com algum amparo pela vida adulta. Contudo, vejo como Alice pode encontrar algum amparo em outros laços, como as amigas que fez fora do abrigo e, com eles, apenas, está sendo possível que ela agora viva livre dos muros institucionais.

4.3 Anna: “muitas portas se fecharam pra mim, sem razão.”

Anna é uma menina tímida, fala baixo e cora ao falar. Ela coloca frequentemente os cabelos para trás da orelha. Sei dela algumas informações básicas, passadas pela coordenadora da instituição, Angelina. Ela me havia dito que Anna teve várias oportunidades de adoção e não quis ser adotada. Contou-me que é uma menina fechada e Angelina achava que ela pouco contribuiria comigo.

Minha primeira impressão de Anna é diferente daquela que primeiro me foi passada por Angelina. Percebo empatia entre nós e ao mesmo tempo um distanciamento que me colocava no patamar de outras “tias” a quem ela estava acostumada a se reportar. No contexto da entrevista ela corresponde timidamente ao meu olhar interrogativo sobre a vida dela e sua história, mas também com um pouco de desconfiança, ainda que colabore e fale sobre o que lhe pergunto.

Anna diz que foi para a instituição aos cinco anos de idade, junto com seus três irmãos, somente um mais novo que ela. Dos dois irmãos mais velhos, que não foram abrigados, ela não se lembra mais. Dois dos irmãos que foram abrigados junto com ela fugiram no dia seguinte ao abrigamento. Ela tem contato com um destes irmãos na igreja que frequenta e diz que ele é carinhoso com ela. No meio da conversa sobre seus irmãos, ela ainda conta que tem um irmãozinho ainda mais novo, que também não foi abrigado porque estava com uma madrinha. O irmão mais novo que ela e que também estava no abrigo, foi adotado por uma família e ela não tem contato com ele. Vou questionando-me, à medida em que ela vai falando, como foram vivenciadas essas rupturas. Tal qual na história de Alice, aconteceram importantes rupturas de vínculos após o abrigamento e não houve qualquer cuidado de preservação de tais vínculos, ainda que fosse uma promessa “da justiça”.

Ao pensar que dois dos irmãos de Anna fugiram um dia após seu abrigo, vem à mente que ela e o irmão mais novo não tiveram energia e necessidade de liberdade tanto quanto os dois mais velhos, quase em plena adolescência. Anna e o irmão submeteram-se ao que lhes estava circunscrito naquele momento: institucionalizar-se.

Durante minha trajetória, levei várias crianças até a instituição. A maioria delas ia chorando, debatendo-se, muito revoltadas. A angústia era muito grande, traumática para mim, que estava ali cumprindo uma determinação judicial e não poderia não acompanhar os oficiais de justiça que cumpriam tal determinação de “busca e apreensão”. Talvez, esses tenham sido alguns dos momentos mais monstruosos com que me deparei em minha trajetória profissional. Levar a criança para a instituição e retirá-la da companhia dos pais ou de quem está cuidando dela no momento, romper com tudo o que é conhecido, mobiliza sentimentos de intensa impotência e desamparo, tanto para a profissional quanto para a criança que está sendo “apreendida”. Portanto, a fuga não me soa como um estranhamento, mas o sentimento de Anna, imagino, deve ter sido de intenso sofrimento.

Conforme nos diz Parreira e Justo (2005, p.176), precisamos considerar que a transferência da criança para uma instituição de abrigo será subjetivamente interpretada por ela, sob pressão ambivalente de sentimentos de amor e ódio, decorrentes tanto dos vínculos estabelecidos com as figuras parentais como das reações desses familiares diante de sua situação de sofrimento. Ela tenderá a interpretar os fatos que circundam seu acolhimento institucional como sendo decorrentes da vontade daqueles “personagens que compõem sua história, e não de uma lei propriamente dita que pudesse transcender o arbítrio pessoal e, inclusive, protegê-la de atos de transgressão”. Onde estariam o amor e o respeito pelo indivíduo em sua singularidade, questionam-se esses autores.

Anna revela que sua mãe é “alcoólica” e que seu pai já morreu, quando ela era “pequeninha”. Não se lembra de nada dele, nem do falecimento, nem do enterro. Diz que se

lembra da mãe e que acha que ela começou a beber após o falecimento do pai. Mais uma vez me pergunto: que suporte essa mulher teve para superar o luto pela perda do marido? Ela não pôde cuidar de si mesma, como iria olhar para os filhos? Anna parece ter sido acolhida porque sua mãe não estava “nem morta, nem viva”. Parece que era uma mulher aterrada na melancolia que tentava aplacar com a bebida. As portas afetivas começavam a se fechar para Anna.

Pergunto-lhe o que acontecia quando a mãe dela bebia e ela diz, baixinho: “Nem lembro, tia!” O isolamento afetivo parece ser a única defesa possível para Anna em certos momentos. Tal qual na história de Alice, uma resistência a mim, ou à psicóloga judicial que eu represento ali.

Sobre a sua chegada à instituição ela diz que não se lembra bem das primeiras impressões e, após a fuga dos irmãos mais velhos, ela e o irmão mais novo ficaram ainda mais “grudados”. Ali, ela e o irmão eram a família, poderiam amparar-se. Mas ainda haveria muito terror e separações, tal qual vivenciados por Alice e sua separação da irmã.

Triste, ela nega, quando pergunto se as pessoas que adotaram o irmão levam-no para visitá-la. Sente saudades dele. Fico perplexa com o descaso com o vínculo, antes “grudado” e única esperança de amparo entre Anna e o irmão mais novo. Nós, equipe do judiciário, devíamos “cuidar” melhor desses casos, observar e acompanhar se os vínculos estão sendo mantidos, se o que foi combinado quando da adoção de irmãos separados, está sendo cumprido. Concluo, porém, que por mais que queiramos colocam-nos em um ritmo de trabalho tão extenuante e com condições tão mínimas que se torna impensável agir fora do contexto das determinações judiciais, dentro do contexto emudecedor e ensurdecador que mencionei neste trabalho.

Pensando em articulação com o que dizem Parreira e Justo (2005) questiono-me sobre estas questões de poder que impregnam as decisões sobre a vida das crianças acolhidas institucionalmente:

Quando pensamos na instituição do Estado-Grande-Pai, na relação intrafamiliar, temos o ideário de proteção à criança e ao adolescente. Tirá-los de um ambiente onde seus direitos não estão sendo respeitados e onde a criança e/ou adolescente correm sérios perigos em relação à sua integridade física e/ou psíquica pode ser visto como uma interdição legítima do Estado, representado pelas leis da cultura. Mas o que dizer da intervenção que separa crianças de seus vínculos constituídos com outras crianças, funcionários e frequentadores da instituição, quando essa separação é imposta pelos altos escalões do poder judiciário ou dos dirigentes das instituições de abrigo, em função de desavenças e/ou posicionamentos políticos que cegam o bom senso e tomam a irracionalidade como guia de decisões, aprofundando ainda mais a desfiliação? O que esperar de um Estado-Grande-Pai que separa os vínculos formados sem dar satisfação, sem dizer aos maiores interessados o motivo e para onde vão? O que dizer de um Estado-Pai-Autoritário que abusa do poder para atestar sua magnitude e fazer prevalecer a arbitrariedade daqueles que o representam? (Parreira e Justo, 2005, p.177).

Tais questões fazem-me imergir nos paradoxos de agente de proteção a serviço do judiciário e de sujeito abrigado que se submete à vontade de uma lei maior que institui sua família como inadequada para cuidar dela e, então, destitui a possibilidade de convivência familiar que ela pudesse conhecer, colocando-a num estado de desamparo e solidão absoluta.

Anna conta que é uma pessoa fácil de fazer amizades e diz que muitas amigas que fez na instituição foram adotadas por pessoas do exterior. Ela, amorosa, diz que ficou feliz pelas amigas terem sido adotadas. Diz que logo “chegou mais gente”. Nesse momento ela me conta das adoções que rejeitou e pergunto o que ela sente em relação a isso. Responde: “Nada”. Insisto e ela diz: “Sem comentário, tia”. Percebo que não querer falar sobre o assunto é imperioso para Anna, seria como tocar na ferida. Entendo ser importante respeitá-la e evitar uma revitimização, no sentido de entender esse conteúdo como muito doloroso para ser tocado. Contudo tento deixá-la à vontade para falar comigo, pois percebo que ela desconfia do lugar que eu ocupo. Tal qual fez Alice em sua fala.

Digo a ela, em seguida, que está em um ambiente seguro e que pode confiar. Ela me diz que “temia por eles não cuidarem direito dela e também de não gostarem dela”. Vejo como meu lugar novamente confunde-se com o da psicóloga judicial. Anna me percebe com certa persecutoriedade, teme contar-me algumas coisas e quando lhe afirmo que pode sentir-se segura comigo, ela consegue se abrir mais. Assim, abro minhas portas para que Anna possa entrar e apresentar-se a mim, pesquisadora.

Pergunto se esses sentimentos, medo de não ser bem cuidada e querida, também aparecem na instituição, com as cuidadoras e colegas e ela diz “não”. Quando menciono as amigas, ela diz que não tem amigas, só tem colegas e que só se abre com uma delas, dois ou três anos mais nova.

Novamente, em interlocução com Parreira e Justo (2005, p.177) pode-se afirmar que crianças ou adolescentes encaminhados para instituições de abrigamento iniciam e passam a viver ali sua carreira de pária ou expatriado. Perdem a filiação anterior, qualquer que seja ela, e não receberão outra que possa servir de âncora para seu posicionamento e direcionamento no mundo. Segundo eles, a instituição de abrigo já se coloca como um lugar de passagem e ainda que a criança permaneça nela por um longo período, dificilmente reconhecerá ali sua própria imagem, “pelos estigmas que pesam sobre os asilados” (p.177). Penso que tais afirmativas mostram que Anna não consegue fazer vínculos seguros nem com os colegas de instituição, tamanha a precariedade e transitoriedade que eles representam, por isso não pode ter amigas, só colegas. Tal qual vi em Alice, as pessoas que possuem convivência dentro do abrigo não podem ser nomeadas, são tias, colegas ou qualquer um que possa partir a qualquer momento seguindo determinação judicial. No abrigo todos são “eles”.

Pergunto então sobre seu sentimento em relação à adoção do irmão e ela responde que “ficou muito triste”. Percebo uma fala de emoção e digo a ela que não tenha medo de se emocionar. Ela me devolve: “Ai tia, é seu olho que tá brilhando”. Digo: “também me

emociono”. Perguntei se os adotantes não quiseram levá-la ou se ela achou que a vontade deles estava “fraca”, e ela diz: “Eles queriam mais meu irmão.”

Passa-me a ideia que nada disso foi dito a Anna e que ela sentiu que eles não a desejavam como desejavam seu irmão. O fato é que ela rejeitou essa adoção para si, por não acreditar que iria realmente ser amada naquela nova família. Ela sofreu mais uma separação, mas não se submeteu a um casal que não a “queria”. Anna também quer escolher, quer falar de si, quer ser vista e ser ouvida. Anna bate às portas e chama por um contato. Anna quer a sua família, seu irmão.

Sobre sua mãe biológica, não sabe mais nada, mas acha que a situação dela só piorou. Anna pensa em procurá-la quando sair do abrigo e, se ela estiver viva, quer ajudá-la. Parece idealizar a mãe que “morta/viva” não pôde criá-la. Possui o desejo de dar amparo para encontrar sua própria filiação. Anna teve que esquecer o que foi ruim lá no passado para buscar mais vida pela frente, para não sucumbir ao isolamento de todos os vínculos. A história que nunca lhe foi contada, que nunca teve a chance de ser elaborada, abre janelas para a idealização, a família perdida e guardada como um “tesouro”.

Ela revela que não pensa muito em como será sua vida após sair do abrigo, acha que vai terminar seus estudos, trabalhar e é isso. Diz “que acha que vai sentir “um pouquinho” de falta da instituição”. Conta-me que não chora. Diz que “é acostumada”. Eu pergunto: “acostumada com as dores?” Ela responde: “No começo não doeu muito.” No começo pode até ter sido bom, ser colocada em segurança e junto com o irmão. Mas o depois... ah, o depois...

Ao abrigar uma criança, os sentimentos são de ambivalência, apesar de sabê-la protegida, alimentada e segura, sempre me questionei qual será o caminho doloroso da provisoriedade dos vínculos, da exclusão e da perda da liberdade de ser, passando a viver de

acordo com normas comuns à instituição, sem a oportunidade de ser ouvido em sua singularidade. Anna ficou só, tantas vezes ficou só, que se acostumou com o abandono.

Ao falarmos sobre os amores e namorados ouço um “ai.” Já gostou de um menino que foi adotado há uns três anos. Diz-me que tem namorado, mas tem medo da “tia” descobrir. Não pode, mas gostaria de namorar. Encontra-se com um namorado na escola e um dia lhe dirigiu a pergunta “por que ele não desistiu dela se ela fica presa no abrigo?” Ele nada respondeu. É assim que ela se sente: presa no abrigo. Não pode fazer nada, só ir para a escola, para o curso e voltar.

Winnicott (1996, p.184 e 185) considera que o conceito de liberdade conduz a um exame de ameaça à liberdade. Ele diz que tal ameaça existe, e “o único momento adequado para investigá-la é antes de a liberdade ser perdida”. Continua dizendo que a liberdade seria considerada uma questão da economia interna do indivíduo, não seria fácil destruí-la. Portanto, ele diz, “se a liberdade é vista antes em termos da flexibilidade do que da rigidez na organização defensiva, então se trata de um aspecto da saúde do indivíduo, e não do tratamento a ele dispensado”. Contudo, ninguém é independente do meio, e existem algumas condições ambientais que acabam por destruir o sentimento de liberdade mesmo naqueles que poderiam gozá-los. Menciona ainda que uma ameaça prolongada poderia minar a saúde mental de qualquer pessoa e enuncia que “a essência da crueldade é destruir no indivíduo aquele grau de esperança que faz algum sentido a partir do impulso criativo e do viver e pensar criativos”.

Quando Anna se diz presa na instituição remete-me à ameaça prolongada de se não seguir os padrões ditados dentro dela, estaria sozinha no mundo, desamparada materialmente. Pergunto-me por que Anna não foge? Por que Anna não se rebela? Penso que isso não acontece porque Anna achou uma “janela” afetiva neste lugar. Anna namora com a liberdade, enfim. Apesar de presa, Anna cria um afeto diferente, ainda que seja um sonho escondido.

Percebo como Anna ainda deseja, ainda pulsa em mostrar-se e exhibe uma chama de vida à espera(nça) de criar novos rumos para sua vida.

Ela se incomoda com o fato de ter me revelado sobre o namorado. Depois me conta também que tem medo de desistirem dela e fala que não quis os pais adotivos por esse motivo. Ela rejeita por temer a rejeição. Sua defesa possível. Deixa-se congelar pela insegurança e não se acredita merecedora de amor. Infelizmente o caráter traumático das separações vivenciadas parece ser compulsivamente repetido por Anna. Ela olha pela janela e vê, mas não confia que portas se abrirão para ela.

Em nosso segundo encontro, Anna chega com seu cabelo ao natural, conversamos sobre isso e ela me conta que as colegas fazem “escova umas nas outras”. Isso me soa como um cuidado fraternal, tal qual os laços fraternais que vão sendo construídos durante a vida para nos dar algum contorno diante do desamparo.

Retomo com Anna a história do irmão mais novo ter sido adotado e de alguns irmãos terem fugido e ela nunca ter pensado em fugir. Ela relata que os padrinhos que a pegavam e ao irmão mais novo, o adotaram. Diz que gostava dos padrinhos, que eles lhe davam “coisas”, mas que não chegou a morar na casa deles. Não sabe por que não... Parece insegura e reticente. O fato de não pensar em fugir, de sentir-se acolhida, pode ter relação com o fato de ter feito laços dentro do abrigo.

Começamos a conversar sobre ela ficar “às cegas” e não saber o que vai acontecer em sua vida em relação à adoção, ou depender do coordenador da instituição ou do Fórum para dar alguma notícia sobre adoção ou sobre outra possibilidade para a vida dela, e Anna diz que acha que isso “ruim”. O meu questionamento surge como um estranhamento que me assola em relação aos casos atendidos. A dificuldade que percebo em meu trabalho relaciona-se à impotência e à escuridão que imperam após a entrega do estudo e do laudo. Nada sabemos a respeito do que sucede nosso trabalho, ou do que acontece em salas de audiência. Algumas

vezes, até consultam os técnicos do setor psicossocial, mas nem sempre e, quando somos acionados, aqueles que foram por nós atendidos mostram-se tão surpresos quanto nós mesmos. Percebo que, aos poucos, desacostumei de bater nas portas para ter alguma notícia, ou manter algum vínculo com o caso atendido, após a entrega do estudo que havia sido determinado. Anna também foi isolando-se, acostumou-se a não ser ouvida, e parou de perguntar sobre novas possibilidades para sua vida. Percebo nossa impotência diante das determinações legais que nos cobrem.

Pergunto sobre a vida social de Anna e se ela gostaria de sair com os amigos, dançar.. Ela me responde que gostaria de ir para o “frevo”, mas nunca foi. Disse que gosta de ouvir música funk, mas não gosta de dançar. Não explica porque não gosta de dançar, fica tímida e penso que a minha violenta presença institucional entra como um ruído. Percebo como a crueldade da instituição e o massacre estão presentes nesse tipo de contato em que ela não se sente livre nem para manifestar seus gostos e desejos. Quando eu pergunto sobre ela sair com o namorado ela sorri e cora, não me responde.

Diz que na instituição é tratada como criança, fica presa. Pergunto sobre como é o tratamento de uma criança, ela não explica, mas continuo perguntando sobre as coisas que ela “não pode” fazer e ela realmente me responde que desejar é proibido, não pode namorar, não pode dançar, não pode usar o computador, não pode ter telefone... me parece mesmo uma prisão.

Diz que o namorado pergunta como ela se sente e que, em determinada ocasião, ele já viajou para a praia e a chamou. Só algumas amigas sabem da existência do namorado. Conta de sua melhor amiga, que tem treze anos e parece-me que na companhia dessa amiga ela se encontra dentro daquele lugar e pode desfrutar de um vínculo amoroso atual e não viver só de lutos pelos outros vínculos já perdidos. Depois pergunto sobre as responsabilidades dentro da instituição, ela fala algumas como arrumar seu quarto e ajudar na cozinha.

Quanto a sua vida social, diz que quando sai para a casa dos novos padrinhos “fica no canto dela”, não gosta de mexer com o computador, não tem facebook porque na instituição não vai poder mexer. Revela que o namorado tem. Pergunto se ela tem ciúmes do namorado, ela responde que sim. Questiono há quanto tempo estão juntos e ela diz que tem dois anos de namoro e depois corrige e diz que tem só um ano. Conta que o namorado não estuda, apenas trabalha, mas ela “não sabe com o quê”.

Pergunto como eles se conheceram e ela diz que foi pela janela do quarto, do qual ele era vizinho. Conversaram pela primeira vez na escola. Ela nunca pensou em fugir da instituição para ficar com ele. Perguntei sobre ela não ter desejado ir para a adoção, sobre imaginar que eles não gostavam dela, se isso não se repetia com ele, o namorado, mas ela “não sabe”. Quando Anna fala de suas “janelas”, lembra-se da madrinha, mas se confessa uma pessoa tímida. Teme confessar seus sentimentos para os adultos e digo que isso se repete em relação a mim também. Tal qual Alice, Anna é desconfiada e não tem facilidade em falar comigo, mostra-se persecutória quanto à minha presença institucional, sente-me como uma psicóloga que pode contar seus segredos para o “juiz”.

Ela diz que tem uma “tia” de confiança, uma pessoa da lavanderia. Falo da relação dela com a psicóloga da instituição, ela diz que não gosta dela. Fala que eu sou a primeira “coordenadora” que ela conversa. A gente ri e ela corrige. Acha que a psicóloga vai dizer tudo pra coordenadora. Este ato falho me confirma em que lugar sou colocada nesse contexto: tal qual a psicóloga da instituição e tal qual eu fui para Alice: alguém temido, que está a serviço da ordem institucional, “coordenadora”. Comentamos sobre a nossa situação ali e eu brinco com ela que eu sou uma “especuladeira”, tentando não ser vista novamente como “fofoqueira”, mas não tenho escapatória!

Em seguida falo com ela sobre a existência de angústia quanto ao fato de sair da instituição e ela diz que não pensa muito nisso ainda, mas quando introduzo o assunto da

sexualidade ela cora, ri e começa a roer unhas. Abaixa a cabeça e diz que “*estudou isso ontem*” e diz: “deixa eu lembrar...”. Será que existe mesmo? Ela não pode sentir com liberdade esse excesso de energia que brota de seu próprio corpo. Pergunto sobre o sentir e conversamos sobre poder sentir desejo, vontade beijar, abraçar, enquanto ela repete “ai tia”.

Falamos sobre o que ela pensa, se pensa ainda na questão de uma adoção e ela diz que não quer ser adotada por ninguém de fora do país. Pergunto: “e se fosse brasileiro, você gostaria de ser adotada?” Ela fica reticente... e não me responde. Acho que essa é uma questão que ela percebe como uma chance muito remota e não nutre mais expectativas. Anna parece que agora quer namorar, quer gostar e ser gostada, não parece que queira pai e mãe.

Quando falamos da mãe biológica, Anna diz que se ela estivesse recuperada iria morar com ela. Revela que a “tia” havia procurado a mãe e não achou. Pensa que se tivesse ficado com a mãe estaria “debaixo das pontes”. Fala que a “tia” a levou numa casa para tentar procurar a mãe, mas não tinha ninguém. Ela revela que ainda tem desejo de recuperar seu contato com a mãe biológica. Diz que esse desejo não é “nem fraco, nem forte”.

Conversamos sobre outras meninas que fogem das instituições e ela acha que elas fogem para ficarem livres. Anna sente e não sente vontade fugir, ficando com a segunda opção, com medo de ficar mais desamparada ainda, não ter nem lugar para dormir.

Ela fala que quer ficar livre, mas que entende as vantagens e as desvantagens da instituição. Conversamos sobre a perda dos vínculos, das pessoas irem embora da instituição. Ela diz que não sente nada não, mas quando questiono, ela confessa que evita sentir falta de quem vai embora. Ir embora da instituição é uma inevitabilidade, ali é um lugar provisório, então como se vincular com segurança? Fala de uma amiga de quem ela sente falta e que saiu da instituição, mas não pode mais entrar lá, essa amiga ela tem vontade visitar porque era alguém que a “ajudava nos namoros”. Lembramos da burocracia da autorização judicial e ela

conta que não tem coragem de pedir para visitar sua amiga, nem manifestar outros desejos semelhantes.

Pergunto-lhe se já tentou outras possibilidades de encontrar uma amiga que saiu, como pedir à madrinha para levá-la: ela me revela que teme até perguntar o endereço da amiga. Percebo e comunico-lhe como se sente tolhida em várias coisas, mas demonstra que tem medo até de pedir. Ela nem se arrisca mais a bater na porta. Anna precisa ignorar o que pulsa dentro dela e não realiza como ir para o frevo, namorar e visitar uma amiga.

No final da entrevista falo como ela me ajudou e agradeço. Digo que tenho boas expectativas de que essa nossa conversa dê bons frutos para o futuro dos adolescentes que vivem em instituições. Depois questiono ainda sobre os talentos e os sonhos dela. Ela me diz que não descobriu nenhum talento, mas que o sonho dela é ser advogada. Diz, quando pergunto, que agora está lendo livros, que lê um por mês e o último que leu se chamava “Um buraco no mundo”. Seria esse buraco uma janela para novas oportunidades, novas luzes e possibilidades de subjetivação, ou um buraco onde se cai, escuro e frio e fica ali enterrado vivo, sem poder significar uma existência? Enigmas de uma adolescente abrigada: tanto Alice quanto Anna vivem em um poderoso isolamento, como se precisassem ser escondidas dos perigos do mundo e o verdadeiro perigo está dentro da torre/armadilha em que se encontram trancadas sob o argumento da proteção. Agradeço a confiança, ela sorri. Despedimo-nos e ela vai embora¹².

² Anna foi adotada em abril de 2014 pela família adotiva do irmão com quem ela estava tendo contato na igreja. Esta família adotou o irmão de Anna a pedido de sua mãe e, quando conheceram a adolescente, já iniciaram o processo de visitas e formalizaram o pedido de adoção para Anna. Onze meses depois de nossas entrevistas Anna deixava a instituição. Segundo a comissária que acompanhou a audiência de adoção de Anna, foi uma das mais emocionantes que presenciou na vida. Todos se emocionaram com o amor entre os irmãos que do início ao fim da audiência ficaram de mãos dadas e, ao final, abraçaram-se aos pais, provocando comoção em todos os presentes.

4.4 Elsa: “Sempre a boa menina deve ser”

Agendar meu primeiro encontro com Elsa não foi fácil. Angelina, a coordenadora descrita no início deste capítulo, havia deixado a instituição de acolhimento pouco depois do meu contato com ela e, como Elsa não havia sido ainda entrevistada, foi combinado com a psicóloga da instituição que, posteriormente, eu entraria em contato para combinarmos a respeito da entrevista de Elsa. Quando tentei marcar, a psicóloga disse que a atual coordenadora, Angélica, havia pedido que eu “dispensasse” a entrevista de Elsa e ainda deu um recado de que a adolescente “nem se recordava mais do que havia sido combinado”. Além disso, colocou muitos empecilhos a respeito dos horários de Elsa, pois esta estava sendo atendida por uma psicóloga e elas achavam que minha presença poderia confundi-la.

Como eu havia percebido no início, a coordenadora falava “da” e “pela” adolescente e não “com” a adolescente e, se eu quisesse fazê-lo, era sob o risco de “confusão”. Esse momento me lembrou do que Carvalho (2011, p.86) descreveu como um incômodo na observação da instituição em sua pesquisa. Na dinâmica observada, era reafirmada a falta de possibilidades dadas às crianças, bem como não havia tentativas de mudanças no fazer institucional. Segundo Carvalho, ela observou uma acomodação e uma pasteurização do vivido, onde a imersão da criança nesse contexto remetia a um cotidiano de solidão e silêncio e a um corpo sem voz e sem representação.

Elsa era a primeira adolescente que Angelina, coordenadora anterior, havia “indicado”, aquela que, segundo Angelina, “morria” de vontade de ser adotada. Descobri, ao conversar com Angélica, a atual coordenadora, duas semanas antes da entrevista, que a família de Elsa não havia sido destituída do poder familiar e o pessoal da instituição a levaria até sua família biológica para que ela pudesse decidir se queria voltar para a companhia deles.

As confusões foram tantas para conseguir falar com Elsa, que decidi marcar uma data, pensando que se eu também entrasse nessa confusão, poderia atrasar ainda mais meu trabalho de pesquisa. Telefonei para a instituição em uma sexta feira, dia em que as técnicas da instituição me disseram que Elsa estaria lá, pois não tinha curso ou outro compromisso. Informei que iria até ela para entrevistar a adolescente conforme autorização judicial e do Comitê de Ética em Pesquisa. Quando avisei sobre minha visita, houve um grande tumulto. Angélica, a atual coordenadora, estava de férias e as técnicas da instituição sentiram-se ameaçadas, pois ela havia “proibido” minha presença lá durante suas férias.

A instituição havia mudado de endereço e pedi a uma voluntária, que tinha contato com Elsa, que me acompanhasse até lá, pois eu nunca havia estado no novo endereço. Ao nos aproximarmos da nova residência de Elsa, fiquei impressionada com a distância, após a casa, apenas o cerrado que se estendia ao longo da rua que terminava ali. Parecia que o isolamento se materializava em todos os sentidos.

Novo portão e novas dificuldades. A assistente social ameaçada e amedrontada pela “proibição” da coordenadora abre o portão. Logo vejo Anna, que vem sorrindo me cumprimentar. Há seis meses Alice já havia deixado a instituição e não estava mais lá. Não entramos na casa e vamos direto para a parte externa onde funcionam as salas de apoio pedagógico, as sala dos técnicos e da coordenadora. A assistente social pede para eu ficar na sala de Angélica, a coordenadora, e liga um ventilador com um ruído tão ou mais forte do que aquele que já havia entrado na marcação de minha entrevista. A situação em que eu me encontrava e o ruído daquele ventilador lembravam-me o que Birman (2006, p.51) chama de ruído da pulsão de morte no traumático. Parecia que tudo se repetia, como na situação de lava pés, agora parecia que eu estava mesmo dentro de um formigueiro inteiro.

Mas o clima estava quente, um calor quase insuportável, tanto pelo sol escaldante, quanto pela persecutoriedade que aquele momento representava e a estranheza que me provocava.

Quando Elsa chegou, sorrindo, o calor foi diminuindo, ela parecia trazer consigo, em seu jeito de ser e de falar, uma brisa leve que invadiu a sala. Aquele momento era dela, ela seria ouvida. Ela demonstrava, diferentemente de Anna e de Alice, que queria falar com uma psicóloga. Ela não se sentia convocada, mas convidada a falar e exercitava seu desejo, apesar da dificuldade que se interpôs à nossa entrevista. Vamos nos acostumando com o barulho do ventilador e inicia-se nosso encontro.

Elsa se lembra de detalhes, de datas sobre seu acolhimento institucional. Conta-me que “no ano de 2009 foi conversar com a psicóloga do fórum”, de quem ela não se lembra do nome, e que, ao sair de lá foi informada “que na manhã seguinte, às três e meia da tarde, eles iriam buscá-la para ir para o abrigo”. Ela, naquela época, aos 10 anos de idade, já morava com outra família a quem seu pai a havia entregado aos 07 anos de idade. Elsa não sabia por que eles resolveram abrigá-la, não entendeu o motivo, já que gostava da mãe adotiva. Interessante pensar em dois fatos a partir das observações de Elsa: sua história possui lacunas importantes, partes foram apagadas e ela não pode fazer conexão entre os fatos que determinaram seu acolhimento institucional. Outra vertente a se pensar é que ao conversar com a psicóloga ela foi abrigada no dia seguinte, o que reforça a hipótese de que a psicóloga, como apareceu no caso de Alice e de Anna é um algoz, uma bruxa, que manda as crianças para instituição.

Nesse lar substituto, onde Elsa morou por dois anos e meio, havia o casal e seus três filhos biológicos. Conta que não era muito próxima do pai. Da sua família biológica, quando questiono, ela diz que a mãe foi embora quando ela tinha sete anos e, quando eu pergunto o

porquê, ela diz: *“Meu pai batia nela. Ela falou que não aguentava mais ser maltratada e aí ela deixou a mim e meus dois irmãos”*.

Elsa também tem irmãos que foram separados dela. Lembra que seu irmão ficou com a família biológica e a irmã foi adotada. Perguntei se ela tinha contato com a irmã, que é mais nova, e ela disse que às vezes tinha, quando ela ia até a instituição.

Elsa relata que a família adotiva, a quem ela foi entregue, não tinha sua guarda e que *“no dia em que iam pegar a guarda”*, ela foi abrigada. Percebo que Elsa idealiza a família adotiva, como se eles quisessem adotá-la e tivessem sido impedidos pela justiça e vejo que ela não sabe os verdadeiros motivos de eles não lhe terem assumido como filha. Mais uma importante ocultação da história para Elsa. Assim como esteve oculta a história de Alice.

Pergunto se eles cuidavam bem dela e ela diz que sim, porém repete que não era próxima do pai e o máximo que conversavam era um “oi”. Conta que ajudava na casa e que, se o pai lhe pedia para pegar a mala dele, ela pegava! Em sua fantasia, “ser uma boa menina” era fazer exatamente os outros que lhe pediam.

Pergunto a Elsa se ela se recorda como foi sua chegada ao abrigo há cinco anos e ela diz que foi boa, mas só no primeiro dia, depois começou a ficar ruim, o que também aconteceu no caso de Alice, assim como com Anna, cujos irmãos fugiram no dia seguinte. Conta que fez 13, 14 anos e que tudo começou a ficar bom porque ela começou a fazer as amizades. Novamente os laços fraternais fazendo algum sentido na vida dessas adolescentes institucionalizadas. Pergunto se os amigos ainda estão abrigados ou se já foram embora e ela diz que *“foi todo mundo embora e só ficaram quatro”*, que ela nomeia. Questiono se dos amigos que foram embora, algum tem costume de visitá-la e ela diz que sim, nomeando-os em seguida, um deles sendo Alice. Pergunto então, se ela tem vontade de ir embora de lá também e ela responde que sim, mas que sabe que sua família não foi destituída do poder

familiar. Neste caso, a “descoberta” de que ainda tem uma família e que tem uma possibilidade, abriu uma janela para Elsa.

Diz que foi visitar sua família biológica há pouco tempo atrás e que *“a situação deles não é muito boa, porque eles são bem humildes, não têm condição financeira, não têm condição de tirar uma casa e lá é muito sujo”*. Peço a ela que continue contando e ela diz que na casa moram mais de nove pessoas e enumera, entre tias e tios, padrasto, avó e primos.

Pergunto a Elsa se ela gostaria de voltar a morar lá, com eles, e ela diz que ficou com vontade, mas resolveu ficar no abrigo, porque no abrigo ela não terá que ajudar pagar nada e terá uma boa educação.

Elsa me diz, após eu questioná-la, que das pessoas com quem conviveu até a atualidade, aquela a quem mais se apegou foi à mãe adotiva, que não a adotou. Vou me embrenhando na fantasia de Elsa e ela me relata achar que sua mãe adotiva a abrigou somente porque não tinha sua guarda. Percebo como o judiciário muitas vezes é depositário das mazelas afetivas e responsabilizado por retirar possibilidades de afeto e convivência. Vivenciei várias situações em que famílias revoltavam-se após uma decisão judicial e saíam praguejando contra o juiz, como o algoz, pessoas falavam mal ou ameaçavam o autor daquela decisão que frustrava. A ilusão de Elsa precisava ser mantida, ela se apegava a ela como se não fosse a falta de amor que tivesse determinado sua separação da família a quem fora entregue pelo pai, mas a falta da “legalidade” de sua presença naquele lugar e ainda mencionou no início que seu abrigamento aconteceu no dia seguinte à conversa com a psicóloga.

Parreira e Justo (2005, p.176) mencionam que se a criança vai para uma casa-abrigo é porque alguns de seus direitos básicos à saúde físico-mental não foram respeitados. Na instituição, o temor e a insegurança também estão presentes. A criança não compreende

exatamente porque foi parar ali e tenderá a atribuir esse acontecimento a uma vontade ou decisão arbitrárias de alguém.

Perguntei-lhe se o pessoal do abrigo estava lhe atendendo ou se estava recebendo atendimento psicológico fora dali. Ela admitiu que está fazendo psicoterapia e disse que “*não estou gostando, mas é bom*”. Diz que é bom porque a psicóloga é alguém com quem ela pode conversar, mas que é ruim porque ela fica naquela pergunta de “por quê, por quê, por quê” e ela não gosta de pensar em algumas coisas. Percebo agora nela a mesma ambivalência de Alice com a figura da psicóloga. Alguém precisa “ser violento” e ajudar a adentrar nesse terreno do traumático e esse alguém precisa ser a psicóloga. Mas para que um setting analítico se estabeleça com essas adolescentes é necessário instrumentalizar as políticas públicas para priorizar atendimentos a crianças institucionalizadas. Para que possa ser estabelecido um vínculo de confiança, é importante que os atendimentos sejam acoplados a ações que trabalhem a verdade do sujeito e de sua família, não se furtando a trabalhar verdades trágicas, mas com todo o suporte emocional que requerem.

Em relação ao pessoal da instituição, Elsa ressalta que conversa com todo mundo, inclusive com Angélica, a coordenadora, que às vezes é chata, mas “*faz parte*”. Com relação à psicóloga da instituição, ela diz que conversa com ela como com qualquer outra “tia do abrigo” e que tem amizade. Pergunto quem a levou para visitar a família de origem e como foi antes durante e depois da visita e ela responde que foi emocionante, porque fazia oito anos que não os via. Digo: “*E estão todos no seu coração do mesmo jeitinho?*”. Ela me acena que sim com a cabeça e abaixa em seguida: “*Chorei tanto que nem queria falar*”. Apesar de todos os problemas enfrentados no abrigo, da coordenadora lava pés, da tia psicóloga, ali vão sendo tecidas algumas configurações vinculares e, com essas pessoas, Elsa pode aquecer-se e chorar.

Diante da minha pergunta, se ela se imaginaria feliz voltando a morar lá, ela me responde que acha que seria feliz, porque estaria perto deles: “*porque eu tenho medo assim,*

de um dia eles falecerem e eu não estar lá”. Ela fala da morte concreta ou da perda definitiva como o verdadeiro rompimento, demonstrando, tanto quanto Anna e Alice, que possui vínculos com essa família e ainda deseja conviver com eles, por mais dura que tenha sido a realidade ali presenciada.

Em seguida, ela acrescenta que gostaria de ficar na instituição até os 18 anos, *“porque aqui eu faço curso, eu estou fazendo curso de promoção para o trabalho e não preciso preocupar com nada.”*

“E depois dos 18, você vai fazer o quê?”, pergunto. Elsa me diz que tem vontade, caso inicie no trabalho antes, fazer uma poupança e, quando sair, alugar um apartamento, ter um dinheiro para estudar e ter a própria família. Caso não tivesse dinheiro para alugar um apartamento ela acha que iria para a casa da madrinha. Pergunto qual madrinha e ela diz que tem uma madrinha, desde 2010, que trabalha na instituição e que passa natal com ela e alguns finais de semana. Contudo essa madrinha não tem condições de adotá-la, mas gosta de Elsa, porque ela dá certo com as filhas dela.

Sousa e Paravidini (2011, p.543) dizem, em sua pesquisa, que as madrinhas enfatizam a relação de afeto que constroem com as crianças, mas deixam vários conteúdos encobertos em suas falas por não as adotarem, como as histórias de sofrimento dessas crianças e a preocupação com a genética e a hereditariedade.

Elsa me conta que depois de julho não foi mais visitar a madrinha porque uma tia a deixou de castigo. Disse que chegou atrasada de uma visita e justifica ter se atrasado por culpa da madrinha, pois era o casamento do filho dela e eles estavam em uma chácara. Depois disso, ela esperava ver essa madrinha no Natal. Disse que tinha saudades e que a considerava como uma “mãe”.

Questiono como é, para ela, estar na instituição por tanto tempo e ela me diz que é difícil porque quando vai para a escola, fica vendo os pais dos outros colegas, quando tem que

ir um responsável na escola ou em qualquer lugar. Quem geralmente vai às reuniões é a educadora social e *“os meninos falam que a gente não tem mãe e eu fico triste”*.

Esta fala de Elsa me remete ao que diz Green (1988, p. 255) acerca do amor gelado que habita o complexo da mãe morta. Ele diz que os sujeitos sob o domínio da mãe morta só podem aspirar autonomia, uma vez que estão parados na sua capacidade de amar. Ele assinala que o compartilhamento continua interdito ao sujeito e que a solidão, antes angustiante e evitada, passa a ser procurada para que o sujeito se aninhe e seja sua própria mãe, contudo ele permanece prisioneiro de sua economia de sobrevivência. Ele diz que não são apenas metáforas e que esses pacientes *“sentem frio sob a pele, nos ossos, sentem-se enregelados por um calafrio fúnebre, envoltos em sua mortalha”*.

Elsa diz que vai para os cursos profissionalizantes à tarde de ônibus, sozinha. Gosta da sensação de liberdade, mas dos cursos não gosta muito porque não entende nada, principalmente da parte da matemática. Ela diz que é muito difícil e que até agora ninguém a chamou para trabalhar. Diz que está com muita vontade trabalhar, aspirando sua autonomia.

Em relação às suas expectativas, pergunto-lhe se acha que junto à família biológica perderia tudo isso. Ela me responde que acha que não perderia tudo, mas tem medo de voltar a sofrer tudo que sofreu quando era criança. *“E o que você sofria naquela época?”* questiono. *“Eu via meu pai batendo na minha mãe, eu era muito teimosa e também depois que meu pai me abandonou eu nunca mais falei com eles, assim, conversei com eles uma vez, mas aí eu fiquei com raiva. Aí, eu vou na terapia e passo até mal.”*

Ela me relata que passa mal quando se lembra de sua história pregressa, que era um caos e por isso se apegou tanto à mãe adotiva. Lembra que no dia da confusão em que foi entregue à família adotiva pelo pai, a mãe havia fugido e trancado os três filhos em casa. Então o pai arrombou a porta e perguntou pela mãe. Elsa amedrontada, disse que a mãe estava na casa do avô, mas diz ter falado só para o pai não lhes bater.

A mãe parece ter se separado do pai que *“mexia com coisas erradas”* e ele foi embora para outro lugar do estado, fato que ela descobriu na visita que havia feito, há pouco tempo.

Digo que o abrigo então serviu para protegê-la, de certa forma, da violência. Ela diz que gosta de morar no abrigo, que *“sempre gostou”*, que vai fazer cinco anos que está ali e se sente respeitada. Percebo e comunico-lhe que ela me pareceu ser muito querida. Ela não acredita e diz que não gostam dela porque ela não deixa as tias em paz. Insisto na minha percepção e ela diz: *“é amor demais!”* pergunto se ela se acha amorosa e ela me diz que “não”, mas que percebe que “eles” gostam dela. Diz que é uma *“pessoa rara”* e acha que depois que for embora do abrigo e olhar para trás vai sentir-se uma guerreira por tudo que já passou. Elsa acena para sua liberdade como se as dores lhe pavimentassem um caminho que ela se orgulhará de ter trilhado.

Pergunto o que ela quer para sua vida futura e ela diz que quer *“ser bióloga, ter uma família, formar uma família e só, e seguir a minha vida com Deus”*.

Digo que então ela vai ser uma estudiosa da vida e ela completa que vai estudar a *“microbiologia”*. Disse que queria estudar *“patologia, pensando que eram plantas, mas depois descobriu que eram os mortos”*. Percebo estar diante de uma Elsa confusa entre a vida e a morte.

Ela completa que quer estudar plantas e microbiologia e remete-me a pensar em querer estudar o movimento e a paralisia da vida. Pergunto se ela pensa em trabalhar em laboratório. Elsa me responde que tem vontade de trabalhar em laboratório, mas como ela tem uma imaginação muito *“longe”*, fica pensando que quando ela for descobrir algum vírus, ela vai virar *“zumbi”* e que todo mundo vai virar zumbi como ela e ri, dizendo que vê muito filme. Pergunto provocando *“o que é um zumbi”* e ela diz: *“É um morto vivo”*. Questiono: *“E por que você vai virar isso?”* Elsa diz: *“Porque eu descubro uma coisa que vai infectar todo mundo”*. Em seguida ela me conta de várias infecções que pegou no mês anterior e que teve

inclusive que ficar no hospital “*tomando soro na veia*”. Para algumas pessoas, a sensação de inércia é dominante. Elas se descrevem como sendo zumbis, os mortos-vivos, vazias e incapazes de sentir (Eigen, 1996). Tal qual a *Elsa* do filme que escolhi para lhe apelidar, ela teme espalhar um inverno eterno, a morte, a tragédia e a repetição do trauma. Teve que ficar isolada em um hospital sem se relacionar com ninguém, mas também tem que ficar isolada na instituição, pois conversar pode trazer confusões e contaminações diversas.

Sobre si mesma e sua vida na instituição Elsa me diz que é obediente e que não fica de castigo porque as tias perdem a confiança e “*é melhor conquistar uma confiança do que perder*”. Então, eu lhe questiono se ela sabe de seu processo no fórum e ela diz que não sabe nada, “*só que sua mãe não conseguiu a casa porque está com o nome muito sujo e que ela vai ter uma audiência para dizer se quer ou não voltar para casa*”. Relata que a psicóloga que a está atendendo está lhe ajudando a “*trabalhar o perdão*”, contudo não está falando muita coisa ultimamente porque Elsa desmaiou na “*aula*” dela. A terapeuta, no contexto em que Elsa aponta, parece ocupar o papel de uma professora. Alice, Anna e Elsa parecem querer tirar “boas notas” com a psicóloga, portanto “fazer tudo certinho”, “não sentir raiva”, “fazer tudo que mandam” e, principalmente, continuar idealizando a família, escondendo as mazelas até de si mesmas. Mais uma vez me vejo percebida como a responsável pelos destinos de dor e pela ruptura pela qual estas adolescentes passaram, pois quando conversaram com a “psicóloga” foram mandadas para o abrigo e nunca souberam sobre suas verdades, mantendo-se em um escuro porão que lhes refletia apenas o lugar de “crianças abandonadas e abrigadas”.

Sobre o desmaio, Elsa disse que passou muito mal porque a psicóloga a fez contar toda a vida dela e daí, na parte do “perdão”, começou a passar mal. Completa: “mas ela está me ajudando, bem devagar, mas tá me ajudando”. Não deixa de contar em seus gestos que

desconfia muito de tudo isso. Também, como Alice e como Anna, mas de uma maneira diferente (ela é “boazinha” comigo), Elsa não me vê (a psicóloga) com confiança.

A respeito dos amigos e namorados Elsa disse que só tem amigos, mas que os melhores amigos dela foram embora da instituição. Ela conta que chorou muito e as tias até acharam que ela gostava deles, “*mas era só amizade mesmo*”. Elsa foi chorando suas rupturas, mas nada podia fazer, agiam em silêncio lá fora dos muros. Na instituição de acolhimento, todos os dias são pegos de surpresa com uma nova determinação, um que sai, outro que volta, um é adotado, outro foge, outro é capturado, chega um novo, e assim vai, dia a dia.

“*No dia do seu desmaio você ficou preocupada a respeito de sua decisão de voltar a viver com sua família?*” pergunto. Elsa, bem calmamente me responde que da última vez que a família foi ao abrigo para buscá-la eles desistiram porque viram que ali ela “*estava tendo uma boa educação*”. Isso aconteceu um ano após o abrigamento de Elsa e ela disse que não ficou triste, mas ficou confusa. Questiono se agora ela está confusa novamente e ela me diz cabisbaixa: “*Ponho na mão de Deus, tia*”.

Falamos dos parentes que ela viu na casa da mãe biológica e ela diz que são “*muitos parentes*”, pessoas que ela nem sabia que existiam e que descobriu uma nova irmã, filha da mãe com outra pessoa. Elsa emenda que a casa é muito pequena e parece que nunca foi limpa desde que ela saiu de lá. Disse ainda que ficou até com medo de comer a comida, pensando que poderia faltar para eles.

Elsa me diz que “*queria falar na audiência que a família não tem uma boa condição*” e eu pergunto: “*E amor? Você acha que eles têm para você?*” “*Tem e eu também tenho muito amor para abraçá-los, eu só não quero voltar.*” Eu interrogo ainda se ela gostaria de uma nova família adotiva e ela me diz que prefere ficar no abrigo que “*quase*” tem uma história ali. Não me surpreendo com o “quase” de Elsa, pois tanto ela quanto Anna e Alice, não possuem uma história de vida completa, essa história está semi apagada, muitas coisas nunca

puderam ser pensadas nem poderão ser resgatadas. Ficaram nos autos do processo que ao completar dezoito anos e sair da instituição, serão arquivados.

Pergunto se acha que para ela seria diferente se a mãe já tivesse sido destituída do poder familiar e Elsa responde que acha que seria a mesma coisa porque *“ninguém quer uma pessoa da minha idade, é raro, eles preferem crianças mais novas, aí eu optei por ficar aqui até os dezoito”*. Depois ela acrescenta que não foi bom ficar moça, que ela preferia ser criança. Penso que as angústias da adolescência assolam os abrigos que não se encontram preparados para lidar com a carga libidinal explosiva que se lança sobre eles e os assolam com dúvidas e questionamentos naturais e próprios de uma fase de anseios e transgressões. Conter, à força, esse desabrochar do sujeito, ou vitimizá-lo e perpetuar sua situação infantil, aparece como uma picada dolorida demais de um formigueiro perseguido pelas regras e pelas determinações e burocracias que “bons meninos” têm que cumprir. Tudo isso acaba por acontecer à custa do emudecimento e do ensurdecimento de técnicos como eu, bem como dos adolescentes que, quando enfim são colocados “em liberdade” se veem perdidos e náufragos, sem vínculos e sem história.

Marin (1998, p.109-110) nos diz que os adolescentes mais fragilizados, assustados, desamparados e que carregam suas histórias trágicas de violências ou abusos, espancamentos, provocam um forte impacto nos educadores institucionais, os quais preferem calar-se a correr o risco (equivocado) de traumatizar ainda mais os jovens. A autora continua dizendo que fazer o luto simbólico pela perda dos pais é tarefa impossível aos adolescentes institucionalizados, já que “não se conversa sobre suas histórias de vida”.

Despeço-me de Elsa e estranhamente sinto um alívio de “dever cumprido”, mas precisava ser assim, tão dolorosa essa aproximação? Sinto que eu, como Elsa, não poderia mais me ocultar dessas dores de responder apenas tecnicamente às questões, não poderia mais

ser a boa menina que não transgride, havia muito a dizer e não era apenas o dever, mas o *direito* de ser ouvida.

Ela exala o mesmo frescor do início, continua falando e agradece por ter participado, anda como uma bailarina, leve, sorridente. Ao desligarmos o ventilador sinto que tudo havia se refrescado, acho que esse é o poder dela, amenizar. Ela tenta amenizar tudo em sua vida e acaba tornando-se um zumbi que contamina a todos com seus ares suaves de boa menina, de agradar, não sentir, ou sentir aquilo que esperam dela e não demonstrar seu verdadeiro sentimento.

Ao finalizar as entrevistas, pensei na primeira vez que encontrei Alice e na escolha dela de não ser a única a ser ouvida nessa pesquisa. Perguntei-me o que as outras colegas de instituição contariam a respeito de Alice. Quando reverberou em mim a imagem das irmãs Elsa e Anna do filme Frozen, pude perceber que Alice queria me contar sobre esse amor gelado, conforme enunciado por Green (1988). Sobre este sentimento a ser minerado, que as outras duas puderam trazer em seu lugar e contar por ela. Tanto Alice, quanto Anna e Elsa foram vítimas do mesmo esfriamento, de um lugar de isolamento, de um mesmo apagamento; porém, Alice não quis – ou não pôde - compartilhar essas mazelas com a psicóloga, mas indicou alguém que talvez dissesse por ela, que mostrasse o caminho sobre o qual ela já não podia revelar. Para ela o dia da liberdade não tardaria, para as outras ainda haveria um tempo de instituição. Quando penso em Elsa se descrevendo como um zumbi, também a ouço na voz de Alice com um coração congelado, sem poder dispor de sua capacidade de amar, quando Anna bate insistentemente em portas que não se abrem e tem dúvidas se será amada pelo namorado porque fica presa no abrigo, ouço a voz de Alice, nas noites solitárias após a partida de sua irmã, congelando as lágrimas da impotência.

Green (1988) associa os sintomas do amor gelado ao que ele descreve no “complexo da mãe morta”. Ao descrever esse complexo, o autor cita que essa mãe deprimida, que

desinvestiu do filho, teve como causas para essa depressão seus próprios infortúnios. Permito-me analisar aqui o que me foi relatado, em confluência, pelas adolescentes dessa pesquisa. Encontro em seus relatos que a mãe de Alice havia perdido um filho, por assassinato, a mãe de Anna havia perdido um marido e a mãe de Elsa foi uma mulher violentada pelo marido. Esse congelamento afetivo, esse luto branco da mãe traz também uma paralisia afetiva:

O sujeito é rico, mas não pode dar nada apesar de sua generosidade, pois não dispõe de sua riqueza. Ninguém tomou sua propriedade afetiva, mas ele não pode gozar dela. (...) Este núcleo frio queima e anestesia como o gelo, mas enquanto for sentido como frio, o amor permanece não disponível. Green (1988, p.255)

Alice não esteve disponível, mas suas colegas, seus laços institucionais puderam ser reveladores. Por meio das três colaboradoras foi possível, nessa pesquisa, chegar mais perto das vivências dolorosas de Alice, daquilo que não pode ser dito em seu tempo de institucionalização, daquilo que não pode ser trabalhado, conversado, aceito e ficou empedrado, cristalizado. O tempo de institucionalização figurou como uma ilusão de proteção que, na verdade, esfacelou ainda mais os aspectos emocionais dessas adolescentes.

Conclusões: De bruxa que aprisiona à trança que liberta

Estar em uma armadilha não nos deixa em posição fácil. Encontrava-me aprisionada a ideias que já não mais questionava e, em tal cativeiro, até já acreditava que estava tudo em “ordem”; porém, tal qual Rapunzel, a chegada à maioridade despertou-me uma curiosidade para outro olhar, um olhar até então abandonado, pois diante da dor e do traumático poderosos mecanismos de defesa foram levantados, como os muros altos da torre que impedia qualquer invasão, determinando um isolamento.

O caminho da pesquisa apontou que a maioridade obtida pelos adolescentes institucionalizados é quase um naufrágio em mar de incertezas e, nele, o desamparo dos sujeitos é evidente, pois lhes foi negada a própria história que poderia restituir a aquisição da identidade e do lugar de sujeitos desejantes. Ao mesmo tempo em que me refiro ao mar de incertezas, acrescentaria que a institucionalização é uma ilha de mistérios.

Dentro dos altos muros do abrigo nada pode ser dito, sentido, com a justificativa de evitarem-se mais “traumas”; ou seja, nesse lugar dito de proteção é negado ao sujeito acessar seus desejos e a verdadeira história sobre seu abrigo. Ele permanece como que em uma prisão, idealizando o que ficou para trás, como a família de origem e odiando “a justiça” que o colocou no abrigo a ali o esqueceu, em mãos estranhas e provisórias que, sempre em rodízio, olham-no de forma piedosa e excludente, já que se vinculam precariamente. Também não puderam oferecer um lugar de pertencimento, como foi observado na relação das adolescentes com as “madrinhas” voluntárias.

Na perspectiva de contar aqui uma história de vida, percebi que não há história de vida para aquilo que é negado no acesso do sujeito. Existe uma história encoberta; história que certamente está nos autos do processo judicial, mas que ficará arquivada e provavelmente não será procurada pelo adolescente que obtém sua maioridade. O tempo de significação dessa

história, o trabalho de elaboração dos lutos e das perdas vivenciadas poderia ter sido feito durante o período de institucionalização, mas não foi. Cada criança e adolescente tem na instituição as informações do dia que chegou até o dia em que saiu. Os médicos que visitou, os tratamentos que realizou, os comportamentos que apresentou, mas e sua história pregressa? Essa história fica apagada ou, quando se apresenta viável, é sempre parcial e nublada. O apagamento dessa história remete-me ao que Marin (1998) chamou de violência branca, uma tentativa da instituição em silenciar os traumas vivenciados pelo sujeito, fazendo-se de lugar paradisíaco que supre as necessidades e não frustra, temendo traumatizar ainda mais caso entre em contato com história trágica de cada adolescente que ali se encontra.

A escolha dos sujeitos aqui entrevistados foi propositalmente de adolescentes que eu não havia atendido como psicóloga judicial a fim de analisar justamente esse apagamento, já que dos casos atendidos por mim na instituição judiciária, eu teria muitas informações a que os próprios adolescentes não tiveram acesso e isso poderia afetar minha pesquisa. Lembro-me do caso de um rapaz institucionalizado até a maioridade que foi fruto de um estupro que o próprio pai praticou contra a mãe e isto era o que motivava uma extrema rejeição. Em todas as vezes que conversei com esse adolescente notava que ele desejava muito saber os motivos de seu abandono; contudo, a instituição de acolhimento sequer procurou qualquer tipo de informação para que o adolescente pudesse elaborar essa rejeição sofrida em uma oportunidade de psicoterapia.

O abrigo, na forma como se apresentou nesta pesquisa, parece ser um limbo onde os adolescentes são tratados como crianças. Naquele lugar onde são retiradas oportunidades de pertencimento e constituição de identidade, também é negado o momento adolescente, essa fúria pulsional que fica contida pelas paredes das regras e pelos dogmas religiosos, único refúgio social permitido ao adolescente institucionalizado. Na instituição não é permitido namorar, dançar, desejar o contato com o corpo do outro, viver a sexualidade que nasce feroz

e muitas vezes transborda em novos traumas, como a partida de alguém de quem já se gostava e a vivência de um novo abandono. Dos laços fraternais e das amizades pouco sobra, pois nem com os irmãos consanguíneos existe o cuidado de preservação dos vínculos.

E a psicóloga, o que dizer do meu papel como representante de uma categoria, nesse lugar escuro, cheio de tramas e de isolamento? Sou representada, nas palavras de minhas colaboradoras, principalmente na fala de Alice, como um algoz, uma bruxa malvada, egoísta, curiosa, invasiva e, tal qual a minha presença institucional materializou-se em todos os encontros, as psicólogas eram confundidas com a “justiça” nas representações das adolescentes entrevistadas. A “justiça” parece uma entidade maior que a tudo abarca, inexorável, inatingível tal qual as instituições descritas por Enriquez (2001).

As instituições, enquanto sistemas culturais, simbólicos e imaginários, apresentam-se, portanto, como conjuntos englobantes, visando imprimir a sua marca distintiva sobre o corpo, o pensamento e a psique de cada um de seus membros. Elas vão favorecer a construção de indivíduos para sua devoção, na medida em que conseguiram se instaurar para eles como pólo ideal e a obcecá-los com o ideal. Entretanto, raramente elas atingirão os seus objetivos de domínio total e, por conseguinte de formação de estrutura enclausurante: acabarão engendrando um universo conformista, repetitivo e destinado a se degradar irresistivelmente e a morrer, a menos que, procurando a morte dos outros, consiga alguma trégua para si (Enriquez, 2001, p.79).

Percebi que ocupei o lugar de braços e mãos do judiciário que precisava “definir” situações de crianças em risco psicossocial sob a guarda de suas famílias naturais. Ao ouvir as crianças ou adolescentes implicadas nas decisões judiciais, a psicóloga era colocada como a responsável pela decisão do acolhimento institucional. Não me esqueço do olhar de ódio que certa vez me dirigiu uma mãe após uma audiência de destituição, da qual eu sequer participei. Ela disse, chorando muito e raivosa: “É assim que eles querem, querem me tirar minha filha, eles vão ver que não se tira uma filha de uma mãe”.

Percebi, com esta pesquisa, que aquela mãe estava correta. Nenhuma das adolescentes entrevistadas esqueceu sua mãe biológica, deixou de amá-la e de querer reencontrá-la após a

saída do abrigo. Algumas cultivaram inclusive uma certa idealização pela família da qual foram retiradas.

Portanto, não há como negar que a psicóloga judicial é para os adolescentes abrigados a bruxa que construiu a torre e colocou o sujeito ali, para que lhe fosse negado seu momento adolescente e para que fosse perpetuado seu lado infantil que o submete às regras que determinam seu isolamento e não lhe permitem a transgressão tão cara a esta fase da vida. Apagam seu passado, não lhe permitem o acesso à sua história de vida, ainda que essa seja uma história traumática, e, em seguida, congelam seu sentimento numa mortificação paralisante que impede os lutos pela não elaboração das perdas.

Ao perceber o quanto a armadilha é poderosa e o quanto já me embarcei em suas teias ancore-me nos dizeres de Enriquez (1991):

A pulsão de vida poderia servir à pulsão de morte nas instituições quando favorece os laços amorosos que impedem o sujeito de reconhecer a alteridade. Frisa que a instituição vive de um amor canalizado e sublimado em suas atividades prescritas, as quais contribuem para sua fixidez e sua reprodução (Enriquez, 1991, p.98).

Tal qual busco esperança de poder acessar um lugar livre, ainda que paradoxal, percebo, como Enriquez, que é necessário acolher a morte, perceber quantas mortes foram necessárias, inclusive a minha própria como braço escravizado por engrenagens paralisantes, para que novas vidas pudessem ser salvas, pensando em vidas subjetivas. Ser a psicóloga “carrasco” me dá noção da realidade e capacita-me a ser inventiva e talvez, a deixar uma marca no mundo, que seja nascendo com um novo olhar para esta realidade violenta e massacrante daquilo que é o outro. É novamente com Enriquez que encontro interlocução nas conclusões deste trabalho:

É pela familiaridade com a morte, pela meditação sobre a morte e sobre a finitude que o vivo pode aceder à ordem do vivo: criador sem ser paranóico, transgressor sem se tornar perverso, apaixonado sem impulso histérico, animado por uma ideia fixa sem cair na neurose obsessiva, (...) encantado pelas ilusões, mas não capturado por elas.

Simplesmente homem, preso numa teia relacional na qual respira e faz viver (Enriquez, 1991, p.99).

Assim, aceitar o lugar que ocupo neste trabalho faz-me ainda mais comprometida com ele, mas no que nele há de vivo e possível, o que nele possa dizer dos sujeitos que ali possam brotar em suas alteridades. Deixar de ser “bruxa” para ser “trança” e aceitar minhas contradições e meus paradoxos, minhas incoerências e meus fracassos sem cair na armadilha paralisante das certezas, enchendo-me de um “caos” vibrante que me permita, com as semi histórias das adolescentes que me acompanharam neste trabalho, chegar a histórias inteiras, elaboradas, contadas em seus movimentos dançantes de amor e ódio, mas vivas, desejantes, pulsantes. O galgar de uma nova adolescência que busca a criação de uma identidade com as limitações e traumas que se fizerem presentes, mas não mais forem temidos. Ser “trança” seria ascender a esse lugar de conhecimento e desembaraçar-me das armadilhas que não permitem o desenvolvimento, podendo enfim crescer em um contato verdadeiro com o outro, com o sujeito que também pode ter seu desenvolvimento completo e respeitado dentro das instituições que o acolhem e também fora delas, seguro de seguir em frente olhando para sua realidade com coragem e respeito.

Estou terminando, mas não deveria. Este trabalho pede mais e estas conclusões não são definitivas, fomentam e mobilizam buscas para novos projetos e novas ações que possam acolher o sujeito com um olhar de alteridade, com uma escuta interessada, verdadeira, onde sejam possíveis encontros e não mais isolamentos.

Referências

- Altoé, S. & Silva, M. M. (2011) *Crianças abrigadas e a questão do desamparo*. In: Bemfica, A. G. (org.) (2011) *Psicologia jurídica: ética, transmissão e política*. Rio de Janeiro, Imago
- Andreozzi, M. L. (2001) Tempo adolescente como oscilação pendular na constituição do sujeito. In: *Revista Psychê*, julho-dezembro, vol 5, n.8, Universidade de São Marcos. São Paulo, pp.19-35.
- Antunes, A.(1995). *O Buraco no espelho* in: *O Silêncio*. São Paulo. BMG
- Araújo, I. L.(2001). *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Ed da UFPR
- Authier-Revuz, J. (2004) *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDUPUCRS
- Birman, J. (1999). A dádiva e o outro: sobre o conceito de desamparo no discurso freudiano. *PHISIS: Revista Saúde Coletiva*, 9 (2), 9-30.
- Birman, J. (2006). *Arquivos do mal estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bittencourt, S.(2013) *A nova lei da adoção: Do abandono à garantia do direito à convivência familiar e comunitária*. Rio de Janeiro: Lumen Juris
- Bleger, J. (1980). *Temas de Psicologia: a entrevista e grupos*. São Paulo: Martins Fontes
- Brasil. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069: Diário Oficial
- Buck, Chris & Lee Jennifer (diretores)(2013). *Frozen: uma aventura congelante* [DVD]. EUA. Walt Disney Animations Studios.
- Bucher, R. (1989). É a psicanálise uma ciência? *Humanidades*, 6 (20), p.68-71.
- Burcher, R. (1990) *Psicoterapia versus Psicanálise*. In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro, v.42, n. 1, p.3-21.
- Carneiro, M. P. F., et al (Núcleo Piera Aulagnier/ SPCRJ) (2007) *Caminhos e descaminhos da solidão*. In: *Cadernos de psicanálise – SPCRJ*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 26, p. 17-34.
- Carroll, Lewis (1832-1898/2009) *Aventuras de Alice no país das maravilhas/ Através do espelho e o que Alice encontrou por lá*. Rio de Janeiro. Zahar.
- Carvalho, R. F. (2011) *Fragmentos de um cotidiano abrigado: a institucionalização da sexualidade*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Psicologia Aplicada) Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.
- Ceccarelli, P.R.(2009) Laço Social: Uma ilusão frente ao desamparo. In: *Reverso*. Belo Horizonte. Ano 31, nº58, p. 33-42

Ceccareli, P.R. & Salles, A.C.T.C. (2012). Angústia, separação e desamparo na clínica contemporânea. In: *Estudos de Psicanálise*. Belo Horizonte, v.38, p.23-28, disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n38/n38a03.pdf>, acesso em 22/02/2014.

Corso, M. & Corso, D.L. (2006) *Fadas no Divã: Psicanálise nas histórias infantis*. Porto Alegre: Artmed.

Costa, J. F. (1986). *Violência e Psicanálise*. (2ª Ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.

Costa, J. F. (1988) *Ferenczi e a Clínica*. In: Cadernos de Psicanálise do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro. Anexo X, n.6, 1988, PP.42-52

Dolto, F. (2006). *Destinos de criança: Adoção, famílias de acolhimento, trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes

Eigen, M. (1996) Psychic death, in: *Psychic deadness*. Jason Aronson Inc, Northvale, New Jersey, London. PP. 03-23 (tradução de Maria Elena Menicucci Alves Pereira).

Enriquez, E. (1991) O trabalho da morte nas instituições. In: Kaës, R. org. *A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Fedidá, P. (1989) *Comunicação e representação: novas semiologias em psicopatologia*. São Paulo. Escuta

Fellipi, M.C.P.(1999) Exclusão e melancolia: A clínica com adolescentes da FEBEM. In: O adolescente e a modernidade - Tomo I. Rio de Janeiro. Escola Lacaniana de Psicanálise.

Fernandes, C. A. (2008). *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos: Editora Claraluz.

Ferreira, Aurélio B. H. (1986) *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Ferreira, M. P.(2011) *Traumas não elaboráveis: Clínica psicanalítica com crianças*. São Paulo: Zagadoni.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.

Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola

Freud, S.(1917[1915]) *Luto e melancolia* In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. XIV, Rio de janeiro, Imago, 1996.

_____ (1917). *Uma dificuldade no caminho da psicanálise* In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. XVII, Rio de janeiro, Imago, 1996.

_____ (1919). *O Estranho*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. XX, Rio de janeiro, Imago, 1996.

_____ (1926) *Inibições, sintomas e Ansiedade*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. XVII, Rio de Janeiro, Imago, 1996.

_____ (1920). *Além do princípio do prazer*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII, 1996.

_____ (1921). *Psicologia do grupo e a análise do ego*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII, 1996.

_____ (1926). *Inibições, sintomas e ansiedade*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. XX, 1996.

_____ (1927). *O futuro de uma ilusão*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. XXI, 1996.

_____ (1930). *O Mal-estar na civilização*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. XXI, 1996.

Goffman, E. (2008). *Manicômios, prisões e conventos*. (8ª Ed). São Paulo: Perspectiva.

Gondar, J. (2010) Ética, moral e sujeito. In: Altoé, S.(org.) *Sujeito do Direito, sujeito do desejo – Direito e psicanálise*. Rio de Janeiro: Revinter.

Green, A.(1988) *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo, Escuta

Guirado, M.(2010) *A análise institucional do discurso como analítica da subjetividade*. São Paulo: Annablume.

Hermann, F.(1983) *O que é psicanálise?* São Paulo: Brasiliense.

Herrman, F. (2001) *Introdução à Teoria dos Campos*. São Paulo: Casa do Psicólogo

Kaës, R. (1991) Realidade psíquica e sofrimento nas instituições. In: Kaës, R. org. *A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Levisky, D.L. (1995) *Adolescência: Reflexões psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Marin, I. S. K. (1998) Instituições e violência – Violência nas instituições. In: Levisky, D. L. org. *Adolescência: pelos caminhos da violência* (1998). São Paulo, Casa do Psicólogo.

Marin, I. S. K. (2002). *Violências*. São Paulo. Escuta/ Fapesp.

Marin, I. S. K. (2009). *A Clínica institucional da adolescência (entre o aborrecente e o herói na escuta psicanalítica?)* In: Revista Brasileira Adolescência e conflitualidade. 1(1), p.32-42.

Marin, I S. K. (2010) *Febem, família e identidade: o lugar do outro*. São Paulo, Escuta.

Menezes, L. S. (2012) *Desamparo*. São Paulo: Casa do Psicólogo

Minerbo, M. (2003) *O método psicanalítico em Freud* in: Revista Brasileira de Psicanálise, vol. 37 (2/3) p.371-278.

Neves, A. S. (2009) *Família no singular, histórias no plural: a violência física de pais e mães contra filhos*. Uberlândia, MG: EDUFU

Ogden, T. H. (1996). *Os sujeitos da psicanálise*. São Paulo. Casa do Psicólogo

Ogden, T. H.(2004). *Uma nova leitura das origens da teoria das relações objetais*. In: Livro Anual de Psicanálise, 18, 85-98. São Paulo, Escuta

Oliveira, S.A & Próchno, C.C.S. (2010) A vinculação afetiva para crianças institucionalizadas à espera de adoção. In: Revista Psicologia Ciência e Profissão, 30 (1) pp.62-84.

Parreira, S.M .de C.P. & Justo, J.S. (2005) *A criança abrigada: Considerações acerca do sentido da filiação*. In. Psicologia em Estudo, Maringá, v.10, n.2, p.175-180, mai./ago.

Paulino, M.A.S. (1999) *A pesquisa qualitativa e a história de vida*. Serviço Social em Revista, v.1 n.1, 135-148, Londrina/PR

Poli, M. C. (2005) *Clínica da exclusão: A construção do fantasma e o sujeito adolescente*. São Paulo, Casa do Psicólogo.

Presidência da República. Casa civil (2009). Lei nº 12.010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm. Acessado em 23/06/2014.

Quinodoz, J. M. (1993) *A solidão domesticada. Angústia de separação em psicanálise*. Porto Alegre, Artes Médicas.

Rizzini, Irene, Rizzini, Irma. (2004) *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. PUC Rio. São Paulo: Loyola

Rizzini, Irene (2007) *Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. 2ed, São Paulo: Cortez.

Sanches, R. M.(org.) (2005) *Winnicott na clínica e na instituição*. São Paulo: Escuta.

Saramago, J. (1995/2008) *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras.

Schaffa, S.L. (2006) Pierre Fédida e a atualidade dos modelos freudianos: evolução da teoria e prática psicanalítica. In: Jornal de Psicanálise, v. 39, n.71. São Paulo, pp.101-123.

Silva Júnior, W. D. *Acerca do conceito de transgressão* – trabalho apresentado no simpósio mundial da Língua Portuguesa de Julho de 2013.

Silva, M. E. L. (1993) *Investigação e Psicanálise*. São Paulo: Papirus.

Sousa, K. K. (2010) *Expectativas e frustrações no processo de apadrinhamento de crianças e adolescentes em situação de institucional*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Psicologia Aplicada). Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil.

Sousa, K. K. e Paravidini, J.L.L. (2011) *Vínculos entre crianças em situação de acolhimento institucional e visitantes da instituição* in: *Psicologia: Ciência e Profissão*: 31 (3), p. 536-553.

Turato, Egberto R. (2000) *Introdução à metodologia da pesquisa clínico qualitativa – definição e principais características*. *Revista Portuguesa de Psicossomática*, jan-jun, ano/vol 2, nº001, Porto, Portugal.

Violante, M.L.V.(1995) *A criança mal amada: estudo sobre a potencialidade melancólica*. Petrópolis, Vozes, 1995.

Violante, M. L. V. (1997) A perversidade da exclusão social. In: Levisky, D. L.(org) *Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Winnicott, D. W. (2005) *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo, Martins Fontes

Winnicott, D. W. (2005) *Privação e delinquência*. São Paulo, Martins Fontes.

Winnicott, D. W. (1975) *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro, Imago.

Winnicott, D. W. (1996) *Tudo começa em casa*. São Paulo, Martins Fontes.

Zimerman, D. (2001) *Vocabulário contemporâneo de psicanálise*. Porto Alegre, Artmed.

Zimerman, D. (1999) *Fundamentos Psicanalíticos: teoria, técnica e clínica – uma abordagem didática*. Porto Alegre, Artmed.

Apêndice

Roteiro de entrevista: Questões disparadoras

A que família pertenceu esta criança ou jovem e o que ele conta deste lugar?

O que ainda se sabe desta família quando o lugar da criança passa a ser a instituição?

Quais são as expectativas do adolescente cujas chances de adoção são raras?

Quais são as vivências deste sujeito dentro do ambiente institucional?

Que representações foram possíveis para este sujeito em constituição psíquica, quando vivenciou tantos traumas?

Teve, este adolescente, oportunidade de elaborar lutos pela perda de contato com seu primeiro objeto de amor?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “O Sujeito abrigado até a maioridade: resignificando a experiência”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Prof. Dr. Luiz Carlos Avelino da Silva e Christina Tavares Mota Martins.

Nesta pesquisa nós estamos buscando compreender os processos emocionais pelos quais passa o adolescente em situação de acolhimento institucional até a maioridade civil.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Christina Tavares Mota Martins junto a um adolescente e à instituição de acolhimento onde se encontra, conforme a autorização concedida em 20/09/12 no processo 70212066405-8 da Vara da Infância e Juventude de Uberlândia.

Na sua participação você será entrevistado sobre sua vida no abrigo e sua saída do mesmo. O local, data e horário da entrevista serão combinados com você de modo a não lhe causar nenhum transtorno. A entrevista seguirá um roteiro e será gravada para análise, após o que, será desgravada.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos consistem em reviver situações e mobilizar conteúdos emocionais durante os atendimentos, bem como existe o risco da quebra de sigilo, o que os pesquisadores se comprometem a evitar com todas as providências necessárias. Os benefícios serão indiretos, com relação aos resultados da pesquisa e suas influências em novas políticas públicas a serem adotadas.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Luiz Carlos Avelino da Silva e Christina Tavares Mota Martins - Programa de Pós Graduação - Instituto de Psicologia – UFU – Av. Maranhão, s/nº Bloco C – Sala 2C 54 - Campus Umuarama – Bairro Umuarama – Uberlândia – MG – CEP 38400902 – Tel.(0XX34)3218-2701.

Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres-Humanos – Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: 34-32394131

Uberlândia, ____ de _____ de 2013

Assinatura dos pesquisadores

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA/MG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O Sujeito abrigado até a maioridade: resignificando a experiência

Pesquisador: Luiz Carlos Avelino da Silva

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 10232912.2.0000.5152

Instituição Proponente: Universidade Federal de Uberlândia/ UFU/ MG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 271.716

Data da Relatoria: 24/05/2013

Apresentação do Projeto:

Este trabalho toma em consideração a busca de significados enfrentada pelo adolescente oriundo de uma família já destituída de poder familiar e que não teve oportunidade da adoção, no momento em que se vê às portas da despedida da instituição com a chegada da maioridade civil. Seu objetivo é pesquisar como se dá o processo de subjetivação destes indivíduos e os desafios emocionais trazidos pela situação de abrigo, bem como verificar as fantasias e expectativas geradas pela possibilidade de saída do abrigo. O método que embasa esta pesquisa é o método psicanalítico e como recurso técnico a história de vida focada no período que compreende o abrigo e a saída, com entrevistas semiestruturadas que visam aprofundar no percurso emocional do sujeito abandonado e abrigado e as representações advindas destas vivências.

Critério de Inclusão: O sujeito da pesquisa será um adolescente abrigado que esteja próximo de completar 18 anos e por isso prestes a ser desabrigado.

Critério de Exclusão: Serão excluídos da pesquisa os sujeitos que após serem convidados e tomarem conhecimento do processo não concordem em participar da pesquisa ou não assinem o termo de consentimento.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/MG



Continuação do Parecer: 271.716

Descrever os significados da experiência do sujeito institucionalizado cuja família foi destituída do poder familiar.

Objetivo Secundário:

a) Elaborar um estudo de caso a partir da história de vida de um adolescente abrigado há mais de cinco anos e que se aproxima da maioridade civil. b) Compreender a partir dessa história de vida como este adolescente construiu seus referenciais de afeto e como vivenciou seus lutos. c) Pesquisar as expectativas e os desejos deste jovem à espera do desabrigamento.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Existe o risco existente da quebra de sigilo e, neste sentido, pretende-se utilizar as informações coletadas exclusivamente para os fins científicos da pesquisa e em preservar a identidade de cada entrevistado, divulgando os resultados sem comprometê-los. Para tanto, após a transcrição, o material gravado será descartado.

Benefícios:

Os benefícios têm em vista a possibilidade de ampliação do conhecimento acerca do processo de subjetivação do adolescente em situação de acolhimento institucional até a maioridade, os novos riscos emocionais que poderão acompanhá-los e os efeitos da destituição do poder familiar em suas vidas. Deste modo, abre-se a possibilidade de entendimento de um fenômeno social ainda novo e pouco estudado, para que se possa articular novas formas de atendimento a esta população, bem como fomentar políticas públicas em benefício destes indivíduos e da sociedade como um todo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se da análise de um adendo, onde os pesquisadores solicitam a mudança do número de sujeitos de pesquisa de 1 para 3. Entendemos que essa mudança não causa problemas na ética da pesquisa em questão.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos foram, adequadamente, apresentados.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Adendo aprovado

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
UF: MG Município: UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4335 E-mail: cep@propp.ufu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA/MG



Continuação do Parecer: 271.716

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Observar as datas para entrega dos relatórios.

UBERLANDIA, 14 de Maio de 2013

Assinador por:

Sandra Terezinha de Farias Furtado
(Coordenador)

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLANDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br